



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS**  
**CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PORTO NACIONAL**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**  
**RICARDO FERREIRA MIRANDA**

**MIRACEMA DO TOCANTINS: UMA CIDADE EM (DES)CONSTRUÇÃO**

**PALMAS – TO**  
**Novembro de 2015**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS**  
**CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PORTO NACIONAL**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**  
**RICARDO FERREIRA MIRANDA**

**MIRACEMA DO TOCANTINS: UMA CIDADE EM (DES)CONSTRUÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Tocantins – Campus de Porto Nacional, como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia, área de concentração “Análise Geo-territorial”.

**PALMAS – TO**  
**Novembro de 2015**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Biblioteca da Universidade Federal do Tocantins**  
**Campus Universitário de Porto Nacional**

M672 Miranda, Ricardo Ferreira

Miracema do Tocantins: uma cidade em  
(des)construção. / Ricardo Ferreira Miranda. – Porto Nacional,  
TO: UFT, 2015.

180 p.; il.

Orientador: Prof. Dr. Elizeu Ribeiro Lira.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Tocantins,  
Programa de Pós-Graduação em Geografia.

1. Geografia. 2. Cidade. 3. Urbanização. 4. Políticas Públicas. 5.  
Espaço Urbano. 5. Miracema. 6. Tocantins. I. Título.

**Bibliotecária: Janira Iolanda Lopes da Rosa CRB-10/420**

**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS** – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

RICARDO FERREIRA MIRANDA

**MIRACEMA DO TOCANTINS: UMA CIDADE EM (DES)CONSTRUÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Câmpus de Porto Nacional, como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Aprovada em: 25 de fevereiro de 2016.

**BANCA EXAMINADORA**



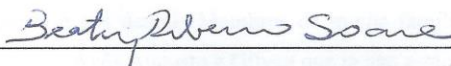
---

Prof. Dr. Elizeu Ribeiro Lira (Orientador)  
Universidade Federal Tocantins - UFT



---

Prof. Dr. Roberto de Souza Santos  
Universidade Federal Tocantins - UFT



---

Prof.ª Dra. Beatriz Ribeiro Soares  
Universidade Federal de Uberlândia - UFU

Porto Nacional - TO  
2016

## AGRADECIMENTOS

A construção de uma dissertação não implica somente em um trabalho individual, mas acima de tudo da ajuda e participação de vários sujeitos. E são a esses que direta e indiretamente contribuíram e fizeram parte dessa longa caminhada que faço meus agradecimentos.

Ao Professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira, por ser o idealizador do Programa de Mestrado em Geografia da Universidade Federal do Tocantins;

Ao estimado Professor Elizeu Ribeiro Lira, por se fazer importante em minha formação acadêmica na graduação e agora na pós-graduação, pelas críticas e sugestões e claro pela orientação e apontamentos ao longo dessa jornada;

Aos professores que compõem a banca Roberto de Souza e Beatriz Soares;

Aos colegas de Mestrado, em especial ao Daniel pela grande ajuda prestada em um momento complicado da pesquisa;

Ao Ricardo Marcilio pelas longas e diversas conversas complexas nas conveniências do nosso espaço urbano, e por saber a importância e a dificuldade de se fazer um mestrado;

Aos funcionários do Mestrado em Geografia da UFT, Poliana que sempre se mostrou solícita em nos atender;

A Camareira Vilma Ferreira da Costa, minha Mãe, que sempre acreditou em mim e me mostrou todos os dias a importância dos estudos na vida de um pobre;

Ao Professor, amigo, companheiro e Pai Antonio Miranda de Oliveira que sempre esteve disposto a ajudar de diversas formas e que foi e sempre será meu exemplo de professor, pessoa e pai.

Aos meus irmãos Cristiane Ferreira, Lorena Ribeiro, Cleber Matheus e Elton John, a minha tia Deusa e aos demais Membros da minha família em especial a minha Avó Margarida, e meus Avôs Augusto e Gilvan que já não estão mais em nosso meio.

E a Tatiane minha namorada que está a todo momento ao meu lado e sempre dizendo que iria conseguir.

## RESUMO

Esse estudo tem como objetivo, compreender as transformações e configurações urbanas na cidade de Miracema do Tocantins, a partir do desenvolvimento do capitalismo na cidade, antes e depois de sua condição de capital do estado, tomando como recorte temporal a década de 1970 até o ano de 2014. A pesquisa desenvolvida é qualitativa, a análise bibliográfica tem por base autores como Santos (1979, 2001, 2003, 2005, 2006), Sposito (2007, 2009), Carlos (1991, 1996) nas discussões sobre a urbanização e produção do espaço urbano. Para a análise de temas como políticas públicas e ocupação territorial do Tocantins utilizou-se obras de diversos autores tais como: Oliveira (1991), Carneiro (1988), Becker (1978), Apolinário (2006). Além da análise bibliográfica a pesquisa se desenvolveu também através de entrevistas e da análise de documentos. Os resultados foram a respeito de algumas políticas públicas como a implantação da BR153 e da SPVEA que atingiram a cidade de Miracema do Tocantins, e reconfiguraram e produziram o espaço urbano da cidade, como também em relação ao processo de produção e reprodução do espaço geográfico na cidade de Miracema do Tocantins e a atuação dos agentes responsáveis pelo processo de produção e reprodução do capital e do espaço urbano em Miracema do Tocantins.

**Palavras Chave:** Cidade, Urbanização, Políticas Públicas, Produção do Espaço Urbano.

## **ABSTRACT**

This study aims, understand the transformations and urban settings in the city of Miracema do Tocantins, from the development of capitalism in the city before and after his state capital condition, taking as time cutting the 1970s to the present time.

The research that has developed is qualitative, the literature review is based on authors such as Santos (1979, 2001, 2003, 2005, 2006), Sposito (2007, 2009), Carlos (1991, 1996) in discussions of urbanization and production of urban space. For the analysis of issues such as public policy and Tocantins territorial occupation we have used the works of several authors such as Oliveira (1991), Ram (1988), Becker (1978), Apollinaire (2006). In addition to the bibliographic analysis research has also been developed through interviews and document analysis. We already have some results about some public policies, such as the deployment of BR153 and SPVEA that hit the city of Miracema do Tocantins, and reconfigured and produced the urban space of the city. but also in relation to the production and reproduction of geographical space process in the city of Tocantins Miracema and the actions of the agents responsible for the production process and reproduction of capital and the urban space in Miracema do Tocantins.

**Keywords** : City, Urbanization , Public Policy , Urban Space Production

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: População total em 1950, 1960 e 1964 de três municípios de Goiás.....	33
Tabela 2: Série histórica população rural e urbana de Miracema de 1970 até 2010.....	36
Tabela 3: Séries históricas população rural e urbana de Araguaína de 1970 até 2010....	37
Tabela 4: Série histórica população rural e urbana de Paraiso do TO de 1970 até 2010.....	37
Tabela 5: Série histórica população rural e urbana de Gurupi de 1970 até 2010.....	37
Tabela 6: Taxa de urbanização das regiões brasileiras, de 1940 a 2010 (IBGE).....	44
Tabela 7: População do Estado do Tocantins de 1890 até 1920.....	51
Tabela 8: Série histórica da urbanização do Brasil (1940 – 2010).....	58
Tabela 9: Contribuição dos setores produtivos para o PIB de Miracema do Tocantins..	69
Tabela 10: Cadastro Central de Empresas de Miracema do Tocantins em 2012.....	70



## **LISTA DE MAPAS**

Mapa 1: Localização de Miracema no Estado do Tocantins.....	28
Mapa 2: Localização da mancha urbana do município de Miracema do Tocantins.....	29
Mapa 3: Indicando as cidades formadas com a exploração do ouro em Goiás e Tocantins – Século XVIII e XIX.....	64
Mapa 4: Mancha urbana de Miracema do Tocantins em 1968.....	92
Mapa 5: Mancha urbana de Miracema do Tocantins em 1985.....	97
Mapa 6: Mancha urbana de Miracema do Tocantins de 1995.....	98
Mapa 7: Mancha urbana de Miracema do Tocantins de 2014.....	99

## **LISTA DE SIGLAS**

(IBGE) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

UHE- Usina Hidrelétrica.

UFT - Universidade Federal do Tocantins.

(SPVEA) - Políticas Públicas na Amazônia: Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia.

(SUDAM) - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia  
Km – Quilometro.

EIA - Estudo de Impacto Ambiental.

BR-153 - Rodovia Belém-Brasília.

CONSUNI - Conselho Universitário.

CONSEPE - Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

UNITINS – Universidade do Tocantins.

REUNI –

CANG – Colônia Agrícola de Goiás.

AC – Antes de Cristo.

## LISTA DE IMAGENS

Imagem1: Galpão da antiga indústria de coco babaçu na cidade de Miracema – TO.....	72
Imagem 2: Casa localizada de frente ao galpão da Indústria e que hoje é usada como residência que funcionava como escritório da indústria de óleo de coco.....	72
Imagem 3: Loteamento Jardim dos Buritis da “Petro Imobiliária” em Miracema- TO..	75
Imagem 4: Ponto de Apoio de expressão cultura e lazer de Miracema, localizado às margens do rio Tocantins.....	78
Imagem 5: Praia Mirassol no rio Tocantins, o ano inteiro como espaço de lazer.....	79
Imagem 6: Praça Derocy Moraes, localizada na área central da cidade.....	79
Imagem 7: Rua 25 de Agosto no centro da cidade .....	82
Imagem 8: Rua 25 de Agosto no centro da cidade .....	82
Imagem 9: Casa onde funcionava o antigo cinema da cidade .....	84
Imagem 10: Local onde funcionou uma indústria de beneficiamento de café.....	83
Imagem 11: Casas da Rua 7 do Setor Brasil periferia da cidade.....	85
Imagem 12: Construção paralisada de um posto de saúde no Setor Brasil.....	86
Imagem 13: Casarão localizado na Rua Osvaldo Vasconcelos e abandonado.....	89
Imagem 14: Esqueleto de um prédio abandonado localizado na Rua Osvaldo Vasconcelos.....	90
Imagem 15: Avenida Tocantins inundada pela enchente de 1980.....	93
Imagem 16: Pessoas deixando suas casas inundadas pelo Rio Tocantins.....	94
Imagem 17: Moradores de Miracema esperando as águas do Rio Tocantins baixarem..	95

## SUMÁRIO

<b>I. INTRODUÇÃO/JUSTIFICATIVA.....</b>	<b>12</b>
<b>CAPITULO 1 - OS CAMINHOS E DESCAMINHOS DO CAPITAL EM MIRACEMA DO TOCANTINS: DO RIO TOCANTINS A BELÉM – BRASÍLIA.....</b>	<b>20</b>
1.1. Políticas Públicas na Amazônia: SPVEA e SUDAN.....	22
1.2. Miracema do Tocantins e sua integração à Br 153.....	27
<b>CAPITULO 2 - A REOCUPAÇÃO TERRITORIAL DO ATUAL ESTADO DO TOCANTINS .....</b>	<b>41</b>
2.1. Urbanização Brasileira: alguns apontamentos.....	42
2.2. (Re) ocupação do Tocantins.....	47
2.3. A urbanização no Tocantins: Da mineração a BR153.....	61
<b>CAPITULO 3 - O PROCESSO DE PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM MIRACEMA.....</b>	<b>66</b>
3.1. Espaço urbano e Urbanização em cidades pequenas.....	66
3.2. A Produção e Reprodução do Espaço em Miracema do Tocantins.....	73
3.3. Urbanizações em Miracema do Tocantins.....	80
3.4. Miracema como capital do Estado do Tocantins: .....	86
3.5. A Noção de Construção e (Des)construção da cidade de Miracema do Tocantins..	91
<b>4.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>101</b>
<b>5.0 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>103</b>

## I. INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

O território que hoje constitui o Estado do Tocantins permanecia economicamente isolado e praticamente sem conexão com os grandes centros do país até o fim da década de 1950. Era um território ocupado majoritariamente por indígenas e camponeses que, com técnicas rústicas, produziam para subsistência ou, quando muito, para o comércio em pequena escala, mas com importantes contribuições para a formação sociocultural, política e econômica do Tocantins até 2015.

Com a inauguração da BR-153, conhecida como Rodovia Belém-Brasília, em 1960, ocorre um intenso fluxo de pessoas para a região norte de Goiás, e as terras nas proximidades do traçado dessa estrada sofrem uma valorização espetacular, despertando a cobiça de grileiros e especuladores imobiliários, que agiam com violência, expulsando os antigos ocupantes e com o apoio do estado. Intensificou-se a partir de então a concentração fundiária. Ocorreram mudanças radicais nas formas de produção, com a incorporação de insumos e tecnologias modernas. As relações de trabalho alteraram-se, crescendo o desemprego e a exploração, com grande prejuízo para os habitantes tradicionais da região que, viram-se obrigados a por o pé na estrada em direção à periferia das pequenas e médias cidades. E o ecossistema regional sofreu séria degradação por causa da implantação da monocultura e da pecuária intensiva.

Nota-se assim que no caso do Estado do Tocantins a urbanização não se impulsionou com a criação e instalação de indústrias, mas sim pela produção agrícola e assim as grandes áreas monocultoras passaram a atrair trabalhadores rurais que se concentravam nas cidades próximas. Nessas mesmas se desenvolviam as empresas em grande maioria comerciais e de serviços.

No Brasil o setor da economia que mais cresce é o terciário que concentra as atividades e ofertas dos serviços como: médicos, advogados, profissionais da educação, segurança e outros. O desenvolvimento econômico social e o capitalismo brasileiro estão diretamente ligados ao crescimento do setor terciário da economia. Mas esse desenvolvimento concentra a oferta de serviços nas principais cidades, particularmente naquelas que, dado seu desenvolvimento econômico, são consideradas “metrópoles e ou capitais regionais”.

Essa concentração de serviços e de capital nas principais cidades nos remete a um pensamento no qual se estabelece da seguinte maneira: a urbanização ocorre juntamente com a oferta de serviços e o capitalismo se estabelece a partir da

urbanização. São esses fatores que possibilitam as transformações urbanas. Esses elementos são importantes fatores que desencadeiam transformações nos espaços urbanos e rurais de uma determinada região.

Essas transformações não são apenas de natureza econômica. Elas podem ser notadas também a partir dos rastros que esse processo de mudança vai deixando e marcando, por exemplo, na paisagem em uma determinada cidade. Nesse contexto surge uma grande possibilidade para investigação intelectual que é compreender as transformações urbanas a partir de uma análise das paisagens urbanas apresentando as rugosidades que segundo Santos (1992) “são as marcas ou o acúmulo do tempo na paisagem” assim podemos notar as diferentes funções que já foram atribuídas aos mesmos espaços.

Desta forma o objeto de estudo deste trabalho é a cidade de Miracema do Tocantins que foi a primeira capital do Estado do Tocantins e que no período da criação do Estado, quando era a capital, teve um grande investimento econômico que acarretou numa intensificação da urbanização que para alguns nada mais é do que o aumento do número de pessoas na cidade.

O principal problema encontrado no estudo das pequenas cidades gira em torno do conceito do que é pequena cidade. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), leva em consideração o contingente populacional para determinar a pequena cidade. Segundo esse critério as cidades pequenas são aquelas que possuem até 20.000 habitantes, as cidades médias são aquelas que possuem até 500.000 habitantes e aquelas com mais de 500.000 habitantes são consideradas grandes cidades. Segundo Ribeiro (2005, p. 63) “A maior característica da cidade é justamente a concentração populacional. Por isso é que as cidades ainda são classificadas em pequenas, médias, grandes ou metrópoles, de acordo com a quantidade de pessoas que nelas vivem”.

Essa ideia é um equívoco causado principalmente pela função administrativa que se atribui a ciência geográfica no Brasil. Desta forma se faz necessária uma reformulação nos critérios utilizados para classificar as cidades no Brasil. Que deveria passar principalmente por uma mudança na forma de análise, deixar de considerar o contingente populacional e passar a considerar as relações sociais e as atividades produtivas da população, pois atualmente para se classificar uma cidade no Brasil é necessário apenas um contingente populacional mínimo de 2.000 habitantes. Já na Itália para que um aglomerado populacional seja considerado uma cidade é necessário que 50% de sua população ativa não realizem atividades agrícolas.

O aspecto populacional é significativo para caracterizar a pequena cidade, mas não é o único dado que se deve levar em consideração. Santos (1979), no livro Espaço e Sociedade, denomina as pequenas cidades de cidades locais, argumentando que,

Aceitar um número mínimo, como fizeram diversos países e também as Nações Unidas, para caracterizar diferentes tipos de cidades no mundo inteiro é incorrer no perigo de uma generalização perigosa. O fenômeno urbano, abordado de um ponto de vista funcional, é antes de tudo, um fenômeno qualitativo e apresenta certos aspectos morfológicos próprios a cada civilização e admite expressão quantitativa sendo isto outro problema (SANTOS, 1979, p. 69-70).

O mesmo autor explica ainda que as cidades locais deixam de servir as necessidades das atividades primárias para servir as necessidades inadiáveis da população com verdadeiras especializações do espaço, e tem um crescimento autossustentado respondendo as necessidades vitais mínimas.

O nosso objeto de estudo é a cidade de Miracema do Tocantins que segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) tem 20.663 habitantes, segundo o censo 2010, desse dado surge um dos primeiros problemas da pesquisa, pois segundo o IBGE como já foi dito acima cidades pequenas são aquelas com até 20.000 habitantes, porém o IBGE, classifica Miracema com uma pequena cidade.

Sobre pequenas cidades, Beatriz Soares e Nágela Aparecida de Melo (2009, p. 36) argumentam que,

Em síntese, as pequenas cidades no Brasil, entendidas enquanto espacialidades compõem a totalidade do espaço brasileiro, na condição de partes integrantes e interagentes, são marcadas pela diversidade. Tal característica pode ser entendida a partir do contexto regional em que estão inseridas, pelos processos promotores de sua gênese, bem como no conjunto de sua formação espacial.

As pequenas cidades tem uma divisão social do trabalho simples, vinculado com o setor primário como a agricultura de subsistência e a pecuária, e em atividades do setor terciário na maioria das vezes de pouca qualificação. Pequenas e grandes são escalas de grandezas e isso não é significativo, segundo (Sposito, 2009, p. 15-16):

(...) há que se empreender um esforço para superar a adoção desses adjetivos de pequenas e médias cidades. (...) que a realidade das pequenas e médias cidades é extremamente plural para que se continue salientando, no plano teórico conceitual esses dois adjetivos.

(Sposito, 2009, p.13) coloca importante questionamento acerca desse debate:

Será que essas duas expressões são boas para designar um tipo, um padrão, um conjunto de cidades que desempenham várias e diferentes funções numa divisão do trabalho que se estabelece?

Porém, a cidade em suas diferentes formas, tamanhos ou funções, é a materialidade da urbanização, assim não nos interessa se a cidade tem x número de habitantes e é considerada pequena ou tem 2x e é considerada grande. O que é realmente importante é analisar como ocorrem as relações e as configurações sócio espaciais na cidade, e assim demonstrar como se dão essas relações em Miracema do Tocantins.

Dois conceitos geográficos sempre andam juntos que são a urbanização e a industrialização, daí surge uma das maiores dificuldades em se trabalhar com a urbanização nas pequenas cidades como em nosso caso, pois na cidade analisada Miracema do Tocantins, praticamente não tem atividade industrial. A falta de indústrias não é uma característica apenas da cidade de Miracema, pois, de acordo com “O Balanço Anual – (Tocantins, 1999), o Estado de Tocantins caracteriza-se por ter a agricultura, o setor de serviços, bem como o setor público como os setores que absorvem a maior parte da população economicamente ativa”. A agropecuária contribui com 60% do PIB, e é a principal atividade econômica do Estado, com destaque para a pecuária. A seguir, aparecem o comércio e os serviços, com predomínio do setor público. A indústria fica em último lugar. A maioria das empresas instaladas no Estado são de estabelecimentos comerciais (80% do total), e 12% são indústrias e empresas de construção civil, concentradas principalmente nos municípios de Araguaína, Palmas e Gurupi. O PIB per capita posiciona o Tocantins em penúltimo lugar entre os Estados brasileiros.

Apesar dessa dificuldade é possível afirmar que existem transformações urbanas nas cidades pequenas que alteram as estruturas, funções urbanas e sócio espaciais. Clark (1985, p. 101) afirma, a respeito do processo de urbanização que,

De início, essas mudanças estão restritas e são experimentadas por aqueles que realmente residem na cidade, mas, com o passar do tempo são difundidas e adotadas por aqueles que vivem nas áreas rurais, de tal modo que o conjunto da sociedade vem a ser dominado por valores, expectativas e estilos de vida urbanos. Este processo de mudança comportamental e relacional é reconhecido como urbanização.

Para Henri Lefebvre, em A Revolução Urbana (2001), no processo de urbanização existe um eixo temporal rumo a total urbanização e esse eixo temporal se estabelece da seguinte maneira: cidade política- cidade comercial- cidade industrial e zona crítica que seria uma cidade em total urbanização. Compreendemos que esse processo não ocorre sem conflitos que se estabelecem no espaço urbano, mas se



territorializam em setores específicos desse desenvolvimento capitalista e também passam por processos de resistência de segmentos atingidos neste processo (populações pobres urbanas, camponeses, atingidos por barragens, populações indígenas, grandes projetos de construção de rodovias no passado (BR-153) e de ferrovia hoje (a Norte Sul) e outros).

Quando uma determinada cidade deixa de ser comercial e passa a ser industrial é nesse momento que ocorre o desvio do rural para o urbano. E no momento em que a cidade deixa de ser industrial e passa a zona crítica é por que essa chegou a total urbanização assim já passou por diferentes etapas no processo de urbanização como: concentração urbana, êxodo rural, extensão do tecido urbano, subordinação completa do agrário ao urbano. Compreende-se que é importante questionar como esse processo de transformação do espaço urbano tem se dado na cidade de Miracema.

Por isso acredita-se que há necessidade de estudos dessa natureza no Tocantins e no caso específico de Miracema, há uma longa história dessa cidade e de seu povo antes dela se tornar capital e consideramos importante buscar conhecer e elaborar reflexões que ajudem as gerações atuais, inclusive nos processos de formação nas escolas, a construir outros discursos para falar sobre essa região para não continuar reproduzindo o que os discursos dominantes disseram e dizem sobre esse espaço.

Assim dentro de outra reflexão metodológica, mas na mesma direção de novos estudos sobre a rede urbana, cabe apresentar o referencial teórico-metodológico desenvolvido por Pred (1979, p. 13), que trata das propriedades fundamentais aos sistemas regionais de cidades, a partir das unidades urbanas individuais e seus padrões, extensões e composições de interdependência, bem como as ligações de informações/fluxos de bens, serviços, capital e pessoas e o grau de abertura e fechamento desse sistema de cidades. Pred (1979, p. 17) afirma que,

Atualmente, a regra tamanho e hierarquia, não é mais que uma regularidade empírica desprovida de fundamentação teórica aceita. [...] na literatura convencional geográfica e de planejamento relativa a sistemas de cidades, coloca-se excessiva ênfase na estrutura hierárquica das interdependências.

A partir desses princípios não pretendemos estudar como se estabelece a hierarquia ou rede urbana, mas sim como ocorrem as transformações urbanas e rurais na cidade de Miracema do Tocantins que é classificada pelo IBGE como um Centro Sub-Regional, uma cidade pequena. Num determinado recorte temporal a partir da década de

1970 e a década de 1980 quando foi a primeira capital do estado até 2015. Demonstrando os fatores responsáveis pelas maiores transformações no espaço urbano e rural desta cidade como, por exemplo, a construção e ampliação do campus da Universidade Federal do Tocantins, como também a construção da usina hidrelétrica de Lajeado cidade vizinha a Miracema, os impactos na vida urbana com a implantação de grandes projetos (UHE-Lajeado e Ferrovia Norte Sul), mas também o registro da cidade na década de 1970.

Pensamos assim que é o desenvolvimento tecnológico e a busca do novo “moderno” que traz tantas transformações ao espaço urbano e deixa-o a cada momento mais dinâmico. Ou seja, ao considerarmos a urbanização como um modo de vida que se estabelece através das configurações e das relações sócio espaciais dos sujeitos, nota-se que a cada momento mesmo no campo as relações se dão de maneira mais rápida e com maior acesso a tecnologias devido a estratégias das indústrias como a diminuição dos ciclos de vida dos produtos fazendo com que as inovações ocorram em uma maior velocidade.

Assim, para um individuo ser considerado bem urbanizado ele deve sempre consumir essas inovações tecnológicas. Que não são apenas produtos, mas também serviços e estruturas como: construções modernas, fachadas de lojas brilhantes, rodovias bem pavimentadas, automóveis, ouvir determinados tipos de música e etc. Além disso a atividade realizada por esse sujeito não deve ser agrícola. Vale salientar que atividades agrícolas são aquelas que são necessárias na maioria das vezes no campo como: veterinário, agrimensor, agrônomo. E atividades não agrícolas são aquelas que normalmente são realizadas com maior frequência nas cidades como as vendas de diversos bens duráveis ou não duráveis, serviços bancários, assistência técnica de maquinas e programas dentre outros.

O tema aqui proposto está relacionado à produção do espaço urbano em cidades médias e pequenas. Logo de início surgem algumas questões: afinal, existe produção do espaço urbano em cidades médias e pequenas? Como se apresenta o rural nas cidades médias e pequenas? Existe alguma diferença com a representação do rural nas cidades grandes? Quais são essas representações e processos urbanos? Quais são as alterações causadas no meio urbano incitado pelo rural?

Considerando nossa perspectiva de compreender os processos contraditórios de desenvolvimento do capitalismo num espaço onde não se encontram as condições mais adequadas para tal, nosso problema de pesquisa foi definido assim: Que transformações

e configurações urbanas se constituíram na cidade de Miracema do Tocantins, a partir do desenvolvimento do capitalismo na cidade, antes e depois de sua condição de capital do estado, tomando como recorte temporal a década de 1970 até 2015?

Nesta perspectiva definimos como objetivo geral deste estudo: Compreender as transformações e configurações urbanas na cidade de Miracema do Tocantins, a partir do desenvolvimento do capitalismo na cidade, antes e depois de sua condição de capital do Estado, tomando como recorte temporal a década de 1970 até 2015.

Considerando o problema da pesquisa e o seu objetivo geral, tomar-se-á os seguintes objetivos específicos como referência para o estudo:

- Analisar e conhecer referencial teórico que discuta a temática das transformações urbanas ocorridas em pequenas cidades.
- Compreender a urbanização a partir do capitalismo e da economia em cidades sem grandes participações industriais nesse processo de urbanização.
- Demonstrar como ocorre o processo de produção e reprodução do espaço nos espaços urbanos de Miracema do Tocantins dos anos de 1970 até 2015.

O estudo sobre as configurações e transformações do espaço urbano de Miracema do Tocantins foi realizado a partir de uma análise crítica sobre a ação do Estado e dos diferentes interesses políticos. Neste sentido, o objeto de estudo é tratado a partir de uma abordagem qualitativa enfatizando os sujeitos envolvidos no processo de transformação do espaço.

De acordo com Bogdan e Biklen (1994, p. 47-50) uma investigação qualitativa possui cinco características fundamentais:

- A fonte direta de dados é o ambiente natural, constituindo o investigador o instrumento principal;
- A investigação qualitativa é descritiva;
- A investigação qualitativa interessa-se mais pelos processos do que simplesmente pelos resultados ou produtos;
- Os investigadores qualitativos tendem a analisar os dados de forma indutiva;
- O significado é de importância vital na abordagem qualitativa. Os investigadores estão interessados no modo como diferentes pessoas dão sentido às suas vidas.

A opção por esta abordagem se justifica em função da própria natureza do objeto da investigação: As transformações urbanas na cidade de Miracema do Tocantins, a partir do desenvolvimento do capitalismo na cidade, antes e depois de sua condição de

capital do estado, tomando como recorte temporal a década de 1970 até 2015. A abordagem qualitativa permitirá apreender como os moradores da cidade de Miracema do Tocantins se sentem com relação às transformações urbanas ocorridas na cidade.

Como técnicas de coleta de dados, foram priorizadas as seguintes:

1. Observação – que ocorreu com o acesso do pesquisador aos locais onde vivem e trabalham os sujeitos da pesquisa. Teve papel importante a convivência com os antigos moradores e políticos da cidade, bem como o conhecimento da cidade em razão de ser residência de integrantes de minha família.
2. Entrevistas Semiestruturada – foram articuladas com o objetivo de dar voz aos sujeitos da pesquisa permitindo o contato com os seus discursos e a forma como os mesmos compreendem o processo de urbanização e transformações urbanas no qual estão inseridos. Os entrevistados são identificados por nomes fictícios, por solicitação dos mesmos.
3. Análise de documentos – tomou-se como referência os documentos da secretaria municipal de obras, censos realizados pelo IBGE entre a década de 1970 até 2015 e outros.

## CAPITULO – 1

### Os Caminhos e Descaminhos do Capital em Miracema do Tocantins: Do Rio Tocantins a Belém- Brasília

No Brasil, somente a partir da década de 1980, os estudos sobre políticas públicas ganharam impulso. E isto ocorre no contexto dos debates e ações políticas que possibilitaram o retorno da democracia política no país (Azevedo, 1997). De lá para cá muita coisa mudou no âmbito do estado e da sociedade e no de suas inter-relações.

Poulantzas (1980) considera que pensar políticas públicas, significa ter presente as estruturas de poder e de dominação, bem como os conflitos infiltrados por todo o tecido social que tem no Estado o seu lugar privilegiado de condensação. Compreendemos que a questão central é ter clareza acerca do modo como, no capitalismo, via Estado burguês que temos, no quadro atual de seu desenvolvimento no mundo, analisar políticas sociais, políticas públicas que não estão comprometidas em construir as condições para que todo ser humano tenha condições de igualdade e bem-estar. Por isso que temos visto uma “bondade” dos governos que multiplica programas<sup>1</sup> e políticas, que não alteram os processos de exploração e expropriação dos mais pobres.

Nesta perspectiva estamos aqui compreendendo que as políticas públicas, não podem ser vistas apenas como mecanismo do estado para recompor o processo de reprodução das condições materiais de produção do capitalismo, pois como afirma Lenhardt e Offe (1984, p. 18):

(...) para assegurar o controle sobre o trabalhador assalariado, é necessário definir, através de uma regulamentação política, quem pode e quem não pode tornar-se trabalhador assalariado. De outra forma, seria difícil explicar porque a introdução de um sistema escolar universal (ou seja, a substituição de formas de sociabilização e formação internas à família) vieram acompanhada da introdução da obrigatoriedade escolar geral, temporalmente definida (ou seja, a organização obrigatória de certas etapas da vida fora do mercado de trabalho).

Na verdade, se olharmos as lutas das populações pobres, que vivem no campo e nas periferias das cidades no Brasil, vemos que sistematicamente tem sido negado a estas populações acesso a uma educação que lhes permita pelo menos participar do processo capitalista de trabalho, o que se revela extremamente contraditório para o próprio capital, pois nega a essas populações o direito a uma educação pública com

---

<sup>1</sup>Não desconhecemos o debate que faz a crítica das políticas compensatórias, inclusive afirmando suas limitações. Por outro lado, compreendemos que, mesmo com limitações, nos últimos vinte anos houve distribuição de renda aos mais pobres em razão desses programas.

qualidade. A educação é um bem público que apesar dos seus limites tem caráter fundamental nos processos de mudança na vida das pessoas e no desenvolvimento de uma nação.

No Brasil, por força da pressão e conquista dos trabalhadores, viu-se durante alguns anos, mesmo que de forma fragmentária e limitada, o estado brasileiro, assumir algumas perspectivas do ponto de vista dos trabalhadores, inclusive com a conquista de espaços de poder no interior dos organismos de estado, por segmentos importantes que representam ou representavam os interesses populares e dos trabalhadores em geral. Por outro lado, em contrapartida a essa territorialização dos trabalhadores no núcleo do estado, estamos vendo também um processo de despolitização dos pobres no campo e nas cidades, o que é muito próprio do estado populista com seus processos de cooptação dos trabalhadores e suas lideranças. Como diz Farias (2000, p. 41): “O Estado é um agente de intervenção econômica e durante os últimos 150 anos, a utopia burguesa abstrata é dominante, apesar de certos abalos conjunturais”.

Partimos da compreensão de que políticas públicas são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público, fundado em regras e procedimentos que organizam as relações entre poder público e sociedade, com as devidas mediações dos distintos sujeitos da sociedade e do estado envolvidos neste processo. Neste sentido, as políticas não podem ser pensadas somente como concessão, mas também como resultantes das ações políticas de todos os envolvidos e são legitimadas na forma de leis, programas, que além de orientar as ações, também definem e envolvem o financiamento público dessas políticas. Deste ponto de vista, toda política pública é também em sua essência formas de exercício do poder político, portanto, envolvendo relações de poder, conflitos sociais e de classes, bem como certa possibilidade de repartição de recursos públicos e benefícios sociais.

Do ponto de vista dos camponeses e das populações pobres do campo, principalmente no caso das pequenas cidades, a opção brasileira de levar adiante um processo de desenvolvimento fundado no latifúndio e no agronegócio, ou seja, na concentração da terra como mercado de valor, isso tem se apresentado como um dos grandes obstáculos para o desenvolvimento de políticas públicas que contribuam para gerar mudanças significativas no meio rural e também no urbano. O estado brasileiro tem priorizado estratégias que visam incluir as populações camponesas nos mercados nacionais e mundiais, mesmo que isto possa, a curto e médio prazo, transformar-se num

processo que destrói as perspectivas da agricultura camponesa familiar de uso e apropriação da terra.

De acordo com Brose (2000), se tomarmos como referência as décadas de 1960 e 1970, a história das políticas públicas mostra que a maioria dos projetos possuíam um caráter produtivista, marcados por restrições como insuficiência de pessoal, baixa motivação de técnicos envolvidos, ausência de participação dos beneficiários, forte teor de transferência de pacotes tecnológicos, além de muita ingerência política. Esse quadro continua presente na atualidade vivida em 2015. Basta olharmos o modo como os governos estaduais e municipais, no Brasil inteiro, prestam assistência técnica ao processo produtivo dos trabalhadores rurais assentados da reforma agrária e ou camponeses que vivem em suas pequenas propriedades.

### **1.1 Políticas Públicas na Amazônia: Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) e Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e suas ações na aérea de influencia da cidade de Miracema**

Para Costa (1997) as políticas territoriais são desenvolvidas no âmbito do plano do desenvolvimento regional. Assim as políticas territoriais podem ser entendidas como políticas públicas de investimento sobre o foco local e regional ou políticas de desenvolvimento regional, estabelecida pelo Estado, que pode ser instituída por diversas esferas de poder, como o Municipal, Estadual e do Governo Federal.

Dessa forma as políticas territoriais têm diversos objetivos como: a ocupação demográfica a ocupação econômica, potencializar o desenvolvimento local, regional, melhorar a distribuição de renda, e os níveis de escolaridade. Mas segundo Santos (2014, p. 173) o objetivo das políticas territoriais que se destaca é:

A ocupação do território (demográfica ou econômica) no Estado burguês em desenvolvimento que não indica somente a incorporação de novas terras ao processo produtivo, mas também a apropriação do espaço geográfico. E esta apropriação é cristalizada pelo movimento, pelo jogo de poder e pela luta de classes sociais e, pressupõem que o território é objeto de ocupação, apropriação e domínio geopolítico pelos atores sociais ou econômicos.

As políticas públicas de ocupação econômica têm como principais ações a realização de investimentos na infraestrutura, geração de energia e o financiamento aos agentes econômicos. Santos (2014, p. 173) nos explica ainda que:

As políticas públicas têm o objetivo de construir condições favoráveis para a reprodução ampliada do capital, a partir da criação da infraestrutura básica, como construção de rodovias, de pontes, criação de núcleos urbanos (projetos de colonização) etc. Essas medidas têm como objetivo dar sustentabilidade a reprodução do capital, a consolidação da integração nacional e a ocupação demográfica com vistas à manutenção do território e, numa fase posterior, consolidar a ocupação econômica.

A Amazônia é há muito tempo um território de cobiça dos agentes hegemônicos e do Estado, que já realizou e ainda implantam diversas políticas públicas e territoriais com o objetivo de obter a integração nacional e a ocupação demográfica e econômica, dessa região rica em recursos naturais, mas que também têm uma valiosa cultura que passa pelo modo de vida em harmonia com a floresta Amazônica e por uma divisão do trabalho simples. Mas que não é valorizado pelo Estado, que age como os colonizadores de 500 anos atrás tentando explorar os recursos naturais a fim de atender uma necessidade distante e assim insere essa região na atual e complexa divisão territorial de trabalho.

Segundo Becker (1977) na Amazônia, em 1912 houve a preocupação governamental com a região, quando criou a Superintendência de Defesa da Borracha, para proteger os preços do produto frente à concorrência estrangeira. Em 1942 esta superintendência foi transformada no Banco de Crédito da Borracha, que em 1950 passou a ser o Banco de Crédito da Amazônia. Houve ainda a implantação do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, criado pela Constituição de 1946, teve sua discussão reiniciada em 1950 com a posse do Presidente Getúlio Vargas que convocou uma Conferência Técnica Administrativa para estudar e debater assuntos relativos ao processo de desenvolvimento da Amazônia.

Em sua Mensagem de 1952 ao Congresso Nacional informou da conclusão dos estudos, e da elaboração de um Projeto de Lei, que resultou na Lei nº 1.806, sancionada em 06/01/1953, que instituía o Plano de Valorização Econômica da Amazônia e em seu art. 22, criava a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia – SPVEA. A instituição tinha como objetivos gerais:

- a) Assegurar a ocupação da Amazônia em um sentido brasileiro;
- b) Constituir na Amazônia uma sociedade economicamente estável e progressista, capaz de, com seus próprios recursos, prover a execução de suas tarefas sociais;
- c) Desenvolver a Amazônia num sentido paralelo e complementar ao da economia brasileira.



A SPVEA, que era diretamente subordinada à Presidência da República, apesar de ter diretores regionais na Amazônia e sua sede ficar em Belém do Pará.

Faziam parte da SPVEA os 09 (nove) Estados e Territórios Federais (Pará, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Goiás, Território do Acre, Território do Amapá, Território do Rio Branco-Roraima, Território do Guaporé-Rondônia). Nesse período Miracema pertencia ao estado de Goiás e foi na cidade de Miracema do hoje Tocantins, antes do Norte de Goiás que foi implantado um porto da SPEVEA. Nas margens do rio Tocantins que era um dos principais pontos de comércio da região, pois o rio era a forma mais rápida de se transportar no período. Dessa superintendência criou-se também a Amazônia legal. Que conforme Lira (2011, p. 29):

A Amazônia legal é a reinvenção da região e a dilatação da ocorrência da floresta, é a tentativa “cega” de ocupar espaços que erradamente foram considerados vazios, é também a escamoteação dos verdadeiros objetivos de transformar uma região nativa em uma região onde, suas relações sejam controladas pelo capital, com suas diversas formas de escravizar e de dominar as forças produtivas. Em fim a Amazônia Legal é uma região criada pelos governos militares e/ou paramilitares, com o intuito de reafirmar a soberania nacional na região e desenvolvê-la de maneira segura. Tudo isso sobre o patrocínio do capital estrangeiro, liberalista, encontrando nesse tipo de parceria, uma brecha para apropriar-se das riquezas minerais e vegetais da verdadeira Amazônia brasileira.

Lira nos afirma ainda que considera a Amazônia Legal:

Como uma espécie de camisa de força colocada sobre a Amazônia brasileira, para forçar um pseudo desenvolvimento direcionado aos interesses de grupos econômicos nacionais, que na sua grande maioria não passa de verdadeiros capatazes das grandes empresas transnacionais, hoje comodamente instaladas na região. (Lira, 2011, p.29).

A SPVEA ganhou uma nova e mais ampla dimensão, foi transformada em Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

Em 14 de setembro de 1966, o Grupo de Trabalho da Amazônia (Ministro Roberto de Oliveira Campos e João Gonçalves de Souza), encaminhara ao Presidente Castelo Branco, o projeto de lei votado pelo Congresso Nacional, que resultou na Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966, extinguindo a SPVEA e criando a SUDAM, com outros mecanismos para agilizar a sua atuação e uma estrutura diferenciada. Com a implantação de rodovias como a BR 153 e a diminuição da navegação e do transporte de mercadorias e pessoas pelo rio Tocantins.

Em 27 de outubro de 1966, o Presidente Castelo Branco sancionou a Lei nº 5.174, dispondo sobre a concessão de incentivos fiscais em favor da Região Amazônica.

A Lei nº 5.174 foi marcada pela liberalidade que conferia as pessoas jurídicas (empresas nacionais e internacionais). Além da isenção de impostos de renda, taxas federais, atividades industriais, agrícolas, pecuárias e de serviços básicos, dava isenção de impostos e taxas para importação de máquinas e equipamentos, bem como para bens doados por entidades estrangeiras.

A SUDAM, criada em substituição à SPVEA, passa a ser uma autarquia vinculada à Secretaria Especial de Políticas Regionais do Ministério do Planejamento e Orçamento e, em seguida, passou a ser vinculada ao Ministério do Interior. É criada com a finalidade de planejar, coordenar, promover a execução e controlar a ação federal na Amazônia Legal, tendo em vista o desenvolvimento regional.

Percebemos assim que a Amazônia Legal foi constituída a partir de um discurso ideológico de política nacionalista, mas se apresenta como um projeto para entregar as riquezas naturais da Amazônia nas mãos famintas do capital nacional e internacional.

A política de incentivos fiscais da SUDAM foram os instrumentos de política econômica que viabilizaram a apropriação do capital na Amazônia. “Dessa forma, os capitalistas urbanos tornaram-se os maiores proprietários de terra no Brasil, possuindo áreas com dimensões nunca registradas na história da humanidade” (OLIVEIRA, 2001, p. 01).

Além dessas políticas públicas territoriais ocorreram também, políticas públicas de ocupação, como a Marcha para o Oeste, que na compreensão de Contijo (1988) promovia a criação de colônias agrícolas e a necessidade urgente de abrir novas fronteiras econômicas além de ampliar a malha viária no Centro Oeste, para favorecer a penetração do capital agropecuário na região.

As políticas públicas e territoriais implantadas na Amazônia estão sempre engenhosamente carregadas de um grande apelo midiático através de propagandas em rádio e televisão que tem como objetivo alienar a população da região Amazônica que sofre a espera de uma melhora em sua condição de vida. A mídia utilizada na época era o rádio e televisão que serviam, como uma ferramenta do Estado e de seus agentes hegemônicos do capital, gerando uma perspectiva de progresso e de desenvolvimento local e regional, com a chegada de diversas políticas públicas que na verdade não traziam melhoria alguma para a maior parte da população local e/ou regional.

David Harvey sobre essa ação do sistema capitalista afirma que:

Esse processo de modernização que prometia desenvolvimento e emancipação das necessidades e plena integração econômica nacional, mas que na prática, promove a destruição de culturas locais, muita opressão e numerosas formas

de domínio capitalista em troca de ganhos pífios em termos de padrões de vida e de serviços públicos, por exemplo, no campo da saúde, a não ser para uma elite nacional muito influente que decidira colaborar ativamente com o capital internacional. (Harvey, 1989, p.134)

Harvey nos ajuda a compreender esse processo e é essa a modernização e integração da economia nacional que ocorreu na Amazônia brasileira, assim, podemos notar a ineficácia dessas políticas que prometem a modernização e desenvolvimento econômico, ao analisarmos as ações da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia – SPVEA, que tinha como um de seus principais objetivos desenvolverem a economia da Amazônia de forma paralela e complementar a economia brasileira. Vale ressaltar que a econômica brasileira era baseada na exportação de matéria prima para os países desenvolvidos, assim pensamos que a SPVEA, foi uma forma do capital estrangeiro bisbilhotar a Amazônia e identificar áreas propícias e rentáveis para futuros investimento como os que ocorreram com o surgimento da Amazônia Legal, que foi inventada para facilitar a venda da riqueza da floresta e do subsolo.

Sobre as criações de regiões Santos (2006, p. 192), nos alerta que “as regiões existem porque sobre elas se impõem arranjos organizacionais, criadores de uma coesão organizacional baseada em racionalidades de origens, mas que se tornam um dos fundamentos da sua existência e definição”.

O estagio dessa planejada integração nacional as populações compostas majoritariamente por camponeses e descendentes de indígenas que já ocupavam esse território e ficaram alheios a esse processo de modernização, migraram rumo às periferias das pequenas cidades que se formaram ao longo dos eixos por onde ocorre os fluxos da exploração da região Amazônica, se encontram ainda na expectativa da chegada do progresso que na década de 1940 já havia sido anunciado com a SPVEA, SUDAM, e posteriormente com a BR 153 que segundo novos discursos e novas promessas de governos Estaduais e da grandes empresas transnacionais, que são os verdadeiros alvos dessas políticas, chegaram agora com a implantação da Ferrovia Norte/Sul.

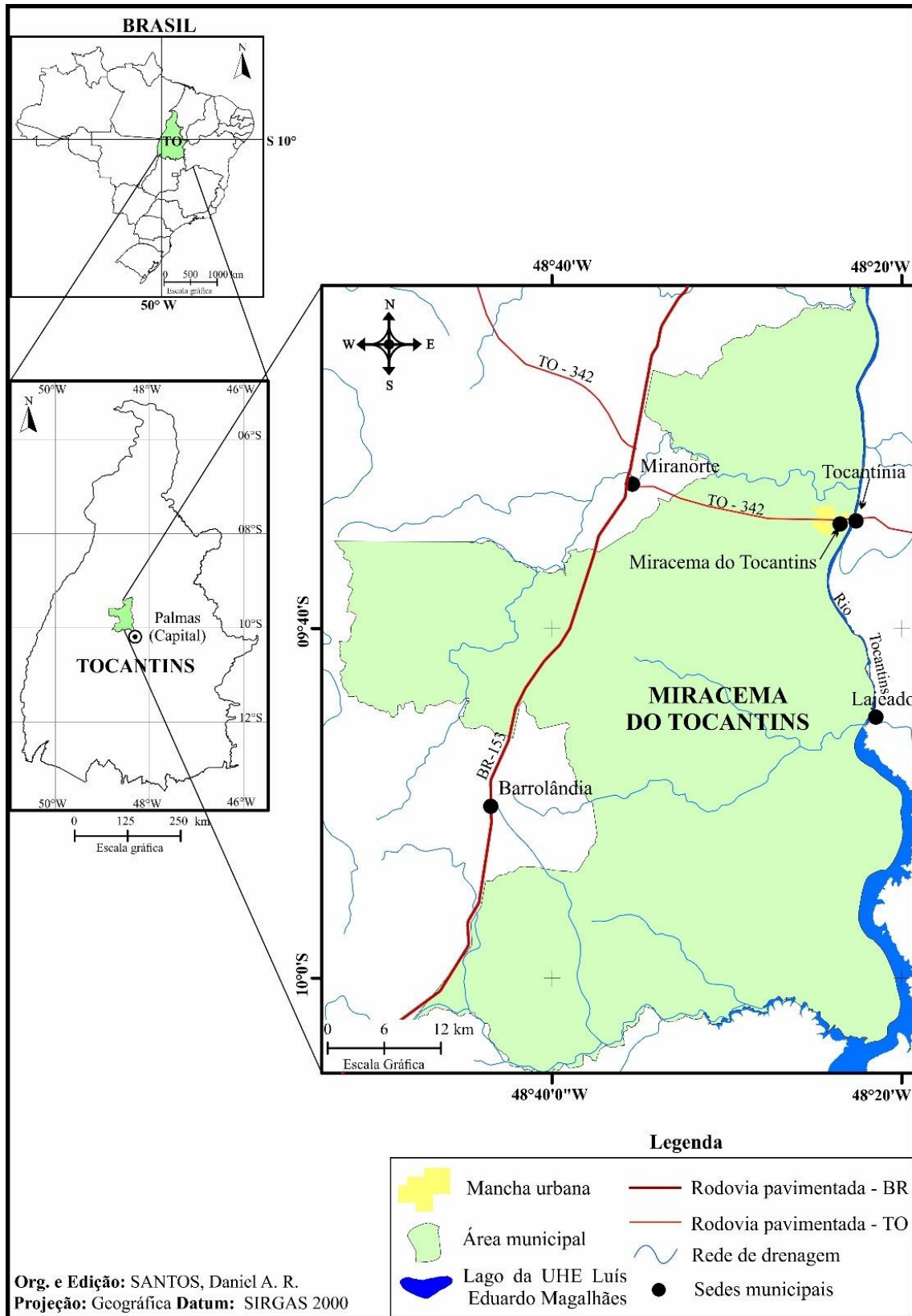
A cidade de Miracema do Tocantins está no seio desse processo, de discursos e ações desenvolvimentistas, talvez pela sua localização na região central do Estado Tocantins a margem esquerda do rio Tocantins, e a 22 km da BR-153 assim a cidade de

Miracema já teve um Porto da SPVEA, e agora a Ferrovia Norte/Sul corta as terras do município no sentido Norte/Sul.

## **1.2. Miracema do Tocantins e sua integração BR-153**

O município de Miracema do Tocantins está localizado na região central do Tocantins e é a sede da 7ª Região Administrativa do Estado, com uma área de 3.503,3 Km<sup>2</sup>, situado à margem esquerda do rio Tocantins e distante 80 km da Capital do Estado, Palmas; possui uma população de 20.684 habitantes, sendo 17.937 no meio urbano e 2.747 no meio rural, conforme dados do Censo Demográfico do IBGE (2010); limita-se ao norte com o município de Guaraí e Rio dos Bois ao sul com os municípios de Porto Nacional e Paraíso do Tocantins, a leste com Tocantínia e a Oeste com os municípios de Miranorte, Araguacema, Barrolândia e Divinópolis, conforme mapa 1 abaixo:

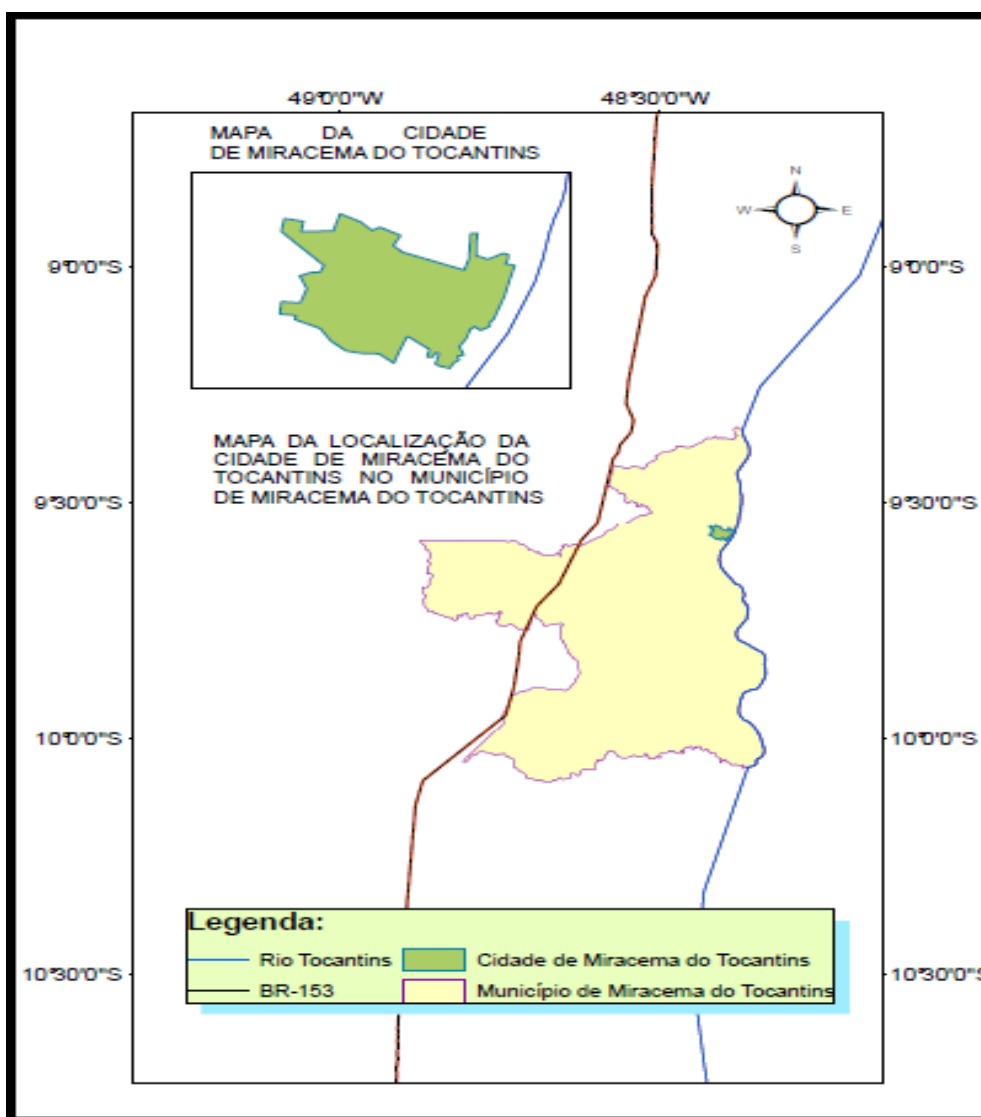
Mapa 1: Localização de Miracema no Estado do Tocantins.



O mapa 1 apresenta o Estado do Tocantins destacado do mapa do Brasil e o município de Miracema do Tocantins destacado no mapa do Estado do Tocantins. O Município de Miracema é cortado pela Br 153 e o Rio Tocantins faz a divisa da cidade com o Município de Tocantínia a leste.

Já o mapa 2 abaixo, apresenta a área do Município de Miracema do Tocantins e em destaque a mancha urbana de Miracema que será apresentada e caracterizada com maior profundidade no capítulo 3.

Mapa 2: Localização da mancha urbana do município de Miracema do Tocantins



Fonte: GoogleEart. Adaptação de OLIVEIRA, A. M. de (2013).

A cidade passou por várias transformações desde que se emancipou em 1948. Do ponto de vista de vulto no cenário nacional, a mais importante aconteceu em

1988 quando foi escolhida capital provisória, por um ano, do recém-criado Estado do Tocantins. Todavia, há uma longa e rica tradição de seu povo, particularmente daqueles que desde suas origens viveram e vivem no campo, os sertanejos, lavradores, camponeses que é tão ou mais importante do que ter sido capital por algum tempo.

A criação do Estado do Tocantins, pela Constituição Federal de 1988, prometia novo ânimo para o desenvolvimento desta região de acordo com os discursos das elites, principalmente em função da tradição de abandono da região e dos apelos direcionados à população pobre. Especificamente Miracema, foi Capital Provisória durante um ano (1989), o que só contribuiu para aumentar os problemas da cidade e a pressão sobre as terras dos pequenos proprietários tornando impossível, ante a volúpia dos que detêm o capital, não ceder às essas pressões. Muitas terras, antigas fazendas, trocaram de donos, mas a concentração continuou. Deixando a cidade em dificuldades sócio econômicas tais como: a falta de emprego e de infraestrutura como asfalto e pontes. Dificuldades que levaram a população de Miracema a trabalhar em diversas áreas. Desta forma as principais atividades econômicas do município são a pecuária, com a criação, principalmente de bovinos, suínos, equinos e muares; a agricultura, com a cultura do arroz, milho, feijão, banana, mandioca e abacaxi; e o setor de serviços, que contribui com a maior parcela da renda do município. Além de ser gerador e transmissor de energia através da Usina Hidrelétrica do Lajeado construída no Rio Tocantins, 22 km a montante da cidade de Miracema.

Com a construção de Usinas Hidrelétricas (UHE) após a inauguração da BR153 e o debate sobre hidrovias a elas agregadas, o rio Tocantins volta a ganhar importância no cenário regional. Estão previstas para ser construídas em seu leito principal, que corta os estados do Pará, Tocantins e Goiás, 11 usinas hidrelétricas, sendo que oito delas já estão em operação. Segundo consta no (Estudo de Impacto Ambiental – EIA. Volume I Caracterização do Empreendimento) realizado pela Companhia de Energia Elétrica do Tocantins em 1996.

A UHE Luís Eduardo Magalhães, que localmente é chamada de UHE de Lajeado, localizada no rio Tocantins, entre as cidades de Lajeado e de Miracema do Tocantins, entrou em operação em 2002, com a capacidade de geração de energia em 902,5 mega watts, alagando uma área de 750 km<sup>2</sup>, para formação de um reservatório de água abrangendo parte do território dos municípios de Lajeado, Miracema do Tocantins, Palmas, Porto Nacional, Brejinho de Nazaré e Ipueiras. Neste rio estão instaladas importantes usinas hidrelétricas, sendo a principal a Usina Hidrelétrica de Tucuruí. Outras importantes usinas hidrelétricas presentes no rio Tocantins são: Cana Brava, Serra da Mesa, São Salvador, Luiz Eduardo Magalhães e de Estreito.

É a cidade de Miracema que obtém a maior quantidade dos impostos oriundos da UHE Luís Eduardo Magalhães, isso ocorre devido à casa de máquina da usina está localizada na margem esquerda do rio no território de Miracema do Tocantins. Segundo consta no (Estudo de Impacto Ambiental –EIA. Volume I Caracterização do Empreendimento) realizado pela Companhia de Energia Elétrica do Tocantins em 1996.

A barragem e o vertedouro para descarga de enchentes estarão localizados pouco a montante da foz do rio Lajeado, e pela margem esquerda estão previstos um dique de ligação e a Casa de Força, esta última localizada em frente à cidade de Lajeado, no município de Miracema do Tocantins.

A cidade possui ainda, uma rede de serviços públicos de uso coletivo e de responsabilidade das três esferas de governo, o Municipal, o Estadual e o Federal. Esses serviços representam o que é disponibilizado como essencial, na visão do governo, para uma cidade do porte de Miracema: educação básica, saúde, segurança e justiça. São acrescidos a esses serviços, outros de natureza pública ou não, que contribuem para a reprodução de espaços que garantam o funcionamento da cidade e do campo.

Miracema é uma cidade que de acordo sua história oficial surgiu na década de 1920 (embora muito antes desse período já vivesse nesta região vários povos indígenas) e, assim deve sua existência aos homens e mulheres que migraram do Maranhão, Pará, Piauí, Pernambuco, Bahia na busca de melhores pastagens para a criação de gado bovino e para o comércio dos poucos produtos agrícolas produzidos, considerando sua condição de cidade localizada às margens do Rio Tocantins e ponto de passagem para quem negociava com o comércio de Belém do Pará.

Apolinário (2006), discutindo o processo de lutas e resistências dos povos indígenas que habitam a região norte de Goiás, diz que os primeiros conflitos Inter étnicos entre indígenas e colonizadores ocorreram na região sul do Piauí nas últimas décadas do século XVII. Para esta autora

A partir de então se intensificam as frentes de expansão da pecuária pelo sertão adentro. A economia criatória que se forma no sertão era extensiva, pois [...] a condição fundamental da sua existência e expansão eram a disponibilidade de terras. *Daí a rapidez com que os rebanhos penetraram no interior, cruzando o São Francisco e alcançando o Tocantins* (Apolinário, 2006, p. 51).

A origem do nome (Miracema), etimologicamente vem do latim, verbo MIRARE = ver, olhar + o sufixo tupi guarani, CEMA= água, daí Miracema, a cidade



que mira a água do rio, no caso aqui, o rio Tocantins. Essa ideia de mirar as águas que passam sempre esteve muito presente nas experiências e na vida dos moradores da cidade de Miracema, particularmente por conta das grandes enchentes que ocorriam no rio Tocantins, antes da construção das usinas hidrelétricas. Nesse período, enquanto as águas subiam, muitas vezes inundando a cidade, as pessoas estavam sempre às margens vendo as águas subirem. A última grande enchente ocorreu no ano de 1980. Ainda continua na memória das pessoas que falam sobre essa questão como dona Jovita<sup>2</sup>, originária do Maranhão, 67 anos, professora aposentada que vive em Miracema do Tocantins desde 1966:

Na enchente de 1980 a cidade acabou. Pra não me lembrar daquilo tudo eu nem tenho imagem de jornal ou até mesmo foto. Isso aqui ó (apontando com a mão o local próximo a sua residência, na região central da cidade), Miracema ficou tudo debaixo de água até lá pros pé de manga perto de onde é o Ginásio Irmã Beatriz hoje (na Avenida Tocantins). Eu mesma perdi tudo que eu tinha em casa.

Outro que fala acerca dessa questão é o senhor Vitalino<sup>3</sup>, sexagenário, trabalhador rural, mas que atualmente reside na área urbana de Miracema, originário do Piauí, vivendo em Miracema desde a segunda metade da década de 1950. Revela questões importantes sobre a constituição urbana da cidade ao falar de contradições do passado e de hoje e que fazem parte da formação dessa cidade.

Eu era bem pequeno e sempre ouvia os mais velhos, pai, avô, dizendo que aqui pra essas banda do Goiás um pai de família num ficava sem terra pra cuidar da meninada. Ai eles contam que deixaram o quase nada que tinham lá pra traz e vieram de tropa de lá pra cá, e chegaram por aqui nestas terras lá pros anos de 1955, pra morar de agregado numa fazendona. Depois o tempo passou, menino cresceu, nós conseguimos uma posse de uma terrinha, com muita dificuldade, pois os graúdo tomavam tudo, trabalhamos muito, mas ai veio a perdição, viemos todo mundo pra cidade, né, precisava de escola pros menino. Muito pobre perdeu suas terrinha assim. Naquela época isso aqui num tinha nada, mas até que era bom, tinha os barcos viajando pelo rio, depois chegou a transbrasiliana, chegava avião grande ai, vinha muita gente de outras regiões que se mantinha era daqui do comércio de Miracema. (...) Essa cidade parece que tem uma sina moço, isso aqui quando começava ir um pouquinho pra diante andava um bucado de marcha ré e tá ai como o senhor é de ver: muitos políticos só ficaram rico, tem escola, hospital, faculdade, coisa que num tinha, mas podia tá melhor. E pra piorar ou melhorar num sei, volta e meia tinha umas cheias do Tocantins veio que botava tudo debaixo d'água e foi assim que em 1980 começou aparecer essa parte alta aqui da cidade, até cresceu, mas os velhos ficam pensando que isso aqui já foi melhor do que o que tá ai (...).

A enchente teve ainda outro papel na historia da cidade de Miracema, como

---

<sup>2</sup>Entrevista realizada em Junho de 2015. Utilizou-se nome fictício atendendo a solicitação da entrevistada.

<sup>3</sup>Entrevista realizada em Junho de 2015. Utilizou-se nome fictício atendendo a solicitação do entrevistado.

revelado nas falas acima, que foi na produção do espaço urbano da cidade, pois antes de 1980 só existia, a chamada, cidade baixa nas margens do rio Tocantins, e como grande parte dessa área foi inundada os moradores construíram casas na parte alta da cidade, passando a se formar a parte alta da cidade, com os setores Santa Filomena, Universitário, Canaã, Flamboyant e outros. Essa estrutura urbana é reforçada no período em que a cidade foi capital, quando a cidade viveu um surto de urbanização, mas lembrando de processos de ocupação do passado, não intensificou o desenvolvimento da cidade.

Para Silva (1996, p. 18), enquanto os bandeirantes ultrapassam limites geográficos à procura do índio, despovoando, assim nossos sertões, o criador de gado e seu curral fincam o sentimento da nacionalidade, e conclui:

(...) a colonização do povo e do território do Tocantins foi decorrência do ciclo do gado no médio São Francisco rumo ao Planalto Central e da expansão da pecuária dos vizinhos Piauí e Maranhão do Sul, com forte influência de Pernambuco e da Bahia, além do Grão-Pará.

A construção da Rodovia Belém-Brasília trouxe novos fluxos migratórios para a região e Miracema foi uma das cidades que recebeu muitas influências, tanto no incipiente comércio situado na área urbana, com novos produtos, como nas novas formas de vida trazidas pelas pessoas que chegavam.

A BR-153 representou para o antigo norte de Goiás, atual território do Estado do Tocantins, grandes transformações de cunho social, cultural, econômico e ambiental. A rodovia foi sem dúvida, o caminho de abertura para a expansão da fronteira agrícola, além de ter contribuído enormemente para que o Tocantins saísse do isolamento. Na perspectiva de Souza (2002, p. 368) a rodovia insere o norte de Goiás, portanto, o território tocantinense, como espaço de fronteira:

Em linhas gerais podemos dizer que a rodovia Belém-Brasília representou para o Brasil e, principalmente para Goiás, um fator decisivo de abertura de frentes pioneiras e de expansão de uma economia antes marcada por traços provincianos, integrando os pólos da economia nacional e contribuindo para uma oxigenação da economia do Estado de Goiás.

Para se entender melhor a importância da rodovia Belém-Brasília, em termos de urbanização e consequente abertura da fronteira agrícola, Aquino (2002) afirma que é relevante observar o movimento migratório que aconteceu neste período gerando um aumento da população recenseada no período da construção da estrada (1950 e 1960)

nos municípios mais importantes da região na época, contribuindo para gerar uma rede urbana e o consequente investimento no trabalho agrícola neste período. A tabela abaixo apresenta os dados populacionais de três municípios de Goiás após o início da construção da rodovia: Pedro Afonso, Porto Nacional e Miracema do Norte (atual Miracema do Tocantins):

Tabela 1: População total em 1950, 1960 e 1964 de três municípios de Goiás.

<b>MUNICÍPIO/ANO</b>	<b>1950</b>	<b>1960</b>	<b>1964</b>
Porto Nacional	11.118	23.005	20.030
Miracema do Norte	8.750	15.376	12.000
Pedro Afonso	6.995	10.033	12.003
<b>TOTAL</b>	<b>26.863</b>	<b>48.414</b>	<b>44.033</b>

FONTE: SOUZA (2002, p. 383).

Fica claro que a construção dessa rodovia cria movimentos contraditórios. As principais cidades da região norte de Goiás, particularmente aquelas localizadas às margens do rio Tocantins que até então gozavam do privilégio de centralizar o transporte de produtos e de pessoas via rio Tocantins, são as que sofrem as maiores mudanças. Com a construção da rodovia esse processo se altera e algumas dessas cidades, no início da construção da rodovia, perdem parte de sua população para os novos centros urbanos que se instalam com o movimento de construção da rodovia. É o caso de cidades como Miranorte que antes da implantação da BR 153 era um distrito de Miracema, porem se emancipou após a construção da rodovia devido o aumento populacional e o desenvolvimento do comercio nas margens da Belém- Brasília, e outras como, Paraiso, Colinas, Guaraí, Gurupi. “A estrada teve sua construção iniciada no final dos anos de 1950, inaugurada em 1960 e a pavimentação concluída na metade da década de 1970” (Aquino, 2002, p. 335).

O processo de mudança na organização espacial do Tocantins se aprofundou no século XX, principalmente a partir da década de 1960, com a construção da BR-153, o que alterou as relações que estavam construídas para a sua base socioeconômica, incorporando a economia de mercado, baseada na pecuária extensiva.

Para César Ajara (1991, p. 8):

O impacto social proveniente do processo de incorporação do Tocantins à economia de mercado se mostrou mais intenso na sua porção norte, particularmente naqueles municípios localizados junto às áreas de expansão

das empresas agropecuárias, próximo ao eixo da Belém-Brasília, que tiveram neste período significativo aumento da população rural.

Com a implantação da rodovia, foi esfacelada a estrutura de transporte fluvial utilizando-se o rio Tocantins e Miracema perdeu muito com isso, na medida em que era uma referência desse tipo de transporte até aquele momento. Perca que marcou a cidade e também seus sujeitos, como o senhor Osvaldo<sup>4</sup>, 62 anos, originário do Estado da Bahia que foi diretor de uma indústria que extraía óleo de coco babaçu, que funcionou de 1960 até 1980. Seu Osvaldo ainda foi prefeito de Miracema do Tocantins de 1990 a 1993. E quando questionado sobre como era Miracema antes da construção BR-153 ele nos contou que:

Antes da BR, essas cidades que tem aqui ao redor de Miracema vinha comprar tudo aqui no comércio de Miracema. Naquela época Miracema era tipo um centro, uma cidade regional. (...) Naquela época o transporte era pelo rio e era aqui em Miracema que os motor (barcos) encostavam para levar e trazer produtos pra Belém e outras cidades como Pedro Afonso, Carolina, Porto Nacional.

Os desdobramentos advindos da implantação da Rodovia Belém-Brasília demonstram, ao longo dos anos, profundas mudanças na família sertaneja. Usos, costumes e tradições são colocados sob suspeita, pela gente do centro do sul do País, que contribuiu para a reelaboração dessa cultura, mas ao mesmo tempo criou as condições para a formação dos latifúndios, com imensas pastagens, transformando estas terras em espaços para a especulação do mercado de terras nesta região (Oliveira, 2013).

Desse ponto de vista, há autores que defendem a ideia de que a intervenção do estado brasileiro construindo uma rodovia dessa dimensão significou colocar a região norte de Goiás como área a ser disputada nos processos de expansão, principalmente da agricultura brasileira. Para Arbués (2002), a rodovia acentua a expansão da fronteira, criando espaços de disputas por terra e para recepção de pessoas de outras regiões do país.

Os resultados de tal processo foram a implantação e o crescimento de núcleos urbanos, alterando assim a composição das relações sociais e de produção. Inovações diversas foram introduzidas, substituindo os antigos sistemas, desmantelados pela dinâmica capitalista. O norte de Goiás, a partir dos anos de 1960, passa a ser então o centro das atenções governamentais, recebendo estímulos ligados à infra-estrutura e financiamento direto ao produtor, através dos programas especiais. Isso provocou uma mudança no panorama de ampliação de frente pioneira e de expansão (Arbués, 2002, p. 403).

---

<sup>4</sup>Entrevista realizada em Junho de 2015. Utilizou-se nome fictício atendendo a solicitação do entrevistado.

É importante compreender que a rodovia Belém-Brasília, contribuiu para trazer novos elementos para a dinâmica socioeconômica do Estado do Tocantins, na medida em que permitiu o aparecimento de novas cidades ao longo do seu percurso. Mas também a rodovia trouxe “problemas” relacionados com a estagnação econômica das cidades localizadas à margem direita do rio Tocantins, que tinham um intenso comércio realizado por navegação fluvial e que entrou em decadência após a construção da rodovia. Miracema mesmo não estando localizada à margem direita do rio sofreu muito neste processo, perdendo sua condição de cidade que ocupava na época um lugar importante no comércio regional, como mencionou o entrevistado.

Essa decadência econômica está presente nas lembranças dos moradores da cidade de Miracema como podemos perceber na fala do senhor Osvaldo, sobre como ficou a cidade de Miracema após a implantação da Br-153:

(...) A cidade parou, quase morreu, pra você ter uma ideia, a indústria que eu trabalhava vendia 60 mil litros de óleo de coco babaçu por semana, mas a coisa ficou tão feia que a indústria fechou. Primeiro por que, a indústria só estava aqui, por causa, que aqui era porto de comercio então os caminhões vinha cheio de coisa tipo ferro e cimento até aqui na Miracema ai embarcava lá na SPVEA pra Belém, e como caminhão não anda vazio quando eles voltavam estavam tudo carregado de coco babaçu que vinha de Carolina do Maranhão. Ainda teve outras coisas, pois quando a BR ficou pronta que começou a chegar muita gente pra cá o povo que chegava ia comprando as terras e derrubando os pé de coco babaçu para poder fazer pastagem, ai nós da indústria e o povo pobre que vivia disso acabamos ficando sem matéria prima, e como agora o transporte era só lá pela BR nós aqui acabamos ficando sem matéria prima, ai num deu outra coisa a indústria foi embora daqui.

Esse processo de aparecimento de novas cidades e, portanto de novas possibilidades de desenvolvimento, criou um mecanismo que também trouxe problemas para cidades como Miracema. Nas cidades tradicionais, localizadas às margens do rio Tocantins e de seus afluentes, predominava uma população que vivia em áreas rurais, contrastando com as novas cidades localizadas ao longo da rodovia nas quais predomina uma população que habita em áreas urbanas. A seguir apresentamos algumas tabelas que mostram dados populacionais de Miracema e outras cidades, conforme o IBGE.

Tabela 2: Série histórica população rural e urbana de Miracema de 1970 até 2010.

Município	Opção	1970	1980	1991	2000	2010
Miracema	Urbana	4.051	9.084	15.723	20.435	17937
Miracema	Rural	16.234	16.224	5.092	4.009	2.747
Miracema	Total	20.285	25.308	20.815	24.444	20.684

Fonte: IBGE (2010). Organização do autor.

Tabela 3: Séries históricas população rural e urbana de Araguaína de 1970 até 2010.

Município	Opção	1970	1980	1991	2000	2010
Araguaína	Urbana	17.372	47.956	84.614	105.874	142.925
Araguaína	Rural	20.408	24.107	18.701	7.269	7.559
Araguaína	Total	37.780	72.063	103.315	113.143	150.484

Fonte: IBGE (2010). Organização do autor.

Tabela 4: Série histórica população rural e urbana de Paraiso do TO de 1970 até 2010.

Município	Opção	1970	1980	1991	2000	2010
Paraiso	Urbana	6.032	15.003	24.282	34.379	42.473
Paraiso	Rural	3.278	5.699	4.543	1.751	1.944
Paraiso	TOTAL	9.310	20.702	28.825	36.130	44.417

Fonte: IBGE (2010). Organização do autor.

Tabela 5: Série histórica população rural e urbana de Gurupi de 1970 até 2010.

MUNICIPIO	OPCAO	1970	1980	1991	2000	2010
Gurupi – TO	Urbana	15.682	30.903	52.523	63.486	75.000
Gurupi – TO	Rural	8.978	7.750	4.229	1.548	1.755
Gurupi- TO	TOTAL	24.660	38.653	56.752	65034	76.755

Fonte: IBGE (2010). Organização do autor.

A tabela 2 nos mostra que a população de Miracema em 2010 é um pouco maior que a população em 1970, mas com uma inversão considerável que revela as mudanças que ocorreram no Brasil e em Miracema neste período, como o êxodo rural e o aumento da população na área urbana, pois em 1970 a cidade contava com uma população rural de mais de 16 mil e hoje esta população rural não chega a quatro mil. As tabelas 3, 4 e 5 revelam a mesma realidade em relação à Paraiso, Araguaína e Gurupi, mas como ficam nas margens da BR 153 houve maior intensificação de sua urbanização, principalmente em Araguaína que em 1970 contava com 37.780 habitantes e em 2010 ultrapassa os 150 mil habitantes.

Na tabela 2 percebemos que na cidade de Miracema do Tocantins a população só se concentrou na área urbana a partir do início da década de 1990, diferentemente do que pode ser observado nas tabelas 4 que corresponde à cidade de Paraiso e na tabela 3

que corresponde a cidade de Araguaína e também na tabela 5 que corresponde a cidade de Gurupi, todas elas cidades que ficam nas margens da Br -153 a população se (urbanizou) primeiro se concentrando na área urbana dos municípios antes que a população de Miracema. Esse é um contraponto importante, pois são cidades que surgiram nas margens da BR 153 que desde seu início tem a população concentrada na área urbana. Diferente de Miracema do Tocantins cidade ribeirinha e que sua população só se (urbanizou) se concentrou na área urbana após sua condição de capital provisória do Estado do Tocantins em 1989.

Notamos assim que a implantação das políticas públicas e territoriais que atendem a interesses das grandes instituições privadas é uma gestão autoritária do território, que segundo (Becker, 1994) gera domínios que são áreas consolidadas com estruturas políticas relativamente estáveis, mantidas através de alianças, com interesses locais regionais e globais, que fazem parte do bloco de poder dando sustentação ao projeto de modernização conservadora. Esse jogo de poder cheio de intencionalidades gera novas territorialidades, e conflitos entre a malha programada e o espaço vivido. Fazendo dos territórios indígenas das periferias urbanas, mesmo das pequenas cidades, e dos camponeses as externalidades da modernização conservadora.

A construção e implantação de infraestruturas espaciais sobre o território provocam a ocupação demográfica do espaço que leva a modernização conservadora e a urbanização pelas políticas públicas de investimento de capital nacional e internacional, como afirma Oliveira (1991, p.135)

Esse desarranjo espacial surgiu de um processo que foi planejado para dar respaldo á ocupação da Amazônia com vistas a integrá-la ao contexto nacional e internacional. Este fato trouxe benefícios apenas para uma pequena parcela da população, aquelas classes sociais de pode aquisitivo mais elevado. E se o processo de urbanização cresceu de forma desordenada proporcionou o êxodo rural de forma desequilibrada e não proporcionou desenvolvimento social a região, que certamente pouco incomoda aos promotores desse processo.

Assim o território tocantinense e a cidade de Miracema do Tocantins se tornam um espaço transfigurado, que segundo (Becker, 1994) é “A espacialidade da semiperiferia é o lugar de forte tensão que tende a levar a fragmentação espacial, em varias escalas de mosaico da modernidade a uma superfície irregular de miséria”.

Essa é a realidade da cidade de Miracema do Tocantins e de seus moradores que notam o passado glorioso distante um duro presente e um futuro muito incerto se sentindo até mesmo roubados pela capital, pela BR 153 e mais recentemente pela

Ferrovia Norte /Sul, além de tudo isso, esquecidos pelos políticos. Percebemos esse tipo de sentimento ao analisarmos a fala de moradores como a dona Jovita, que quando questionada sobre qual a perspectiva que vê para a cidade de Miracema nos fala o seguinte:

Eu não vejo nada viu, penso que se Deus não tiver misericórdia não sei não. Hoje aqui na cidade não tem nada o comercio que já foi bom acabou nem sei como tem essas lojas aqui ainda, acho que lá em Miranorte vende muito mais que aqui. Eu penso que a única coisa boa hoje que pode ajudar a melhorar o futuro da nossa cidade é essa universidade, resto mais nada.

Segundo a dona Jovita uma das coisas boas que ainda resta em Miracema, na sua visão, é a Universidade, vamos brevemente apresentar algumas informações acerca desta em Miracema.

A Universidade Federal do Tocantins – UFT foi criada em 23 de outubro de 2000, no formato multicampi, foi uma grande conquista da sociedade civil e política tocantinense. Sua concretização efetiva, nos âmbitos acadêmico e administrativo, se objetivou a partir do ano de 2003, quando da realização do primeiro concurso público para docentes, a eleição direta para reitor e vice-reitor e a instalação dos órgãos da gestão administrativa (Pró-Reitorias).

Em 2004, houve a aprovação do Estatuto da Fundação Universidade Federal do Tocantins, que possibilitou a instalação dos conselhos deliberativos: o Conselho Universitário – CONSUNI e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE. Além disso, a absorção dos cursos regulares (presenciais) de graduação, alocados nos sete campi da Unitins<sup>5</sup>, um desses campi sediados na cidade de Miracema do Tocantins, que passaram a integrar o Sistema Federal de Educação.

Diante da necessidade de adequar a UFT aos parâmetros de gestão acadêmica do Sistema Federal de Educação, a Administração Superior (Reitoria), por meio do CONSUNI e do CONSEPE, estimulou os colegiados dos Cursos a reformular seus Projetos Pedagógicos. A aprovação da Resolução do CONSEPE de nº 05/2005, que trata do processo de elaboração e reformulação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da UFT, foi fundamental para a redefinição da estrutura acadêmica da Universidade.

---

<sup>5</sup>A Lei nº 10.032/2000 criou a UFT como universidade multicampi abrangendo os sete *campi* da Unitins existentes á época (Arraias, Araguaína, Gurupi, Miracema (desde 1992), Porto Nacional, Palmas e Tocantinópolis).



Do ponto de vista administrativo, durante o ano de 2005, a Reitoria, juntamente com os *campi* universitários, realizou três oficinas de trabalho para elaboração do Plano Estratégico da Universidade. O Plano resultante aponta “a produção e difusão do conhecimento para formar cidadãos e profissionais qualificados, comprometidos com o desenvolvimento da Amazônia” como Missão da UFT. Na área de Ensino, define como objetivo estratégico a ampliação e diversificação da oferta de Cursos de Graduação e Pós-graduação nas diversas regiões do estado onde a universidade se encontra.

No Planejamento de 2006, a Reitoria assumiu o compromisso de consolidação dos *campi*, ampliando a oferta de cursos naqueles que contavam, no momento, com apenas um curso de Graduação, que resultou, no caso de Miracema, na criação e implantação do Curso de Serviço Social.

No final de 2007, a UFT adere ao REUNI e tem sua proposta de expansão aprovada em 2008. O Campus de Miracema realizou discussões internas e optou por não fazer parte, naquele momento, do projeto de expansão da UFT, via Reuni, pois estava projetando uma readequação na oferta de vagas do curso de Pedagogia com possibilidade de realocação para novo curso, a ser criado, já apontando que esse curso poderia ser Psicologia e ou Educação Física. Atualmente o Campus de Miracema vive um processo de expansão, com investimento em infraestrutura para permitir a criação e implantação de novos cursos, como é o caso dos cursos de Psicologia e Educação Física que estão iniciando suas atividades de formação.

De acordo com dados do Guia do Aluno – Calendário Acadêmico (2012) a instituição conta atualmente com cerca de 15 mil alunos matriculados nos seus 42 cursos presenciais de Graduação, localizados nos 07 *campi* universitários. Informa ainda o referido documento, que, além destes cursos, a UFT está oferecendo a partir deste ano 14 cursos de Mestrado e três de doutorado.

Durante a pesquisa de campo conversamos com várias pessoas que apontaram a universidade como um organismo muito importante no processo de desenvolvimento da cidade e da região. Compreendemos que a existência de uma universidade pública federal em uma cidade pequena é uma conquista importante e que também está articulada com políticas públicas que objetivam levar ensino superior para o interior do país.

## **Capítulo 2**

### **A Reocupação Territorial do Antigo Norte Goiano e Atual Estado do Tocantins**

Neste capítulo realizaremos um levantamento acerca do processo de urbanização no Brasil e demonstraremos como esse processo ocorreu no Estado do Tocantins. Assim iniciaremos essa discussão sobre a urbanização brasileira relembrando (Santos 2005), afirmando que “No começo a cidade era bem mais uma emanção do poder longínquo, uma vontade de marcar presença num país distante”. Assim percebemos que nesse início a cidade era o lugar do comércio onde a população vendia e comprava os produtos que não produziam e posteriormente voltavam à zona rural.

Para elucidar esses primeiros passos da urbanização no Brasil, Nestor Goulart Reis Filho (1968 pag. 79), destaca três principais etapas de organização do território brasileiro:

A primeira fase entre 1530 e 1570, cujo ponto de maior intensidade estaria compreendido entre os anos de 1530 a 1540. Entre a fundação do Rio de Janeiro em 1567 e a de Filipéia da Paraíba em 1585, há um intervalo em que ocorre apenas a instalação de Iguape. O segundo período fica entre 1580 e 1640, anos de dominação espanhola, com dois pontos de maior intensidade: os anos entre 1610 e 1620, com a fundação de uma vila e três cidades, e entre 1630 e 1640, com a fundação de nove vilas, com a existência de uma urbanização sistemática na costa norte em direção a Amazônia. Num terceiro momento entre 1650 e 1720, foram criadas trinta e cinco vilas, levantoduas delas a categoria de cidades: Olinda e São Paulo. Ao fim desse terceiro período a rede urbana esta constituída por respeitável conjunto de sessenta e três vilas e oito cidades.

O mesmo autor inclui ainda elementos explicativos da urbanização do período colonial, e o chama de sistema social da colônia, são os seguintes elementos:

A organização político- administrativa de um lado, as capitanias e o governo geral e, de outro a organização municipal; as atividades econômicas rurais (agricultura de exportação e de subsistência) e as camadas sociais correspondentes, a começar pelos proprietários rurais; as atividades econômicas urbanas e seus atores (comércio, ofícios mecânicos, funcionalismo e mineração). (Filho, 1968, pág. 80).

Porém Bastide (1978, pág. 56-57) nos alerta para as mudanças que ocorrem na sociedade nesse período colonial que de nada alterou na divisão social do trabalho:

Não creia que esta civilização do açúcar permaneceu imutável através dos séculos. Modificou-se pelo menos duas vezes, conservando toda via, sob estas transformações, seus traços característicos: o latifúndio e monocultura.

[...] A primeira revolução, a da urbanização se inicia no século XVIII, mas só atinge sua plena expansão no século XIX. A casa da cidade torna-se a residência mais importante do fazendeiro ou do senhor de engenho que só vai a sua propriedade rural no momento do corte e da moenda da cada. [...] a segunda revolução foi técnica. Em 1815, surge na Bahia a primeira máquina a vapor; em 1834 já são encontradas 64. O antigo engenho de água ou tração animal desaparece, mas a máquina a vapor não modifica subitamente a estrutura da sociedade, que continua fundada na família patriarcal, nem o modo de produção que é sempre a escravidão, uma reviravolta considerável ocorreu a partir de 1872, com a passagem de engenho para usina. O maquinismo mais custoso, mais científico concedia a primazia ao capital financeiro sobre o capital representado pelas terras

## **2.1- Urbanização Brasileira: alguns apontamentos**

A urbanização brasileira se desenvolveu em diversos círculos restritos. E durante um longo período o Brasil se parecia um grande arquipélago com ilhas urbanas desconectadas umas das outras, pois a gênese desse processo ocorreu com a descoberta de recursos naturais e o desenvolvimento agropastoril em diversas áreas. Assim podemos dizer que a expansão do extrativismo mineral e vegetal foi a base de um povoamento e da criação de riquezas que foi proporcionando o surgimento de cidades do litoral para o interior. Nesse início de urbanização brasileira ocorria muito mais, a partir da geração de cidades, do que de um processo de urbanização, pois as relações entre essas cidades que limitavam suas funções na administração pública, comércio e alguns ofícios eram bastante fracas quase inexistentes.

Sobre essas ilhas urbanas que se formaram no Brasil (Santos, 2005, pág. 29) nos esclarece que:

O Brasil foi, durante muitos séculos, um grande arquipélago, formado por subespaços que evoluíram segundo lógicas próprias, ditadas em grande parte por suas relações com o mundo exterior. Havia sem dúvida, para cada um desses subespaços, pólos dinâmicos internos. Estes, porém, tinham entre si escassa relação, não sendo interdependentes.

Essa falta de relação entre as cidades brasileiras chega ao fim com o fortalecimento da cafeicultura no Estado de São Paulo na segunda metade do século XIX. Sobre esse período (Santos, 2005, pág.29) nos esclarece que:

[...] a partir da produção de café, o estado de São Paulo se torna o pólo dinâmico de vasta área que abrange os estados mais ao sul e vai incluir, ainda que de modo incompleto, o Rio de Janeiro e Minas Gerais. Ainda aqui a explicação pode ser buscada nas mudanças ocorridas tanto nos sistemas de engenharia (materialidade), quanto no sistema social. De um lado, a implantação de estradas de ferro, a melhoria dos portos, a criação de meios de comunicação atribuem uma nova fluidez potencial a essa parte do território brasileiro. Por outro lado, e aí também onde se instalam, sob os influxos do comércio internacional, formas capitalistas de produção, trabalho,

intercâmbio, consumo que vão tornar efetiva aquela fluidez. [...] a divisão do trabalho que se opera dentro dessa área é um fator de crescimento para todos os seus subespaços envolvidos no processo e constitui um elemento de sua crescente diferenciação em relação ao resto do território brasileiro.

O estado de São Paulo se torna mais dinâmico ainda a partir de 1930 com algumas mudanças que ocorrem nas políticas econômicas brasileiras que tinham como objetivo, substituir as importações, processo que acarretaria na industrialização brasileira produzindo para o próprio consumo e importando principalmente para a Europa durante as guerras.

Esse processo de implantação de indústrias no Brasil só se efetivou no sudeste e mais precisamente na região produtora de café, pois a infraestrutura implantada anteriormente para o escoamento da produção de café seria utilizada agora para a chegada de matéria prima e a saída de produtos industrializados.

Sobre a lógica da industrialização no Brasil (Santos, 2005, pág. 30) nos explica que:

O termo industrialização não pode ser tomado aqui em seu sentido restrito, isto é como a criação de atividades industriais nos lugares, mas em sua mais ampla significação, como processo social complexo, que tanto inclui a formação do mercado nacional, quanto os esforços de equipamento do território para torná-lo integrado, como a expansão do consumo em formas diversas, o que impulsiona a vida de relações e ativa o próprio processo de urbanização. Essa nova base econômica ultrapassa o nível regional, para situar-se na escala do país; por isso, a partir daí, uma urbanização cada vez mais envolvente e mais presente no território dá-se com o crescimento demográfico sustentado das cidades médias e maiores.

Notamos que nessa análise de Santos as pequenas cidades ficariam fora desse processo inicial de urbanização, talvez porque, não estavam ainda inseridas nessa nova divisão territorial do trabalho, imposta pelo capital industrial. E ainda seriam apenas pequenos centros consumidores. Isso se justifica pelos custos dos investimentos que equipam o território, para a implantação de indústrias, dessa forma as pequenas cidades no Brasil só passaram a fazer parte integrante e interagente da urbanização brasileira a partir de dois elementos, tais como quando recursos naturais (minérios) são encontrados em seus municípios ou a partir da implantação da agropecuária que necessita de investimento para a chegada de insumos agrícolas e para o escoamento da produção.

A partir de meados da década de 1950 passa a ser implantado no Brasil um grande número de projetos de integração, processo que moderniza o território equipando com novas infraestruturas dotadas de técnicas que intensificam os fluxos e a fluidez em

uma parte maior do território brasileiro. Esse processo é chamado por (Santos, 2005, pág. 38), de meio técnico científico informacional que segundo esse autor:

É marcado pela presença da ciência e da técnica nos processos de remodelação do território essenciais as produções hegemônicas, que necessitam desse novo meio geográfico para sua realização. A informação, em todas as suas formas, é o motor fundamental do processo social e o território é, também, equipado para facilitar a sua circulação.

É claro que esse processo de modernização que levou a implantação do meio técnico científico informacional não ocorreu, por todo território nacional e nem ocorreu da mesma forma nas áreas que foram implantadas. Santos (2005, pág. 43), nos alerta que o meio técnico científico informacional é:

O terreno para a manifestação do capitalismo maduro e este também dispõe de força para 45ons-lo. São duas faces de uma mesma moeda. Por isso, esse meio técnico científico geografiza-se de forma diferencial, isto é de forma contínua em algumas áreas e de modo disperso no resto do país. A tendência, porém, em todos os casos, é a conquista, relativamente rápida, de mais áreas para o meio técnico científico, ao contrário do meio técnico, que o precedeu como forma geográfica e difundia-se de forma relativamente lenta.

Pode-se notar essa diferenciação ao analisarmos o processo de urbanização do Estado do Tocantins ou até mesmo a participação deste na divisão territorial do trabalho no Brasil entre as décadas de 1950 até início da década de 1980, quando o modo de produção e a ocupação desse território era feita majoritariamente por indígenas e camponeses, e as taxas de urbanização desse território eram inferiores as das outras regiões brasileiras. Como pode ser observado na Tabela abaixo:

Tabela 6: Taxa de urbanização das regiões brasileiras, de 1940 a 2010 (IBGE).

<b>Região</b>	<b>1940</b>	<b>1950</b>	<b>1960</b>	<b>1970</b>	<b>1980</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
Brasil	31,24	36,16	44,67	55,92	67,59	75,59	81,23	84,36
Norte	27,75	31,49	37,38	45,13	51,65	59,05	69,83	73,53
Nordeste	23,42	26,40	33,89	41,81	50,46	60,65	69,04	73,13
Sudeste	39,42	47,55	57,00	72,68	82,81	88,02	90,52	92,95
Sul	27,73	29,50	37,01	44,27	62,41	74,12	80,94	84,93
Centro Oeste	21,52	24,38	34,22	48,04	67,79	81,28	86,73	88,80

Fonte ©IBGE 2010)

Deve-se levar em consideração ao analisarmos os dados da tabela 6 acima que até o censo de 1991 o território do atual Estado do Tocantins, fazia parte ainda do Estado de Goiás assim a área que hoje compreende o Estado do Tocantins fez parte até 1989 da região Centro Oeste do Brasil, que manteve um dos menores índices de urbanização até a década de 1960 quando apresentava apenas 34,22% de urbanização taxa que naquele momento era superior apenas a região nordeste com 33,89% de urbanização.

Vale ressaltar também que no censo seguinte, ou seja, o de 1970 a região Centro Oeste do Brasil, na qual ainda estavam inseridas as terras do território que hoje formam o Estado do Tocantins, apresentou a segunda maior taxa de urbanização com 48,04% de sua população vivendo nas cidades, ficando atrás apenas da região sudeste com uma taxa de urbanização de 72,68%. A posição que foi alcançada pelo Centro Oeste no censo de 1970 se justifica pela inserção da região centro Norte do país na divisão territorial do trabalho a partir da implantação do meio técnico científico informacional, com políticas públicas desenvolvimentistas como a construção de Brasília e a mudança da capital federal para o Centro Oeste e a implantação de diversas rodovias entre elas a BR 153 que liga importantes regiões brasileiras, a partir do centro do país.

Outro fato importante que não pode ser esquecido é que, a partir do censo de 1980, a região norte fica sempre ao lado da região nordeste apresentando as menores taxas de urbanização do país. Em contra partida a partir do censo de 1980 a região Centro Oeste passou a apresentar a segunda taxa de urbanização do Brasil ficando atrás apenas da região Sudeste.

Assim a partir da análise desses dados podemos verificar que as políticas públicas implantadas no Centro Oeste tiveram um resultado maior, ou melhor, tiveram maior eficiência, pois no Estado do Tocantins, vemos que a maior parte do território do Estado, vive esquecida e tem carências de políticas públicas, do meio técnico como a implantação de rodovias ou a pavimentação das poucas existentes. Dessa forma o meio técnico informacional não está presente de forma homogênea em todo Tocantins.

No Tocantins o processo de urbanização é semelhante ao que ocorreu em todo território nacional, a partir de ciclos. A região Nordeste foi a primeira a se urbanizar no Brasil, em virtude do fato de ela abrigar as primeiras localidades colonizadas e onde se instalaram as principais atividades econômicas brasileiras. Estabeleceu-se, primeiramente, a cultura da cana-de-açúcar, consolidando a formação do chamado “Nordeste Açucareiro”, que contrastava em relação às demais atividades regionais. Esse

contexto favoreceu o crescimento de cidades como Salvador e Recife, que eram, respectivamente, os centros político e econômico do Nordeste Açucareiro.

A partir do século XVIII, houve um declínio dessa atividade em função da competição da produção de açúcar no Caribe, o que se intensificou com o crescimento econômico da produção de café na região Sudeste. Em oposição, no século XIX, as faixas do Agreste e do Sertão intensificaram a produção de algodão e as atividades pecuaristas, formando o “Nordeste algodoeiro-pecuarista”, o que propiciou o crescimento de algumas cidades nessa região.

Assim, desde o fim do século XVII, o Brasil se encontrava com uma queda no número de exportações do açúcar, devido ao fato dos holandeses terem iniciado a produção do produto nas colônias da América Central, abrindo uma ampla concorrência contra o Brasil. Agora era necessário buscar por novas riquezas na colônia, a fim de obter lucro e enviar para a Coroa Portuguesa, e “por um acaso do destino”, neste momento de tanta necessidade de se descobrir algo realmente novo e valioso, foram encontradas as primeiras minas de ouro no Brasil, nas regiões de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, o que daria início ao chamado Ciclo do ouro.

Visando controlar todo o lucro, a capital da colônia que até então era em Salvador mudou-se para o Rio de Janeiro, como uma forma de estar mais próxima das regiões exploradas e poder controlar melhor as atividades que viria a ser a mais lucrativa do período colonial.

A atividade mineradora contribuiu para esse processo por vários motivos: provocou a transferência da capital da Colônia (de Salvador para o Rio de Janeiro – 1763) e o deslocamento do eixo produtivo do Nordeste açucareiro para o Sudeste aurífero, originando inúmeras vilas e cidades (Vila Rica, Mariana, São João Del Rei, Diamantina, Cuiabá e outras) e promovendo a interiorização do crescimento econômico do País. Esse período teve seu fim no esgotamento das reservas auríferas já no início do século XIX.

Após esse período surgiu um novo ciclo, o da borracha na região norte do Brasil. O apogeu da borracha deu-se, em torno de 1870, no Brasil República, serviu de vestuário e até pneus de automóveis estrangeiros com o seu aperfeiçoamento em técnica de vulcanização. Mas caiu com a plantação da seringueira em outra localidade com um melhor plano de manejo, e por causa de uma guerra se reergueu durante esse período e finalmente depois, voltou a sua insignificância.

A última ilha de urbanização e de desenvolvimento econômico que surgiu no Brasil se localizava na região Sudeste mais precisamente nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, além de agregar algumas áreas do Espírito Santo e de Minas Gerais, o principal produto era o café, e devido os grandes investimentos na infraestrutura realizada pelos cafeicultores, e as mudanças nas políticas econômicas desse período fizeram do Sudeste o campo fértil para a implantação do capital industrial no Brasil.

Após esse levantamento historiográfico notamos que durante séculos o Brasil se desenvolveu como um grande arquipélago, como Santos em sua obra a urbanização brasileira, já nos explicou que, “essa complexa gênese urbana brasileira se desenvolveu durante um longo período sem nenhum controle ou planejamento assim ela resultou em um grande e complexo espaço urbano”.

## **2.2 –(Re)ocupação Territorial do Estado do Tocantins**

O processo de ocupação do norte de Goiás região do atual Estado do Tocantins se confunde com o processo de ocupação do território nacional, pois ambos segundo (LIRA, 2011) se deram em três períodos, 1º o período da mineração, descoberta do ouro e da hidrovía do Tocantins, 2º período da implantação da ferrovia no sul de Goiás e da Macha para o Oeste, 3º o período pré e pós, a construção de Brasília e da invenção da Amazônia legal.

A mineração criou dois tipos de núcleos urbanos nas terras ao norte de Goiás, um primeiro ligado a mineração, que com a decadência e o fim da exploração aurífera passou a se basear na pecuária extensiva e na agricultura de subsistência, e o outro foram os povoamentos ribeirinhos, de cidades portuárias nas margens do rio Tocantins que tinham sua economia baseada no comércio com a Praça de Belém. Lira nos explica que o rio não era a única rota comercial da região,

Além da hidrovía outra rota comercial era através das estradas tropeiras, utilizadas pelos habitantes da margem direita do rio Tocantins fazendo um comércio de bovinos e de produtos manufaturados como, (sal, café, tecidos, calçados), de uso doméstico, essas estradas eram utilizadas também como corredores migratórios de Piauienses, Maranhenses e Baianos para as terras goianas.(LIRA, 2011,p. 125).

Esta fala de Lira foi confirmada no local da pesquisa, pois durante a pesquisa de campo, nas conversas informais, observações, bem como em entrevista, junto a pessoas com mais de sessenta anos que vivem na cidade de Miracema, várias vezes ouvimos



peças mencionando que quando vieram com seus familiares de outras regiões, como Maranhão, Piauí, Bahia, foi utilizando estradas tropeiras e o meio de transporte eram animais. Isto fica evidenciado na fala desse entrevistado Senhor Vitalino a seguir.

(...) Agente veio lá da região de Uruçuí no Piauí, a coisa lá estava feita naquela época e chegamos por aqui na década de 50. Viemos de tropa, mais num foi assim de uma vez, que nós paramos aqui na Miracema não, primeiro nós ficamos lá na cidade de Filadélfia, ai um tempo depois meu tio veio pra cá, e nós ficava aqui e acolá, escuta as notícia, de que aqui pro rumo da Miracema tinha mais trabalho e terra, ai o tio que veio na frente, chegou aqui e tentou a sorte atrás de uma terrinha e só depois que estava ajeitado pra nós trabalhar todo mundo numa fazendona que tinha ai foi que nós veio (...).

O segundo período da ocupação do norte de Goiás se deu a partir da construção da estrada de ferro no sul de Goiás em (1913). Segundo Lira (2011) essa obra proporcionou o desenvolvimento da economia do centro sul do Brasil, e as terras de Goiás começaram a ser bem valorizadas, e passaram a ser uma área de produção alimentícia para abastecer o mercado consumidor do centro sul do país.

Uma nova fase no processo de produção capitalista se interiorizava no Brasil, com a implantação de instituições financeiras nacionais e internacionais, construções de estradas de ferro, valorização das terras. Essas mudanças provocaram uma nova configuração da divisão do trabalho no país na qual Goiás tinha o papel de produzir alimentos para abastecer a região centro sul do país. Porém as terras do norte goiano do atual estado do Tocantins estava à margem desse processo de desenvolvimento que ocorria no centro sul do país, porém no norte de Goiás já ocorria à acumulação capitalista que segundo Lira (2011) se dava a partir das alianças entre os cafeicultores e os coronéis que eram as lideranças regionais.

Outro fator importante no processo de ocupação e do avanço do capital no estado de Goiás é ação governamental denominada Macha para Oeste (1938) que tinha como objetivo ocupar os vazios demográficos no interior do país e consolidá-los em espaços produtivos, integrando-os ao mercado do centro sul. Com os governos de Vargas e de JK, que realizaram diversas obras e políticas públicas com seus ideais desenvolvimentistas sustentados no capital estrangeiro, que proporcionou a esse a apropriação do planalto central brasileiro de forma radical e definitiva. Carneiro destaca alguns marcos principais desse processo, tais como:

- 1) Transferência da capital para Goiânia em 1933;
- 2) Expansão da rede ferroviária até Anápolis em 1935;
- 3) Implantação da primeira colônia agrícola, CANG, 1941;
- 4) Criação na década de 40, da Fundação Brasil Central e da Superintendência de Valorização econômica da Amazônia- SPVEA;

- 5) Determinação da mudança da capital federal para o planalto central pela constituição de 1946;
- 6) Criação no início da década de 50, das colônias agrícolas de Rubiataba, Rialma e Carmo do Rio Verde;
- 7) Início da construção de Brasília em 1956 e da estrada Belém- Brasília. (CARNEIRO, 1988, p.79)

Para Carneiro (1988) o processo de ocupação de Goiás pode ser dividido em três fases:

A primeira fase vai da conquista do território e descobrimento das minas auríferas e sua exploração até o ano de 1780, a que se seguiu um processo de regressão à *agricultura de subsistência*, marcado por um vazio demográfico e um isolamento quase total do restante do país (p. 41). Grifos meus.

A segunda fase da ocupação do Estado iniciou-se nas primeiras décadas do século XX, com a crise de preços do café no mercado externo a partir de 1897 e com a *chegada da estrada de ferro em 1913* (p. 41). Grifos meus.

A terceira fase da ocupação de Goiás, ou seja, a de *modernização da grande propriedade, que ocorreu em dois períodos: de 1950 a 1967 e de 1967 até hoje* (p. 42).

O processo de povoamento e ocupação das terras no Brasil, desde a colônia, deu-se no sentido litoral-interior, tendo por base a formação de latifúndios, com intensos conflitos, tanto aqueles colocados pela lógica da ocupação/exploração realizada pela Coroa Portuguesa, mas também pelos desdobramentos desse processo no interior da sociedade brasileira, com fortes influências nos processos de urbanização das cidades. Algumas regiões foram se tornando reserva de terras para negócios futuros, tornaram-se, no dizer de Martins (1997, p. 151) áreas de fronteira' onde "o desencontro das temporalidades históricas revelam conflitos sociais inevitáveis quando se tem grupos de origem, objetivos, interesses e possibilidades diferentes produzindo o espaço".

Na compreensão de Teixeira Neto (2002, p. 38) "Goiás nasceu dividido não só pelos interesses de territórios politicamente mais fortes (Minas Gerais) ou militarmente mais estratégicos (Mato Grosso), mas pelas dificuldades apresentadas por sua imensidão e seu fraco povoamento e ocupação" e ainda pelas enormes dificuldades de comunicação. Na região norte do estado o povoamento "se organizou durante o século XIX seguindo seu próprio ritmo: a navegação do Tocantins, os incentivos fiscais, e os aldeamentos dos índios, que eram os principais estímulos" (Palacin, 1990, p.19).

Para Carneiro (1988, p. 42) "a partir do final do século XVI, expedições esparsas de apresamento do índio ocorreram em Goiás", mas o período mais forte de ocupação do território dá-se "a partir do século XVII com o estabelecimento de uma linha de penetração constante devido ao bandeirismo e à catequese jesuítica". É neste contexto que a autora informa também que, "a conquista do território de Goiás foi efetuada através de duas vias de penetração. Uma oriunda do norte, que, pela via fluvial do

Tocantins penetrou a porção setentrional de Goiás; e a outra, paulista, advinda principalmente do centro sul”.

Esta autora trabalha com a ideia de que “a primeira descoberta de lavra aurífera de Goiás, ocorre em 1725 e que a busca pelo ouro, através de sucessivas bandeiras, chegou até o Rio Tocantins”. Por outro lado, “por volta de 1778 o processo de esgotamento das minas já se fazia sentir” (p. 44) e isso faz com que haja um processo de “regressão à agricultura de subsistência e à pecuária extensiva, atividades que serão responsáveis pelo não esvaziamento populacional total da região. Carneiro (1988, p. 44), complementa informando porque somente estas atividades eram possíveis naquele contexto.

A agricultura de subsistência e a pecuária serão as duas únicas atividades econômicas possíveis, dado à forma pela qual o país se encontrava ligado à economia capitalista internacional, determinante de laços internos regionais frouxos. Constituindo o Brasil economias regionais cujo dinamismo dependia, sobretudo do comércio internacional, cuja principal via de comunicação era a marítima e estando Goiás distante do litoral, não poderia mesmo ter uma atividade comercial de relevo, problema que se agravou ainda mais com o esgotamento do ouro.

Na parte norte de Goiás, que hoje constitui o Estado do Tocantins, a mesma lógica fundamentou seu processo de ocupação. O que de certo modo também explica as formas de inserção das pequenas e médias cidades e sua urbanização no contexto do desenvolvimento do capitalismo na atualidade. Embora o ciclo do ouro seja um elemento que contribuiu nesse processo, não se deve esquecer das populações indígenas que viviam nesta parte do território. A busca do ouro foi empurrando os povos indígenas (mas não sem conflitos) para as áreas mais isoladas, e neste movimento foi se fortalecendo uma agricultura tradicional e a criação de gado. Não é uma ocupação espontânea e sim dirigida, articulada com os interesses dos grupos dominantes daquele contexto, no Brasil e na Coroa. No dizer de Carneiro (1988, p. 45):

Portanto, deste longo período da história da ocupação de Goiás, compreendido do início do século XVIII às primeiras décadas do século XX, podemos concluir que, apesar da mineração ter sido a primeira atividade econômica que originou o início de seu povoamento foram, a agricultura e a pecuária extensiva as atividades econômicas responsáveis pela fixação do homem.

Sabe-se que a mineração exigiu uma concentração de braços para o trabalho nas minas durante um espaço curto de tempo e, que, por outro lado, a pecuária, diferentemente da agricultura, exige uma quantidade menor de trabalhadores, o que se explica também pela opção do latifúndio, mas também a propalada baixa densidade

populacional. O trabalho de Carneiro (1988, p. 46) traz algumas informações sobre a população goiana em diferentes momentos. O grande aumento da população verificado no período entre 1908 e 1920 está relacionado, dentre outros fatores ao desenvolvimento da agricultura na parte sul do estado e à chegada da estrada de ferro em 1913. É este processo que vai levar um grande número de migrantes ao atual território do Tocantins, trabalhadores empobrecidos e em busca de terra para trabalhar, (veja a tabela abaixo):

Tabela 7: População do Estado do Tocantins de 1890 até 1920.

1890 População	1900 População	1908 População	1920 População
227.572	255.248	280.000	511.918

Fonte: Carneiro (1988, p. 46). Dados organizados pelo autor.

Essa autora situa várias estratégias de ação, já citadas anteriormente, do estado nacional e do estado de Goiás, no período de 1930 até a primeira metade da década de 1960, que contribuíram para fortalecer a ocupação do território goiano e tocantinense, colocando esta parte da Brasil no circuito das estratégias geopolíticas de expansão e dominação do capitalismo nesta região. Essas ações de expansão do capitalismo e de produção do espaço, foram importantes na nova configuração de ocupação do espaço e dos processos de urbanização de Goiás e Tocantins, vejamos o que diz Carneiro (1988, p. 71) a esse respeito:

Até 1913 o Estado de Goiás pode ser considerado como uma “frente de expansão”. O médio Norte e o Norte (hoje Tocantins) como vazios demográficos. Isto, porque o Estado de Goiás permaneceu semi-isolado do restante do país, com o qual mantinha vínculos econômicos de alguma situação apenas no que se refere ao comércio de gado, para o centro-sul. A produção do Estado até essa época destinava quase que exclusivamente à subsistência. A partir da segunda década deste século, sobretudo com a chegada da estrada de ferro em 1913 à cidade goiana de Ipameri, Goiás passou a receber um intenso fluxo migratório. Esta ocupação desenvolveu-se de duas formas, constituindo-se em “frentes pioneiras” as áreas próximas à estrada de ferro e em alargamento das “frentes de expansão” as áreas mais distantes constituídas por terras devolutas.

Lira (2011, p. 45), apresenta através de mapa esse “avanço do capital sobre as terras goianas” e do atual estado do Tocantins, o que revela o modo como se deu o processo de ocupação do espaço nesta região. E Carneiro (1988, p. 55) informa que é nesse processo que “se inicia, a partir de 1950 a ocupação do médio norte do Estado”.

Nesta forma de pensar, Goiás, portanto também o Tocantins (pois ainda não estava concretizada a sua criação e implantação enquanto estado política e administrativamente distinto de Goiás) esse território está inserido geográfica e simbolicamente no que se convencionou chamar de sertão e, neste contexto, o sertão goiano e aquele do qual os sujeitos desse estudo fazem parte, foi subordinado para que se incluísse ao projeto nacional do capitalismo (Vidal e Souza, 1997).

Silva (2003) compreende que a organização desse período formador do espaço goiano a partir do recorte de fases, não pode ser tomada com a única possibilidade explicativa desse processo. Percebe-se que é importante considerar a periodicidade histórica, pois isso ajuda a criar referências interpretativas. Buscando vários trabalhos do campo da história, essa autora (Silva, 2003), informa que a produção do espaço goiano pode ser organizada em três fases que têm como base uma leitura econômica:

**Primeira fase** – Marcada pelo período aurífero, que vai da chamada “conquista do território”, em 1722, até as primeiras décadas dos oitocentos quando se inicia um processo de “decadência” que se intensifica ao longo do século XIX; **Segunda fase** – Refere-se à *chegada da Estrada de Ferro em Goiás, iniciando-se em Goiânia, em 1913*, até Anápolis, em 1935. Nesse intervalo, ocorreu a construção da capital do Estado e sua transferência para Goiânia; no plano nacional, a crise de preços do café incluiu o Estado de Goiás numa política econômica capitalizadora e modernizante, impulsionada por Getúlio Vargas nas primeiras décadas do século XX até meados de 1950; **Terceira fase** – Inicia-se com a modernização da grande propriedade subdividida por dois períodos, 1950 e 1967, que perdura até os dias atuais conforme (Carneiro, 1986), (Guimarães, 1988), (Bertran, 1988), (Gomes, 1995), (Estevam, 2002), entre outros (Silva, 2003, p. 26). (Grifo nossos).

Fica claro na descrição das fases acima uma forte relação entre a formação do espaço, ocupação do território e o processo de desenvolvimento econômico. É do interior desse desenvolvimento econômico e processo de produção que os estudiosos capturam e constroem essas fases explicativas do território e do espaço goiano/tocantinense, na maioria das vezes colocando o ouro, a agricultura de subsistência e a criação de gado como atividades que acontecem de forma simultânea nesse momento formador desse território. Essas são atividades que marcaram a formação inicial do território goiano e tocantinense. Corrêa (2001) apresenta essa ideia, mas também ressalta que:

Na verdade, a agropecuária sempre esteve presente no processo histórico de ocupação de Goiás, representando, nos primeiros tempos, uma atividade acessória da mineração que possuía mercado e preços garantidos, apesar da interdição ao cultivo da cana-de-açúcar e à formação de engenhos. Os mineiros, entretanto, não se interessavam por essas atividades produtivas, pois o que motivava não era a fixação definitiva no território goiano, mas o enriquecimento fácil e rápido, seguido do retorno às suas regiões de origem (Corrêa, 2001, p. 102).

A historiografia oficial tem demonstrado a agricultura e a pecuária como primeiros processos estimuladores do povoamento goiano e tocantinense. O estudo de Borges (2000), que analisa especificamente as transformações da sociedade goiana pensando-a no interior do que se convencionou chamar de expansão capitalista após 1930, apresenta um recorte histórico “não aleatório”, que compreende o período de 1930 a 1960. Para esse autor “este período é caracterizado pelo processo de industrialização do sudeste, que possibilita a criação de uma economia nacional que reduz os espaços específicos de reprodução dos capitais regionais” (p.7).

Campos (2003, p. 28) analisando o coronelismo em Goiás informa que os diferentes setores da economia goiana são importantes no processo de formação do território, mas lembra de que na primeira república, “os setores da indústria e serviços eram inexistentes” e que na verdade, “os goianos se ocupavam fundamentalmente da lavoura e da pecuária”. Este autor complementa que “o comércio, na perspectiva de toda economia, era uma atividade pouco expressiva uma vez que as cidades eram pouco habitadas”. De outro modo, o autor acredita que mesmo assim, “o comerciante parece ter funcionado como elemento de ligação entre o meio rural e o meio urbano e destes com outros setores de fora do Estado”.

Numa região em formação, o desenvolvimento de processos de produção dessa natureza estava articulado com diferentes interesses, pois havia distintos grupos mediando essa formação. Campos (2003, p. 29), apresenta três características de setores da economia que no conjunto de suas relações revelam problemas daquele período e da atualidade, especialmente no tocante ao desenvolvimento das condições para fortalecer processos de urbanização na região desse estudo:

1ª – *Utilização da terra*. Tanto a criação como a lavoura praticadas em Goiás exigiam uma vasta extensão de terras; dada a abundância de terras no Estado, tornava-se difícil perceber divergências nesse aspecto, talvez por falta de maiores informações.

2ª – *Mão-de-obra*. A criação utiliza menos braços, mas de um modo mais constante que a lavoura, pois esta atividade em algumas épocas tem de dispor de mais trabalho – na plantação e na colheita; no caso, é também difícil perceber questões de interesses divergentes entre ambas as atividades, pois a escassa população do Estado se concentra no meio rural e trabalha, em sua quase totalidade, em atividades primárias.

3ª – *Comercialização da produção*. A criação era, por excelência, a atividade econômica do Estado e, por isso, difundida por todos os recantos goianos; a justificativa que se apresentava era a particularidade do seu produto principal – o boi – que se autotransportava e, portanto, superava o isolamento a que era submetida uma parcela considerável do território goiano (Grifos nossos).

Este autor apresenta ainda pontos importantes sobre as diferenças entre o desenvolvimento da parte sul do estado e a parte norte (atual território do Tocantins) e diz que “a lavoura, muito embora não fosse a atividade principal do Estado, era a que melhor expressava a condição de progresso/atraso das diferentes regiões” (p.35) e complementa:

O sul, próximo a Minas Gerais (Triângulo Mineiro) e a São Paulo, era por onde passava a via férrea, a ligação do Estado com o mercado nacional. (...) A *região norte* não possuindo senão os rios como meio de comunicação – potencial e inexplorado – tinha apenas o gado que se autotransportava. Essa região, atualmente o Estado do Tocantins, voltava-se para Belém do Pará (Campos, 2003, p. 35/36).

Apresentando essa contraposição sul-norte, o autor confirma a tese da formação dos primeiros núcleos de ‘povoamento tendo como base o ciclo do ouro iniciado no século dezoito’, mas também o fato de que a partir da ‘decadência da mineração e a mudança de atividade econômica levaram a população goiana a se ruralizar’ (p. 36). Em relação ao povoamento do sul e do norte, assim se expressa Campos (2003, p.37):

A região compreendida pelo Triângulo Mineiro e pelo sul de Goiás recebeu paulatinamente um considerável número de mineradores. Enquanto os mineiros ocupavam pouco a pouco o sul do Estado, no centro-sul se concentrava a população originária do surto minerador goiano (...). Por seu turno, o norte de Goiás foi esparsamente povoado por baianos, maranhenses e paraenses, que pouco a pouco iam ocupando as margens dos rios que lhe serviam de único meio de comunicação. Essas tendências se mantiveram até bem recentemente, criando uma diferenciação demográfica e cultural entre as regiões do Estado.

Este autor informa ainda que a “população goiana em 1920 é de aproximadamente 512 mil habitantes” (p.37). De acordo com Palacin (1990, p. 20) “o censo de 1920 deu para Boa Vista (atual município de Tocantinópolis) uma população de 25.786 habitantes, a segunda do Estado, só inferior à do município de Catalão (38.574), onde a presença da estrada de ferro significava o salto para uma nova era”. Quase cem anos depois, no Censo do IBGE dos anos de 2000 e 2010, Tocantinópolis tem respectivamente uma população de 22.777 e 22.608 habitantes.

Corroborando com essa “diferenciação demográfica e cultural” entre as regiões sul e norte de Goiás, conforme o pensamento de Campos citado acima, Palacin (1990), abre o capítulo de sua obra “Coronelismo no extremo norte de Goiás” dizendo que “Norte, em Goiás, deixou muito cedo de ser um denotativo meramente geográfico para carregar um peso de oposição política, primeiro, todo um quadro de involução social e atraso econômico, de subdesenvolvimento, diríamos como uma expressão atual, mais

tarde (p. 9). E afirmando a condição de isolamento e dificuldade de comunicação, além de outros elementos que fundam esse debate, Palacin (1990, p. 13 e 15) informa:

As recriminações do norte brotam de uma zona mais profunda emocionalmente; contém a amargura da pobreza, o ressentimento do subdesenvolvimento, tão próprio de nosso tempo, contra os que julga causadores de um atraso crescente e injusto.

Da dificuldade de comunicações do norte com a capital, a cidade de Goiás, podem oferecer-nos uma ideia alguns fatos significativos. Em 1909 o padre João Lima de Boa Vista foi eleito deputado para a assembleia. Devendo viajar para a capital, decidiu que o caminho mais curto era o mais longo: de bote pelo rio Tocantins até Belém, depois embarcado até o Rio e, do Rio pela estrada de ferro até Uberlândia e daí a lombo de burro até Goiás. Foi o mesmo percurso que utilizou no ano seguinte para a volta. Dez anos mais tarde, e desde uma cidade muito mais próxima – 900 km – este mesmo percurso foi seguido pelo Dr. Francisco Ayres, eleito deputado por Porto Nacional, para tomar posse de sua cadeira.

Nesta mesma obra o autor apresentando o que denomina de “Mundo Rural” de Boa Vista (hoje a cidade de Tocantinópolis) discutindo diferenças econômicas entre o sul progressista e norte atrasado<sup>6</sup> coloca questões que continuam importantes para o debate acerca da formação desse território (Palacin, 1990, p. 34-35):

Devemos, por outra parte, observar que o norte e o sul de Goiás, mesmo participando de certas *características comuns em virtude da ruralização geral da vida, em questão de mentalidade diferiam profundamente*. Por seu maior isolamento, *o norte tinha evoluído nos costumes muito mais lentamente*. Para um observador do sul os costumes do norte – tomando a palavra em seu sentido mais geral desde a moradia e até a educação, relacionamento familiar etc. – apresentavam certo caráter exótico.

As diferenças objetivas entre o sul e o norte encontram-se *no diverso grau de evolução econômica*. No sul, com a introdução de uma *economia de mercado*, a terra tornara-se já desde o fim do século, um bem cada vez mais valorizado, e o trabalho – nas diversas formas de contrato agrícola – um objeto de exploração; no norte, onde a economia de mercado era quase inexistente, *nem a terra nem o trabalho carregavam ainda, de um modo manifesto, o vínculo da discórdia e o estigma da opressão (Grifos nossos)*.

Outros estudos também não deixaram de apresentar razões políticas e de outra natureza para explicarem o “atraso, a decadência” e o isolamento a que Goiás se viu durante longo período de formação econômica e cultural de seu território. O estudo de Estevam (1997, p. 11) apresenta algumas questões importantes para esse debate:

Não obstante, nas interpretações historiográficas regionais, percebe-se clara a tendência de se identificarem “obstáculos” ao “desenvolvimento” de Goiás. Argumentos de ordem espacial apontaram para o isolamento geográfico do estado, para sua insuficiência populacional e para a carência de vias de

---

<sup>6</sup> Essa forma de pensar que coloca em oposição a formação história, social e econômica dessas regiões muitas vezes contribuiu para fortalecer o ideário ideológico que justificava a ocupação das terras da parte norte do estado pela “gente do sul”, pois os nortista não eram dados ao trabalho, escamoteando a opção pelo latifúndio e a dominação política e econômica sobre povo dessa região.



comunicação inter-regionais. Na dimensão econômica, o *latifúndio*, a *pecuária extensiva e débil produção agrícola* comercial foram identificados como entraves ao dinamismo da região. No aspecto político, algumas pesquisas constataram – em determinados eventos históricos – “descaso” de autoridades governamentais para com o progresso da região. Mesmo no aspecto sociocultural, pesquisadores realçaram certo “*desapego*” ao trabalho, *lamúria e preferência pela ociosidade por parte do homem goiano*, desalentado e distanciado do progresso. No todo, esses seriam fatores históricos que retardaram ou mesmo impediram o desenvolvimento econômico da região (Grifos nossos).

Observa-se que nessa busca de explicação de como se dá a formação e ocupação do espaço e território goiano/tocantinense, vários elementos apontados por esses autores apresentam uma visão negativa acerca de uma parte significativa dos sujeitos humanos que estão no interior desse processo. A explicação do atraso e da decadência a partir de elementos socioculturais vai impor e alimentar um discurso de marginalização, principalmente aos trabalhadores, camponeses pobres que vivem no sertão, no campo ou nas periferias das pequenas e médias cidades de Goiás e Tocantins. Ressalta-se, no entanto, que essa visão dicotômica que chama o sertão brasileiro de atrasado, pela sua baixa densidade populacional, em contraposição com o litoral e outras regiões urbanizadas e industrializadas como espaços onde o moderno e o progresso estão conduzindo as relações sociais, está presente até hoje no imaginário de diferentes grupos humanos no território tocantinense. Basta conversarmos acerca da história de Miracema com moradores que conheceram a cidade há algumas décadas que estas questões veem à tona.

Na compreensão de Palacin (1990, p. 11) no norte do território goiano, hoje Estado do Tocantins essas questões foram sentidas mais fortemente. Um dos elementos que o autor coloca como agravante nesse processo é o que chama de “os ataques dos índios”. O que revela a visão estereotipada, ideológica e política desse historiador acerca dessa região e de sua gente.

Com a decadência de Goiás, consequência do colapso da mineração, a contraposição norte/sul passava a adquirir cada vez mais um conteúdo socioeconômico. A fuga de brancos e diminuição da população ativa, a retração e até desaparecimento do comércio, a falta de capitais e a escassez de moeda circulante, a contração da produção agrícola em níveis de puro consumo, a ruralização da vida e o abandono das cidades, expressões da decadência em Goiás todo, afetaram muito mais profundamente o norte. Aqui os ataques dos índios, o clima e as epidemias, a aridez do solo, as distâncias e falta de vias de comunicação reforçam as causas gerais da decadência.

É importante considerar, para o contexto dessa parte do território brasileiro, as razões do discurso de que a população é pequena e que por isso justifica-se o uso da

imagem de que essa região deve ser ocupada, pois a falsa ideia da inexistência de pessoas nessas áreas é a expressão de uma ideologia construída no contexto da dominação desse território pela colonização europeia e, que passa a ser utilizada posteriormente pelos estados e seus representantes, exatamente para esconder a violência contra os trabalhadores pobres expulsos das terras por não possuir a posse jurídica, mas principalmente o genocídio de povos indígenas que já se encontravam neste território. Moreira (2001, p. 101) assevera que;

Como em um passe de mágica, as exuberantes florestas habitadas pelos índios tornaram-se, com a chegada do colono europeu, florestas vazias de gente, graças ao poder imagético do conceito de “vazios demográficos”. O caráter seminômade e arredo dos índios dos sertões, as frequentes fugas para regiões menos acessíveis à onda colonizadora, a política indigenista oficial de concentração da população indígena em aldeias controladas pelo Estado e a crescente despovoação das matas contribuíram, em grande medida, para forjar a ideia de que partes do Brasil eram ou até mesmo sempre foram sertões sem gente.

Apolinário 2006, nos apresenta “como ocorreram os primeiros contatos entre os indígenas do norte goiano e os colonizadores no decorrer do século XVII” essa pesquisadora diz que os índios desenvolveram “variadas estratégias de sobrevivência” e que este território, “antes de ser ocupado por aventureiros ávidos por descobertos auríferos, o norte goiano já fora habitado por grupos étnicos em sua maioria pertencentes ao tronco linguístico Macro-Jê.

Após séculos de exploração e dominação do homem branco(bandeirante) sobre o indígena, percebemos que pouco mudou, nas relações dos nativos agora(camponeses e descendentes de indígenas) do estado do Tocantins com aqueles que chegam dos grandes centros econômicos brasileiros e são detentores do capital financiados por políticas públicas desenvolvimentistas que atendem a interesses distantes como a implantação da BR 153, que serve principalmente para o fluxo de escoamento da produção do que para a comunicação da população, da região do estado do Tocantins com as demais áreas do país.

Assim partir da década de 1950, mais fortemente Goiás se integra aos grandes projetos nacionais que terão forte impacto na região central do país e notadamente na Região do Antigo Norte Goiano, território do atual Estado Tocantins. O diagnóstico do atraso e do isolamento a ser superados continua na pauta do capitalismo e se manifesta na política de substituição de importações, no contexto do que se denomina ‘milagre brasileiro’, por um lado e por outro na necessidade de transformar a agricultura brasileira, modernizando-a, mas mantendo seu caráter excludente. Em Goiás e no

Tocantins algumas ações de estado visando esse processo foram decisivas, como “a construção da nova capital federal, a partir de 1956 e a abertura da rodovia Belém-Brasília, inaugurada em 1959” (Pessoa, 1999). Esses e outros fatores abriram as portas para a entrada de levas de migrantes nesta região, mas também acelerou a valorização e busca por terras neste espaço aumentando os conflitos e diferentes processos de territorialização e de construção do espaço.

A construção da BR-153, a Belém Brasília, coloca a região norte de Goiás em outra possibilidade de dinâmica produtiva, ocupação do espaço e urbanização das cidades, passando a viver intenso processo de busca por terras por parte de migrantes do sul-sudeste e do próprio sul de Goiás, haja vista que esta região (Tocantins) era formada por grandes áreas de terras devolutas, ocupadas por posseiros, por populações indígenas e teoricamente estavam disponíveis para a formação do rentável mercado de terras a partir de relações conflituosas, pois ainda era marcante a predominância da população rural nesta região, mas já denotando a tendência de redução que será observada nas próximas décadas. A tabela abaixo traz dados do Censo Demográfico, do IBGE das décadas de: 1940, 1950, 1960 e que comprovam esse movimento em Goiás:

Tabela 8: Série histórica da urbanização do Brasil (1940 – 2010)

Brasil	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Taxa de Urbanização	31,24	36,16	44,67	55,92	67,59	75,59	81,23	84,36

Fonte: IBGE, Censo demográfico 1940-2010. Até 1970 dados extraídos de: Estatísticas do século XX. Rio de Janeiro: IBGE, 2007 no Anuário Estatístico do Brasil, 1981, vol. 42, 1979.

A exigência de transformação capitalista da sociedade brasileira vai impor um processo de urbanização das cidades e de modernização da agricultura com sua consequente industrialização, superando as formas tradicionais de produzir alimento na perspectiva da agricultura familiar camponesa e criando condições para a produção de mercadorias, portanto de um processo que supõe a lógica da indústria como base do processo produtivo e para as relações sociais articuladas neste contexto. Na compreensão de Graziano Neto (1985, p. 26), a modernização da agricultura.

Significa muito mais que isso. Ao mesmo tempo em que vai ocorrendo aquele progresso técnico na agricultura, vai-se modificando também a organização da produção, que diz respeito às relações sociais (e não técnicas) de produção. A composição e a utilização do trabalho modificam-se, intensificando o uso do “bóia-fria” ou trabalhador volante; pequenos produtores sejam proprietários, parceiros ou posseiros, vão sendo

expropriados, dando lugar, em certas regiões, à organização da produção em moldes empresariais.

Esse processo de modernização não atinge a todos, manteve intacta a estrutura do latifúndio e aumentou a exclusão social. Para Wanderley (1979), além de conservadora, a “modernização brasileira foi dolorosa”, porque paradoxalmente reproduziu o atraso, pois foi “um modelo modernizante de tipo produtivista sobre uma estrutura anterior, reacionária do ponto de vista técnico, predatória dos recursos naturais e criadora de exclusão social”. Este quadro intensifica os conflitos sociais e cria as condições para que trabalhadores rurais sem terra, no campo e nas cidades, bem como igrejas, partidos políticos e movimentos sociais reconstruam ações importantes na luta pela superação desse quadro de exclusão em todas as regiões do país e, em Goiás e Tocantins não foi diferente.

Reafirmando essa crítica ao ideário dessa suposta modernização da agricultura e da sociedade brasileira, Pessoa (2007, p. 15) citando Ianni (1984) informa que

O processo de modernização da economia brasileira de modo geral e, em especial, das relações produtivas no campo tem se dado desde meados do século XX, considerando-se as regiões rurais apenas em duas perspectivas: a) seu potencial escoador de produtos industrializados; b) sua função de fornecedor de produtos primários para abastecimento dos centros urbano-industriais. Variáveis importantes para a população rural, tais como qualificação de mão-de-obra, desenvolvimento educacional, crescimento dos padrões de consumo – enfim, a reprodução sustentável dessa mesma população -, nunca fizeram parte da contabilidade do nosso processo de modernização. Por isso mesmo ela tem sido chamada de modernização conservadora, já que são alterados apenas os processos de produção e de circulação de mercadorias, e não os mecanismos de distribuição da renda auferida.

O quadro das relações e condições de trabalho no campo tinha as feições da organização do uso da terra com base no latifúndio, com grandes áreas, denominadas fazendas que tinham duas destinações: a criação de gado e a agricultura de subsistência, além do pequeno comércio nas médias e pequenas cidades. Silva (2008, p. 63) informa que as fazendas destinadas a criação de gado “eram de maior porte e primavam pela presença de trabalhadores livres: posseiros, assalariados ou moradores de favor”. No caso das primeiras fazendas destinadas à agricultura “caracterizavam-se pela predominância da força produtora familiar com a presença de escravos e ocasionalmente de empregados remunerados”.

Compreende-se que a esses dois tipos de fazendas, enquanto elementos constituídos e característicos da formação social do sertão goiano e tocantinense

correspondem diferentes tipos de relações de trabalho e que deixaram marcas contraditórias em nossa formação histórica e social, mas também alimentaram e alimentam ainda hoje diferentes lutas políticas.

Gumiero (1991, p. 27) discutindo essa questão diz que há diferenças significativas entre o trabalho agrícola e a pecuária e que isso também supõe diferenças entre os sujeitos desse trabalho, pois

O agregado – despossuído dos meios de produção estabelecia-se, após permissão, em uma determinada propriedade rural, onde construía sua casa. Essa permissão é o que, basicamente, diferencia-o do posseiro (...). O camarada era o trabalhador que recebia um salário e mantinha-se submisso ao senhor, que o contratava (...). O vaqueiro – trabalhador livre na pecuária – recebia o pagamento em espécie, sistema de quarta, a partir das crias de gado que estavam sob seu cuidado, podendo o empregado receber em dinheiro o pagamento referente às crias que lhe cabiam.

Essa forma de pensar a organização do espaço e território goiano e tocantinense revela a existência de uma clara hierarquia social, a partir da propriedade da terra, e também muitos conflitos entre esses sujeitos. A geógrafa Marques (2000, p. 37-41) diz que a fazenda goiana viveu três fases distintas, mas combinadas na lógica do processo de expansão do capitalismo no campo brasileiro e do processo político regional e nacional:

*A primeira* delas tem origem quando a grande fazenda tradicional torna-se a instituição dominante. Nesse período a fazenda vivia numa condição de quase isolamento e constituía unidade autônoma, na qual vigorava uma ordem social regulada pelo princípio da reciprocidade. As fazendas abrangiam grandes extensões de terras exploradas de forma bastante extensiva e contava com o trabalho de agregados e vaqueiros, também conhecidos como retireiros. Cada vaqueiro cuidava de certo número de cabeças de gado que pastavam em um determinado retiro – área sob sua responsabilidade na fazenda (...). *A segunda fase* ocorre nos anos 1930, 1940 e corresponde a um período de transição marcado pela expansão da frente pioneira. Ou seja, é quando se verifica na região a expansão da lógica da economia de mercado, impulsionada pela construção de Goiânia, pela abertura de estradas interligando as principais regiões do Estado á nova capital e pela conseqüente formação de um mercado regional. As mercadorias são transportadas por caminhões. (...) Redefine-se a forma de acesso a terra, que agora se condiciona ao pagamento de uma renda ao fazendeiro. O contrato social muda, a relação entre o proprietário e o camponês vai se restringindo cada vez mais à dimensão econômica. (...) A roça não é mais domínio pleno do agregado e deve ser dividida com o patrão através da parceria ou do arrendamento. *A terceira fase* inicia-se nos anos de 1950 quando a construção de Brasília determina a integração de Goiás ao resto do país. A população do Estado cresce e desenvolvem-se importantes centros urbanos como Goiânia e Anápolis. A fazenda transforma-se numa nova unidade produtiva, com a utilização de máquinas e insumos modernos. (...) Os fazendeiros passam a ter menos interesses em manter o regime de meia e de arrendamento e tornam-se mais exigentes.

A discussão da autora indica que mudam as relações no interior do processo de trabalho, agrícola ou na pecuária, a partir da lógica de expansão capitalista, mas há um aspecto que continua intocado: a exploração do camponês, do trabalhador rural e o fortalecimento de sua expulsão do meio rural, o que vai contribuir para a formação e urbanização das pequenas cidades no Brasil e no Tocantins.

### **2.3 A Urbanização no Antigo Norte Goiano atual Estado do Tocantins: Da Mineração a Rodovia Belém Brasília**

No Tocantins não foi diferente, pois o processo de urbanização nesse estado passou por diferentes ciclos como: o da mineração, do comércio e da navegação pelo rio Tocantins e o último com a implantação da BR153. Porém ambos a urbanização do Tocantins como a do Brasil se expandiram a partir da expansão das frentes pioneiras e da atividade agropastoril.

A ideia mais comum é que o processo de urbanização no Tocantins se iniciou com a entrada de bandeirantes vindo do sudeste em busca de pedras preciosas. Nesse cenário Prado Júnior (2008, p. 64) nos explica que : “esse fato contribuiu para uma rápida transformação sócio espacial da colônia, propiciando um povoamento esparso e distribuindo em pequenos núcleos separados entre si por enormes vazios”. Porém Lira (2011) nos explica que:

A penetração populacional nessa região foi feita através de duas vertentes, a primeira vertente norte-sul, pelos franceses que estavam alojados nas terras do atual Estado do Maranhão. Estes subiram o rio Tocantins por volta de 1613 em busca de minas de ouro. A outra vertente é a mais conhecida, foi feita no sentido sul-norte pelas bandeiras Paulistas que penetraram por Goiás e chegaram ao Tocantins em 1608-1613. (DOLLES, apud, LIRA, 2011, p. 78)

Mesmo após a descoberta do ouro no norte de Goiás, a região do atual estado do Tocantins pouco se povoou devido alguns fatores como, por exemplo, a dificuldade da capitania de São Paulo em manter o domínio sobre a capitania de Goiás e o contrabando do ouro extraído do norte goiano para as capitanias do Norte do Maranhão e do Pará.

Devido esse cenário de disputa da posse e do controle sobre as minas de ouro do norte de Goiás ora entre Portugueses e Paulistas, ora entre os governos do Pará e do Maranhão, Lira (2011) nos explica que:

em virtude desses fatos, a Capitania de Goiás intensificou a vigilância nas minas do Tocantins, obedecendo a determinação da capitania de São Paulo, a qual era ligada, que na defesa dos interesses da real fazenda, lança, através de

Carta Régia a proibição do uso de qualquer caminhos para as minas do Tocantins, que não o das bandeiras paulistas.(LIRA, 2011,p.81)

A capitania de São Paulo tendo muita dificuldade em fiscalizar as minas da região do norte goiano toma uma decisão, que segundo Lira (2011) foi a mais danosa para o processo de desenvolvimento e povoamento para a região do atual Estado do Tocantins. Segundo ALECASTRES, D. Luis de Assis Mascarenhas, após visitar as minas do Tocantins aconselhou o fechamento definitivo da navegação pelo rio de mesmo nome. Dolles (1973) nos ajuda a compreender tais fatos:

Em decorrência da interrupção da navegação fluvial pelo Tocantins, haverá o trancamento das relações centro-norte, o isolamento das minas e a decadência e morte de diversas povoações localizadas na zona daquele rio e de seus afluentes. (DOLLES, apud, LIRA, 2011, p. 81)

Assim a região do atual estado do Tocantins passou por um profundo isolamento, pois, além de está muito distante, o caminho era de difícil acesso, para a capitania de São Paulo e o caminho para as capitanias do norte estava bloqueado, com isso logo se esgotou a produção aurífera, pois em consequência do grande isolamento os mineradores não conseguiram desenvolver e nem ter acesso a técnicas que conseguiam superar as dificuldades da extração do ouro feita ainda de forma primitiva.

Funes (1986, p. 28) aponta as principais causas para o declínio da economia do ouro no estado de Goiás:

- a) as técnicas rudimentares com as quais se exploravam as jazidas; os mineradores prendiam-se ali mais a exploração dos leitos (aluvião) e dos terrenos das margens (gupiara);
- b) a falta de braços para a mineração;
- c) falta de capital, o mais importante fator que concorreu para o declínio da atividade mineradora;
- d) mau desempenho das autoridades administrativas preocupadas mais com o rendimento do quinto do que em buscar soluções para sanar as questões enfrentadas pelos mineiros.

Com o fim da exploração aurífera a economia passou a se basear na produção agropastoril que até o momento era apenas para a subsistência. Em 1782 a proibição da navegação sobre o rio Tocantins chega ao fim, com isso o rio passa a ser rota comercial entre Paranã que foi a primeira capital da Comarca do norte de Goiás, até a província do Pará. Lira(2011)explica que as relações comerciais entre a comarca do norte de Goiás e a província do Pará se davam da seguinte forma, “a comarca do norte de Goiás exportava produtos da atividade agropastoril e importavam produtos manufaturados como roupas e calçados”.

A urbanização no Tocantins se deu a partir da implantação das políticas públicas e dos grandes projetos já mencionados acima, que proporcionaram a valorização das terras do norte goiano e fez com que se intensificasse a produção e acumulação do capital na região do atual estado do Tocantins, dessa forma notamos que esse processo ocorreu cheio de racionalidades e interesses tanto das lideranças opressoras locais como, nacionais. Notamos assim que a urbanização no Tocantins ocorreu em espaços seletivos para atender a interesses locais e distantes, como por exemplo, a construção da Belém-Brasília, que diferente do que muitos pensam essa rodovia não tirou o Tocantins de seu isolamento, pois ainda existem áreas no Estado que vivem praticamente isoladas e “graças a isso” são consideradas atrasadas, pois ainda não está integrada a produção capitalista global, como a região do Jalapão, Lizarda, Rio Sono, Mateiros, Novo Acordo, todas na margem direita do rio Tocantins. Como nos esclarece Lira sobre esse assunto:

É bom ressaltar que a rodovia desequilibrou a economia regional do ponto de vista da desagregação de valores antigos e agregação de novos valores. A rodovia que vinha sendo colocada como uma coluna vertebral do desenvolvimento no norte de Goiás, pois através de suas vertebbras, ela integrava e desenvolvia a região, avançando vitoriosamente sobre anos de atraso econômico. Mas este processo não ocorreu completamente com o deslocamento do eixo econômico do vale do rio Tocantins para a nova BR, o rio Tocantins, a muito era uma esperança de integração regional, se transforma numa barreira natural, impedindo que o desenvolvimento da Belém-Brasília atingisse a margem direita do rio. Em consequência disso, forma-se um corredor de miséria e os bolsões de atraso cultural, nas terras isoladas da margem direita do rio Tocantins. (LIRA, 2011, p. 152)

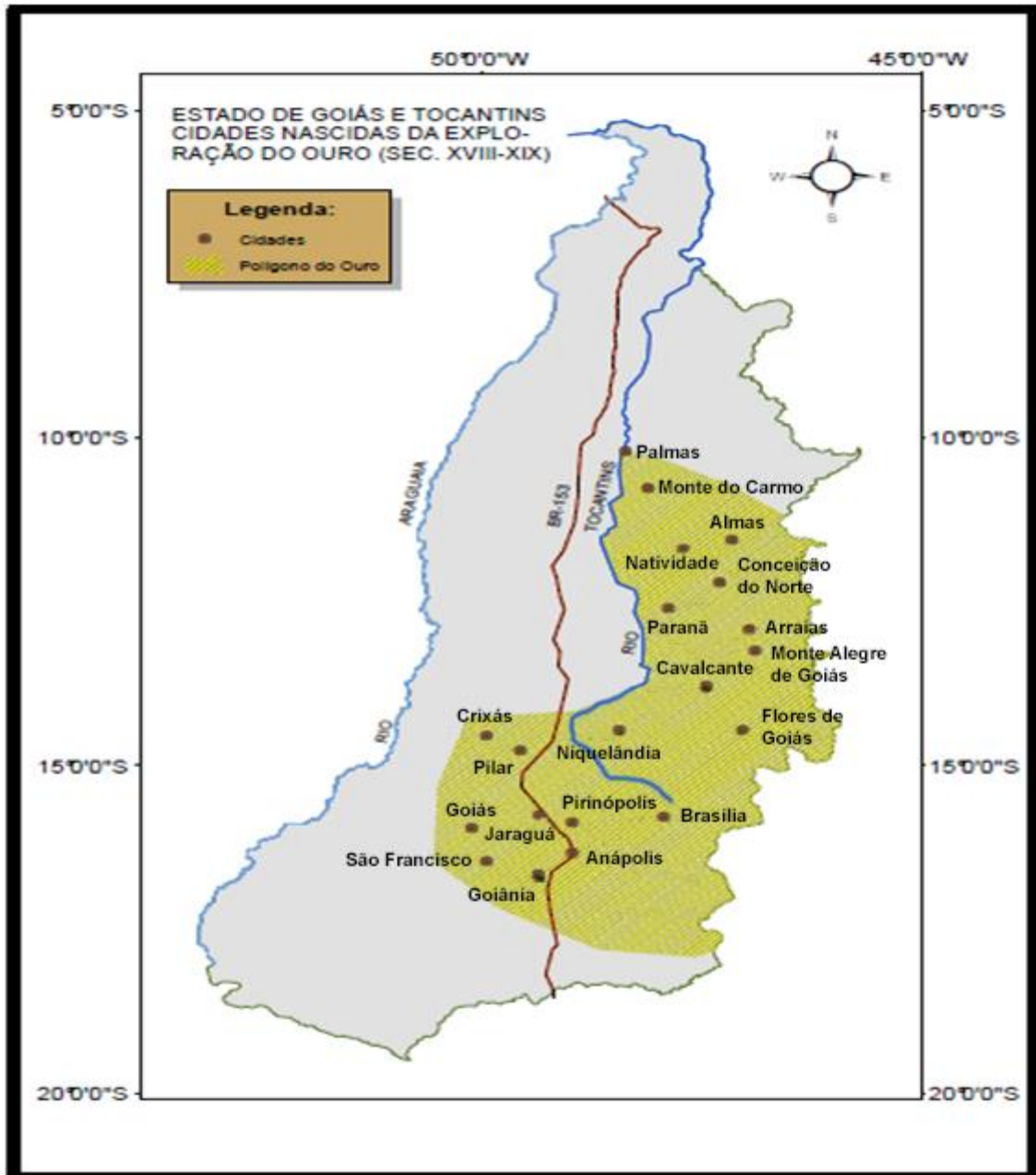
Assim, ainda segundo Lira, apenas a área entre os rios Tocantins e Araguaia se urbanizaram e passaram por um processo de desenvolvimento, pois é entre esses dois rios que foi construída a BR 153 que potencializou o desenvolvimento e a urbanização da região, porém as demais áreas, principalmente à margem direita do rio Tocantins ficou na periferia desse processo. Fatos que só tentaram minimizar no início da década de 1990 com a construção da capital definitiva do Tocantins, Palmas na margem direita do rio, no entanto até hoje não conseguiu integrar as regiões, do Jalapão, nordeste e leste do estado que ainda continuam praticamente isoladas e atrasadas. Miracema do Tocantins é uma expressão dessa realidade, como veremos a seguir.

Percebemos assim que o processo de surgimento das cidades como também o processo de urbanização do estado do Tocantins se deu a partir de três diferentes ciclos, 1º o do ouro que possibilitou o surgimento dos primeiros agrupamentos urbanos como:



Natividade, Arraias, Almas, Porto Nacional, Dianópolis, Conceição e Monte do Carmo, Conforme apresentado no mapa3 abaixo.

Mapa 3: Indicando as cidades formadas com a exploração do ouro em Goiás e Tocantins – Século XVIII e XIX.



Fonte: Lira (2011, p.150), adaptado por OLIVEIRA, A. M. de(2013).

Com o fim da exploração aurífera se inicia o 2º ciclo o da hidrovia do Tocantins, no qual a base da produção econômica da região passa agora a ter como principais produtos o gado, pois a pecuária extensiva teve maior desenvolvimento devido o uso

das pastagens naturais e a agricultura de subsistência. Isso possibilitou o surgimento de novas cidades como Porto Nacional, Miracema e Pedro Afonso que se desenvolveram nas margens do rio Tocantins e tinham como função o comércio portuário de venda dos produtos oriundo das atividades agropastoris e compra de produtos manufaturados da Praça de Belém. Dessa forma as cidades das margens do rio Tocantins se tornaram as principais da rede urbana do território que atualmente é o Estado do Tocantins.

Segundo Correia (1989,p.93) rede urbana é “o conjunto funcionalmente articulado de centros que se formam na estrutura territorial, onde se verifica a criação, apropriação e articulação do valor excedente”.

Mesmo assim até metade do século XX a região do norte goiano atual estado do Tocantins permanecia com grande isolamento e com poucas relações com o grande centro econômico do Brasil, que Santos (1979, p. 83) chama de região Concentrada ou Centro Sul, assim com o objetivo de integrar a região o Estado implantou uma politica publica que criou o terceiro ciclo de surgimento das cidades e de urbanização do Tocantins que foi a construção da BR153 que corta todo o estado do Tocantins no sentido Norte/Sul/.

Com a implantação da BR153 ocorreu uma reconfiguração da rede urbana do estado, pois surgiram novas cidades nas margens da rodovia como Paraiso, Gurupi, Guaraí, e Araguaína que assumiram o posto de centros regionais e de principais cidades do Estado, obtendo um rápido crescimento urbano. Alheia a esse processo a cidade de Miracema como as outras cidades ribeirinhas que ficaram esquecida das políticas publicas, fato que levou a cidade de Miracema a um fraco e baixo desenvolvimento econômico, ficando fora da rota do capital, que agora não era mais o rio e sim a Br 153.

### **Capítulo 3**

## **O PROCESSO DE PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM MIRACEMA**

### **3.1-Espaço urbano e Urbanização em Cidades Pequenas**

Cidades existem desde a Antiguidade e, embora com variações quanto às datas de seu surgimento — 3.500 ou 8.000 AC —, a Revolução Agrícola é considerada como o marco a partir do qual emergiram as condições que levaram a seu surgimento. Souza (2003) identificou Jericó, em 8000 ac, como a primeira delas. Para Sjoberg (1972), foi a aproximadamente 5.500 anos que o homem começou a viver em núcleos, tendo as primeiras cidades se formando por volta do ano 3.500 Ac, na região situada entre os rios Tigre e Eufrates. Ali, a existência de solo fértil, grande oferta de água e um cruzamento de estradas permitiram o desenvolvimento e a comunicação entre povos de diferentes culturas, contribuindo para o crescimento e a transformação de povoados em cidades.

Sjoberg (1972, p. 38) define cidade como —[...] uma comunidade de dimensões e densidade populacional consideráveis, abrangendo uma variedade de especialistas não agrícolas, nela incluída a elite culta. De forma didática, o autor distingue três períodos na evolução das cidades, relacionados respectivamente a três níveis de organização social, com padrões tecnológicos, econômicos, sociais e políticos específicos.

O primeiro desses períodos que Sjoberg qualifica como pré-urbano e o chama de sociedade de gente, situando-o em fase anterior à alfabetização, seria constituído de pequenos grupos homogêneos e autossuficientes, voltados, principalmente, para a busca de alimentação. Nessas condições, quase não existia estratificação social, especialização do trabalho e condições de acumulação e reservas de alimentos, considerados elementos básicos necessários ao surgimento posterior de uma cidade. A possibilidade de existência de reservas, ou excedentes alimentares, criou as condições de sobrevivência dos primeiros aglomerados humanos, embora esses excedentes não tivessem, inicialmente, um sentido econômico, ou valor de troca. Tais aglomerados evoluíram demográfica e tecnicamente ao longo do tempo, tornando-se vilas, aperfeiçoando seus métodos e técnicas e chegando ao estágio que Sjoberg chamou de pré-industrial ou feudal.

Nesse segundo período – pré-industrial ou feudal – já se estocavam alimentos provenientes tanto da agricultura quanto da criação de animais. Surgiram, entre outras coisas, a especialização do trabalho e uma estrutura de classes, sendo que a maior parte das sociedades pré-industriais já dispunha da metalurgia, do arado e da roda —[...] elementos capazes de multiplicar a produção e facilitar a distribuição [...] (SJOBERG, 1972, p. 37).

Outras características desse estágio foram, de um lado, as fontes de energia disponíveis como a força braçal e da tração animal e, de outro, a disponibilidade da escrita usada para fins administrativos, contábeis, jurídicos, literários e religiosos, com todas suas implicações e desenvolvimentos diretos e indiretos.

Sjoberg (1972) atribuiu um terceiro nível de complexidade na organização social, caracterizado por uma divisão em classes, educação de massas e grande avanço tecnológico, em função do surgimento e do uso de máquinas e do desenvolvimento de novas fontes de energia. Mas, para esse autor, só o primeiro dos períodos que mencionou, pré-literário ou, como ele chamou, da pré-alfabetização, seria não-urbano. A urbanização, para ele, não seria um processo decorrente apenas da Revolução Industrial.

Singer assim descreveu as transformações citadinas decorrentes da Revolução Industrial.

Com o advento da Revolução Industrial, as cidades experimentaram mudanças substanciais que levaram ao surgimento da cidade industrial moderna. O processo de industrialização teve por base uma profunda alteração nos modos de produção, expropriando o antigo artesão, o produtor direto, de suas ferramentas de trabalho, transformando-o paulatinamente em trabalhador assalariado. Nessas novas condições, o antigo produtor não mais possuía os instrumentos de trabalho, bem como perdera o controle das condições de produção, que passaram às mãos do empregador, que as subordinou ao capital (SINGER, 1975, p. 27).

Singer (1975) nos explica ainda, que a Revolução Industrial acarretou mudanças substanciais nas relações entre campo e cidade, pois, num primeiro momento, os residentes rurais se transformaram em consumidores de produtos industriais, cuja matéria-prima provinha do campo e, posteriormente, revolucionou a [...] tecnologia agrícola, passando a fornecer ao campo seus principais instrumentos de produção: arado de ferro, fertilizantes, tratores, colhedoras, energia elétrica, vacinas, etc. [...] (SINGER, 1975, p. 26). O processo descrito por Singer evidencia que, se em sua origem as cidades dependiam do campo, gradualmente as relações se tornaram de interdependência entre esses espaços.

Nesse mesmo sentido, Santos (1979, p. 7) nos explica que: “Os critérios sobre o que é ou não urbano, quase tão numerosos quanto os países a que se referem, e são tão diversos que não permitem nenhuma tentativa de generalização”.

A partir de então percebemos que com o desenvolvimento de tecnologias e a compressão do espaço pelo tempo, tem ficado mais difícil de definir uma regra geral que caracterize áreas urbanas diferente de áreas rurais, pois em ambos os espaços ocorre a produção e reprodução do capital. Cidade e campo, urbano e rural são obras do capitalismo.

Graziano da Silva (1999) nos esclarece que a partir dos anos 1980 varias transformações ocorreram no processo de produção do espaço. Processo denominado pelo autor de Novo Rural brasileiro, que “imprimiu maior proximidade ou inter-relação entre atividades agropecuárias, industriais e de serviços, com as áreas e atividades urbanas, dificultando ainda mais a diferenciação entre urbano e rural”. É importante destacar que diversos pesquisadores já apontaram não fazer mais sentido uma diferenciação urbano-rural, pois tais distinções surgiram a partir das transformações que ocorreram durante a Revolução Industrial, quando então campo e cidade eram efetivamente diferentes e as atividades econômicas exercidas nessas áreas eram claramente diferenciáveis umas das outras. No campo se vivia da agropecuária e nas cidades do emprego industrial ou do comércio. Mas a contínua evolução tecnológica fez o mundo muito mais complexo, tornando quase impossível saber onde uma cidade acaba e onde se inicia o campo, pois as cidades se expandem para além de seus limites, extravasam e levam para o campo atividades caracteristicamente urbanas. Havendo também muita presença do modo de vida rural, camponês também na cidade. Por esse motivo, não há sentido em continuar tentando delimitar, definir ou mesmo manter essas distinções.

Santos (1994), ao examinar dados do crescimento populacional, entre 1960 e 1980, diferenciou população agrícola de rural. Mostrou com isso que, enquanto a população agrícola “pessoas ocupadas em atividades agropecuárias” aumentava, a rural mantinha um crescimento irrelevante, fruto da existência de trabalhadores agrícolas sazonais, também chamados boias-frias, residentes nas áreas urbanas, o que considerou um complicador a mais para nossos velhos esquemas cidade-campo (SANTOS, 1994, p. 33).

Para Henri Lefebvre, em A Revolução Urbana (2001), no processo de urbanização existe um eixo temporal rumo à total urbanização, e esse eixo temporal se

estabelece da seguinte maneira: cidade política período no qual a cidade tem como sua principal função a administração pública, - cidade comercial quando a cidade cresce a partir das relações comerciais que ocorrem em seu espaço, - cidade industrial quando a função da cidade passa a ser a produção industrial e a última etapa desse eixo temporal segundo Lefebvre é a zona crítica momento no qual a cidade passa a ter em seu processo de produção do espaço uma complexa divisão social do trabalho, que segundo o mesmo autor, seria uma cidade em total urbanização.

Também para Lefebvre (1991, p. 3), a urbanização e a problemática urbana são efeitos induzidos pela industrialização, o que, aliás, caracterizaria a sociedade moderna, pelo fato de as cidades serem preexistentes a esse processo. Fato que também podemos observar na cidade de Miracema do Tocantins, pois mesmo tendo durante o período de 1940 até 1975 uma indústria de extração de óleo de coco babaçu, que teve grande participação na produção do espaço e do capital em Miracema, a cidade já existia antes e continuou a existir depois do fechamento da indústria, se mantendo como palco do desenvolvimento do capital, agora não mais pela indústria, mas a partir da expansão da fronteira agrícola e pela expansão e especificação do setor terciário da economia que compreende as atividades do comércio e serviço.

Porem ao analisarmos os dados do IBGE dos setores produtivos da cidade de Miracema do Tocantins e a contribuição de cada setor produtivo para o PIB da cidade percebemos que a maior parte cerca de 74,40 do PIB de Miracema é originário da atividade industrial, conforme tabela 9 abaixo.

Tabela 9: Contribuição dos setores produtivos para o PIB de Miracema do Tocantins.

Setor	2009	(%)	2010	(%)
Total em (1000R\$)	521.123	100,00	554,992	100,00
Agropecuária	42.604	8,18	36,972	6,66
Indústria	384.958	73,87	412,895	74,40
Serviços	93.561	17,95	105,125	18,94

Fonte: IBGE Censo 2010, Contribuição dos setores produtivos para o PIB de Miracema do Tocantins.

O IBGE Censo 2010, sobre a Contribuição dos setores produtivos para o PIB de Miracema do Tocantins, nos esclarece que

Em relação ao PIB municipal, este cresceu 6,61% de 2009 para 2010. No município em 2010 a indústria foi responsável por 74,40% do valor adicionado, serviços por 18,94% e a agropecuária por 6,66%. No setor industrial, a atividade com maior participação é a atividade de Produção e Distribuição de Eletricidade e Água com participação de 83,6%, destaque para a geração de energia elétrica, Usina Luís Eduardo Magalhães. O grande destaque no setor de serviço é a Atividade de Administração pública com representatividade de 58,5% deste setor. Na Agropecuária destaca-se a produção de Abacaxi, mandioca e soja e a criação de bovinos, aves e suínos.

A partir desses dados percebemos a necessidade de apresentarmos dados sobre os setores da economia e da população economicamente ativa da cidade de Miracema do Tocantins, e para isso utilizamos a tabela 10 abaixo.

Tabela 10: Cadastro Central de Empresas de Miracema do Tocantins em 2012.

Setor	Número de empresas cadastradas	Número de pessoas ocupadas
Indústria	28	355
Serviços	198	1970
Agropecuária	4	300

Fonte: IBGE – Cadastro Central de Empresas, Miracema do Tocantins, 2012.Org, pelo autor.

Ao compararmos os dados das tabelas 9 e 10 percebemos que a atividade industrial é a que tem maior contribuição para o PIB da cidade de Miracema do Tocantins, conforme tabela 9. Porém fica claro que é no setor de serviço que estão o maior número de pessoas ocupadas e de empresas que empregam a população miracemense e realizam investimentos na cidade.

A análise da urbanização como um processo resultante da industrialização, não é o mais adequado para análise da urbanização no Brasil, Santos já nos alertou sobre isso em diversas obras tais como: A Cidade nos Países Subdesenvolvidos (1965), Manual de Geografia Urbana (1981), A Urbanização Brasileira(1994), As Cidades do Terceiro Mundo (1971) e O Espaço Dividido: Os Dois Circuitos da Economia Urbana nos Países Subdesenvolvidos (1979), entre outros.

No Tocantins e até mesmo em Miracema, e é claro no território nacional brasileiro, a industrialização teve um papel importante na afirmação da população nas cidades onde se concentravam as ofertas de trabalho e os produtos que a população consumia e que agora com o “novo rural brasileiro” não os produzem mais nas

fazendas. No caso de Miracema, de 1940 a 1975 a indústria de extração de coco babaçu teve um importante papel no processo de consolidação da urbanização da cidade.

Ao questionarmos o senhor Osvaldo que era diretor de produção dessa indústria sobre como ocorria o processo de produção da indústria em Miracema ele nos esclareceu que:

Agente mandava aqui 60 mil litros de óleo de coco toda semana para São Paulo e pra Belo Horizonte. Isso não era pouca coisa naquela época. Aqui eu comprava de mais de umas 500 pessoas diferente, mas eu pegava muito coco mesmo era lá em Carolina no Maranhão a maior parte do que eu produzia vinha era de lá. [...] o auge aqui foi de 1940 até depois de 1970 que foi quando começou a funcionar a BR-153. Ai o trem passou a dar errado. O povo veio e comprou as terras por aqui tudo e derrubou os pé de coco para fazer pasto ou plantar outros produto, abacaxi e ai já num tinha mais os motor aqui pra busca coco em Carolina ai acabou tudo de vez e os homem resolveram fechar a fabrica.

Na fala do sujeito acima notamos que o fim do curto período da indústria em Miracema, chegou rapidamente após a inauguração da Br 153, política publica que proporcionou a expansão da fronteira agrícola no Norte do Brasil e provocou a substituição da matéria prima (coco) para a produção da agricultura comercial e da pecuária que abasteciam o mercado consumidor e as indústrias do Sudeste do País.

Atualmente o local onde funcionava a indústria tornou-se um galpão e está abandonado e o Senhor Osvaldo cuida desse espaço. A avenida na qual se localiza a antiga estrutura dessa indústria passou a ser chamada de avenida industrial devido a grande importância e destaque que a mesma tinha na cidade e região. Conforme imagens abaixo:



Imagem1: Galpão da antiga indústria de coco babaçu na cidade de Miracema – TO



Fonte: Org. pelo o Autor, 2015.

Imagem 2: Casa localizada de frente ao galpão da Indústria e que hoje é usada como residência que funcionava como escritório da indústria de óleo de coco.



Fonte: Org. peloAutor, 2015.

A imagem dois foi tirada do local que era o escritório da indústria, que atualmente serve de casa para o ex-diretor de produção da mesma que ainda vive na cidade.

### **3.2 A Produção e Reprodução do Espaço em Miracema do Tocantins**

Com o objetivo de demonstrar como ocorre o processo de produção e reprodução do espaço urbano em Miracema do Tocantins, utilizaremos alguns autores para elucidar essa discussão, dessa forma é interessante analisar as contribuições de Carlos (2014, p.53) sobre o tema:

[...] Tal enfoque aponta para a ideia de que a sociedade, ao produzir-se, o faz num espaço determinado, como condição de sua existência, mas através dessa ação, ela também produz, conseqüentemente, um espaço que lhe é próprio e que, portanto, tem uma dimensão histórica com especificidades ao longo do tempo e nas diferentes escalas e lugares do globo. Esse raciocínio sugere ser preciso considerar a reprodução da sociedade, em sua totalidade, realizando-se através da produção/reprodução do espaço. A sociedade se apropria do mundo enquanto apropriação do espaço-tempo determinado, aquele de sua reprodução, num momento histórico definido. Nesse contexto, a reprodução continuada do espaço se realiza como aspecto fundamental da reprodução ininterrupta da vida. Nessa perspectiva, revela-se uma prática social que é e se realiza espacialmente, o que implica pensar na relação dialética sociedade/espaço (um se realizando no outro e através do outro) e as mediações entre eles. Esse caminho indica a imanência da produção do espaço no processo de constituição da sociedade.

Essa análise nos possibilita afirmar que o espaço é produzido a partir da realização da vida social de cada sujeito, ou seja, o espaço se estende ao plano do habitar, do lazer e da vida privada, é a partir do espaço que surgem novas possibilidades para o desenvolvimento da sociedade e do capital. Nesta perspectiva, é importante compreender que embora cada sujeito produza e reproduza sua condição social, entende-se que isso não ocorre fora das relações sociais dominantes em cada sociedade.

Carlos (2014, p. 56) nos explica ainda que

Se o espaço é condição para realização do processo produtivo, unindo os atos de distribuição, troca e consumo de mercadorias, ele se produz como materialidade: como, por exemplo, infraestrutura viária, rede de água, luz, esgoto etc. Todavia o espaço guarda o sentido do dinamismo das necessidades e dos desejos que marcam a reprodução da sociedade em seu sentido mais amplo, a realização da vida para além da sua sobrevivência. Os fundamentos da reprodução contemplam uma especificidade histórica, hoje se explicitam como uma produção capitalista. Desta determinação decorre um conjunto de condições para sua realização, em especial a existência de classes sociais específicas e contraditórias, enfrentando-se a partir de

interesses diversos, tendo o processo de valorização como finalidade última e necessária para a acumulação.

Outro autor de grande contribuição para o tema da produção e reprodução do espaço urbano é Corrêa e segundo ele (2014, p.43)

A produção do espaço urbano, seja da rede urbana, seja o intraurbano, não é o resultado da “ação invisível do mercado”, nem de um Estado hegeliano, visto como entidade supraorgânica, ou de um capital abstrato que emerge de fora das relações sociais. É sim consequência da ação da ação de agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesses estratégicos e práticas espaciais próprias, portadores de contradições e geradores de conflitos entre e com os outros segmentos da sociedade.

Corrêa (2014) nos alerta para a importância da identificação e das ações dos agentes sociais da produção do espaço urbano, pois são esses os responsáveis pela criação das possibilidades sociais. E são os agentes que materializam os processos sociais na forma de ambiente construído, desta forma os agentes e os processos sociais são inseparáveis.

Os agentes da produção do espaço são de grande diversidade e compreende desde um morador, trabalhador comum explorado a um empresário, industrial, o Estado, representantes comerciais, grandes multinacionais, corretores de imóveis, proprietários de terra que especulam a expansão imobiliária, ou seja, é um grupo bastante eclético e de diferentes interesses, porém muitas vezes têm estratégias e práticas espaciais semelhantes sempre objetivando uma maior mais valia. Realidade muito clara em cidades pequenas como Miracema do Tocantins.

No ano de 2013 um grande empresário proprietário de uma rede de posto de combustível no Estado do Tocantins, lançou na cidade de Miracema um empreendimento imobiliário. Conforme a imagem 3. Esta empresa tem sede na cidade de Palmas e mantém negócios de exploração imobiliária em várias cidades do Tocantins e em outros estados da federação.

Imagem3: Loteamento Jardim dos Buritis da “Petro Imobiliária” em Miracema – TO.



Fonte: Org.pelo autor, 2015.

Como podemos verificar o capital se desenvolveu de forma que o espaço agora é mercadoria e tem um valor de uso, e de troca. Ou seja, a produção do espaço é também uma produção de mercadoria e de expansão do capital.

Sobre a produção do espaço como mercadoria Carlos (2014, p. 60) nos esclarece que

No capitalismo a produção se expande espacialmente e socialmente (no sentido de que penetra toda sociedade), incorporando todas as atividades do homem e redefinindo-se sob a lógica do processo de reprodução do capital- o espaço tornado mercadoria sob a lógica do capital fez com que o uso (acesso necessário para a realização da vida) fosse redefinido pelo valor de troca. A produção do espaço se insere na lógica da produção capitalista que transforma toda produção em mercadoria.

A produção espacial que tem como resultado o espaço em forma de mercadoria, já está presente em Miracema do Tocantins. E a imobiliária que é um dos agentes do processo de produção do espaço buscam se beneficiar e obter lucro acima de tudo, um exemplo é o empreendimento imobiliário (loteamento Jardim dos Buritis) retratado acima, que só foi lançado, por que a área próxima foi doada para a Universidade Federal do Tocantins e muitos acreditam que futuramente será construído ali um Campus da UFT. Assim esse empreendimento imobiliário é mais uma estratégia dos agentes da produção do espaço, os corretores de imóveis e proprietários de terras fazendo uma especulação imobiliária.

Em todo loteamento apenas uma casa começou a ser construída, porém a construção foi interrompida, pelos representantes do grupo imobiliário. Ao questionarmos o senhor José Maria, 35 anos de idade, ajudante de pedreiro, proprietário do lote que o obteve ao se comprometer com 15 anos de prestações que aumentam de acordo com a inflação, sobre a interrupção da obra ele nos explicou o seguinte

Uai chegou um povo aqui da imobiliária e disse que aqui só pode construir casa que tem projeto feito por engenheiro. Ai eu disse que eu num tinha projeto e eles mandaram parar a construção. Ai como eu num tenho dinheiro pra fazer projeto nenhum falei que ia fazer uma casa de paia, eles disseram que no contrato tá dizendo que num pode fazer casa paia ou de alvenaria que num tenha projeto. Ai danou tudo porque eu comprei o lote, mas num posso fazer o que eu quiser no lote, num posso fazer meu barraco, assim é difícil né.

Outro agente do processo de produção do espaço é o Estado capitalista que desempenha múltiplos papéis na dinâmica da produção do espaço urbano, isso ocorre devido a necessidade dos representantes do Estado (governo) têm de se manter no cargo e assim atender as diferentes classes que o elegeu. Como é o caso das grandes empresas que financiam as campanhas e a população em geral que legitimam os governos com o voto. Desta forma o Estado insere-se na dinâmica política e social da produção do espaço.

Segundo Samson (1980) input Corrêa (2014, p.45 e 46) o Estado têm um leque de possibilidades e de ações que dentre outras se inclui as seguintes:

- Estabelecer o marco jurídico (leis, regras, normas e posturas) de produção e uso do espaço;
- Taxar a propriedade fundiária, as edificações, o uso da terra e as atividades produtivas: diferenças sociais dessa taxação refletem e condicionam a diferenciação sócio espacial no espaço urbano;
- Produzir as condições de produção para outros agentes sociais, como vias de tráfego, sistemas de energia, água e esgotamento sanitário, assim como o espaço físico da cidade, por meio de obras de drenagem;
- Controlar o mercado fundiário, tornando-se, sob certas condições, proprietário de glebas que poderão ser permutadas com outros agentes sociais;
- Tornar-se promotor imobiliário, investindo na produção de imóveis em determinados locais do espaço intraurbano para determinados grupos sociais- esta ação tende, via de regra, a reforçar a diferenciação interna da cidade no que diz respeito á segregação residencial;
- Tornar-se produtor industrial, interferindo assim na produção do espaço, por meio de unidades fabris, e dos impactos, em outras áreas, próximas ou longínquas, de suas instalações industriais: conjuntos habitacionais, loteamentos populares e favelas são criados, em parte, em decorrência das indústrias do Estado, cuja ação interfere na divisão econômica do espaço e na divisão social do espaço da cidade;

Corrêa (2014, p.46) explica ainda que

Com esses múltiplos papéis o Estado estabelece relações com outros agentes sociais, tais como: empresas industriais e de consultoria, bancos, empreiteiras universidade e proprietários de terra. Nessas relações entram em jogo mecanismos de negociação, cooptação e clientelismo, aos quais a corrupção não é estranha.

No caso da exploração imobiliária em Miracema o que se vê é que o poder público local não tem critério para subsidiar os processos de autorização para implantação de loteamento, pois o loteamento Jardins dos Buritis está situado numa área que é claramente parte da mata ciliar do Córrego Correntinho e que deveria ser área de preservação e não dedicada ao mercado de especulação imobiliária.

Nessa situação de intervenção do Estado, articulado com as empresas, como agente do processo de produção do espaço Carlos (2014, p. 65) nos explica que

O Estado garante a exploração multiforme e a igualdade na exploração mútua e recíproca, enquanto a lei garante a igualdade e nesta, a manutenção da desigualdade. A relação economia-política impulsionada pelo Estado se concretiza espacialmente ganhando a dimensão global e encerra a reprodução nos quadros políticos, isso por que, a partir de certo momento, o Estado assume como tarefa primordial assegurar as condições de reprodução através das relações de dominação.

Desta forma o processo de produção do espaço se torna contraditório devido à atuação de seus diferentes agentes. Pois o Estado produz o espaço de forma direcionada objetivando a reprodução do capital. Por outro lado o espaço também é produzido a partir da realização da vida. Essa contradição ocorre na produção do espaço de Miracema, pois, enquanto o Estado investe na implantação da Ferrovia Norte/Sul que é uma ação direcionada para um grupo privilegiado, encontramos na cidade uma grande carência de serviços públicos como postos de saúde, creches, rede de esgoto, asfalto, moradias adequadas, pois ainda encontramos pessoas vivendo em casas de palha, por não terem condições financeiras para construir uma nova com tijolos e telhas, porém a dinâmica social de Miracema ocorre nesse espaço produzido sem orientação do Estado.

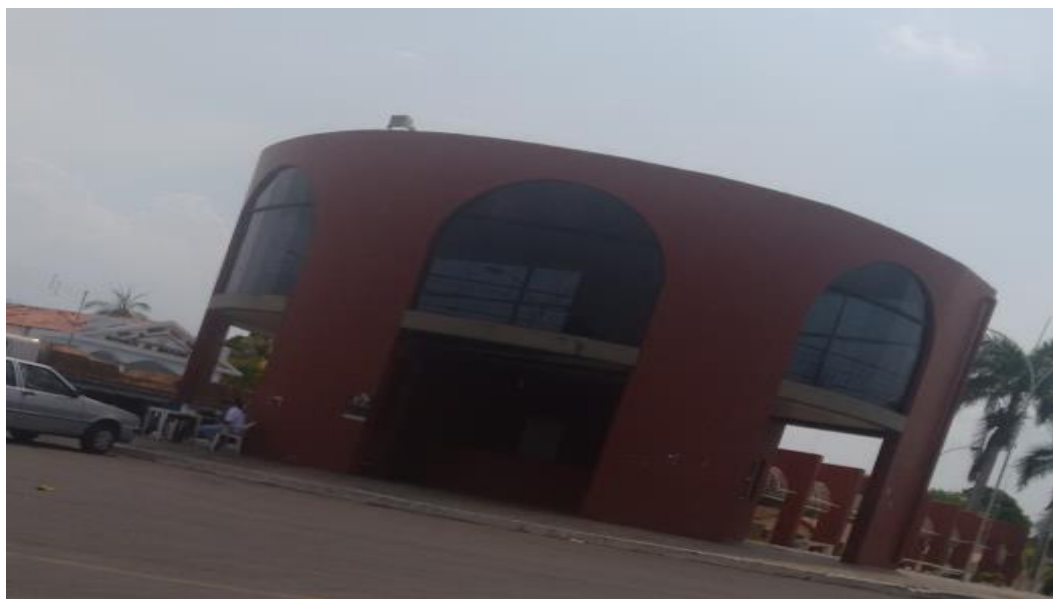
Sobre essa contradição no processo de produção do espaço Carlos (2014, p. 65) nos revela que

Nessa direção, a contradição fundante da produção espacial (produção social/ apropriação privada) desdobra-se na contradição entre a produção de um espaço orientada pelas necessidades econômicas e políticas (em suas alianças possíveis), e a reprodução do espaço como condição, meio e produto da reprodução da vida social. No primeiro caso, a reprodução do espaço se orienta pela imposição de uma racionalidade técnica assentada nas necessidades pelo desenvolvimento da acumulação que produz o espaço como condição da produção, revelando as contradições que o capitalismo suscita em seu desenvolvimento. No segundo caso, a reprodução da vida

prática se realiza na relação contraditória entre os usos dos lugares da realização da vida e os lugares produzidos como valor de troca; contradição esta que esta na base dos conflitos em torno da produção do espaço.

A vida na cidade de Miracema se realiza em lugares como os das imagens abaixo 4, 5 e 6, que são partes do espaço construído, reconstruído e em reconstrução.

Imagem4: Ponto de Apoio de expressão de cultura e lazer de Miracema, localizado às margens do rio Tocantins.



Fonte: Org. pelo o Autor, 2015.

Na imagem4 está o ponto de apoio que é um lugar de encontro, na margem esquerda do Rio Tocantins que é utilizado o ano todo pelos moradores como lugar de lazer e diversão.



Imagem5: Praia Mirassol no rio Tocantins, o ano inteiro como espaço de lazer.



Fonte: Org. pelo o Autor, 2015.

A margem esquerda do Rio Tocantins, porto da cidade de Miracema do Tocantins, lugar de encontro, lazer e diversão para a população miracemense o ano todo. Área bastante explorada pelos turistas na temporada de praia nos meses de Junho, Julho e Agosto.

Imagem6: Praça Derocy Moraes, localizada na área central da cidade.



Fonte: Org. pelo o Autor, 2015.

Praça Derocy Moraes da imagem6 que além de ser o palco do fazer, diversão na cidade, também é mais um dos lugares onde ocorre a realização da vida. Todos distantes



das grandes obras direcionadas para a produção de capital e apropriação do espaço, tais como a BR153, e a Ferrovia Norte/ Sul.

Nessa construção dialética e contraditória do espaço, os agentes o objeto (espaço) e sujeito (sociedade) vão se revelando, assim como as dimensões do espaço que segundo Carlos (2014, p. 66) são:

- Material – que se refere á dimensão física, espaço-tempo da vida real como prática sócio – espacial concreta. O espaço em sua dimensão objetiva – em uma concretude material, real- pode ser interpretado como momento constitutivo da práxis. No plano material, depreende-se a morfologia como forma/estrutura/função, como produto direto das relações de produção, mas também de propriedade. Por sua vez, a morfologia compõe, com a paisagem e lugar uma tríade. Neste plano, o espaço é localização e suporte das relações sociais (de produção e de propriedade), condição e meio da realização concreta da produção/distribuição/troca e consumo- fluxos e fixos-materialidade e movimento. Em sua objetividade, aponta uma realidade objetiva envolvida pela norma que organiza e orienta a vida, além de ser diretamente o vivido, o corpo, os sentidos, a palavra;
- Concreta – objetividade não absoluta, ele revela-se na dialética com a subjetividade- a sociedade produzindo e reproduzindo-se e tomando consciência de sua própria produção. Aqui nos defrontamos com o plano da realidade que é sobretudo, o movimento de reprodução das relações sociais em suas contradições, acompanhada pela reprodução da cotidianidade que incorpora os valores de uma sociedade, uma cultura de massa, um tipo redefinido de lazer (programado como momentos da reprodução das relações sociais sob a orientação da expansão inexorável do mundo da mercadoria como momento de incorporação do espaço).

Desse modo a produção e reprodução do espaço na cidade ocorre de forma contraditória, a partir de um processo de produção feito por toda a sociedade e da apropriação do espaço que é privilegio de uma classe da sociedade. Assim o espaço é produzido a partir das relações de uma sociedade desigual e o espaço é utilizado como elemento (mercadoria) que proporciona uma maior desigualdade social na sociedade.

### **3.3Urbanizações em Miracema do Tocantins**

Sobre a questão cidade e urbano, Santos nos explica que “a cidade é o concreto, o conjunto de redes, enfim a materialidade visível do urbano enquanto este é o abstrato, porém o que dá sentido e natureza à cidade” (SANTOS, 1992, p. 241, apud SOUZA, 1999, p. 9).

Lopes discutindo acerca do processo de surgimento das cidades no Brasil nos explica que:

Algumas surgiram e se desenvolveram a partir de missões religiosas em aldeamentos indígenas, outras como entrepostos comerciais ou de abastecimento, bastante comuns na zona costeira, originando as cidades portuárias. Entrepostos comerciais ou de abastecimento também estiveram presentes no interior, a partir de cruzamentos de passagens de mercadores itinerantes, de comerciantes ou transportadores de gado. (Lopes 2005, p.9)

A mesma autora Lopes reitera que:

Esses não foram os únicos processos, mas são dos mais frequentes na origem do cenário urbano brasileiro. O crescimento demográfico e o desenvolvimento socioeconômico desigual imprimiram maior importância a determinadas aglomerações, assim como decisões político administrativas promoveram subdivisões em várias delas, criando novas cidades e municipalidades. Desses processos e outros não mencionados resultou a existência, no ano 2000, de cerca de 5.500 cidades brasileiras. (Lopes 2005, p. 10)

Na tentativa de compreendermos a urbanização e a produção do espaço urbano, analisaremos as contribuições de alguns autores como Corrêa (1989, p. 7), que nos explica que o espaço urbano é identificado como um conjunto de diferentes usos do solo, onde se definem áreas:

[...] como o centro da cidade, local de concentração de atividades comerciais, de serviços e de gestão, áreas industriais, áreas residenciais distintas em termos de forma e conteúdo social, de lazer e, entre outras, aquelas de reserva para futura expansão. Esse complexo conjunto de usos da terra é, em realidade, a organização espacial da cidade ou, simplesmente, o espaço urbano, que aparece assim como espaço fragmentado.

Esse uso diferenciado do solo, como Corrêa nos apresenta, ocorre na cidade de Miracema onde cada classe social tem uma materialização do espaço urbano diferenciado, como observamos no centro da cidade onde encontramos traços da história de Miracema como as ruas feitas de paralelepípedos e as casas sem quintais na parte da frente, por que as construções antigas não tinham muros para a rua e as pessoas adentravam direto nas casas. Como pode ser observado nas imagens 7 e 8 abaixo, quando vemos uma rua inteira com as casas construídas no limite da rua.

Imagem 7: Rua 25 de Agosto no centro da cidade .



Fonte: Org. pelo o Autor, 2015.

Imagem 8: Rua 25 de Agosto no centro da cidade .



Fonte: Org. pelo o Autor, 2015.

As imagens acima nos remetem a memória urbana ou a memória da cidade de Miracema, termos que Maurício Abreu (2014, p.31) afirma que

Não dizem respeito apenas à capacidade de lembrar de indivíduos ou grupos, mas ao estoque de lembranças que estão eternizadas na paisagem ou nos registros de um determinado lugar, lembranças essas que são agora objetos de reapropriação por parte da sociedade.

Essa apropriação do capital em lugares que representam a memória da cidade de Miracema do Tocantins pode ser constatada nas imagens 9 e 10:

Imagem 9: Casa onde funcionava o antigo cinema da cidade .



Fonte: Org. pelo o Autor, 2015.

A imagem 9 apresenta o cinema que existia na cidade, e era um espaço de lazer para uma determinada classe da população que tivesse condições de arcar com os custos

da entrada. Porém esse lugar de lembranças é apropriado agora como uma oficina de moto.

Imagem 10: Local onde funcionou uma indústria de beneficiamento de café.



Fonte: Org. pelo o Autor, 2015.

E a imagem10 apresenta a primeira casa de beneficiamento do café da cidade de Miracema e da região norte de Goiás. Esse espaço já passou por vários empreendimentos como bar e estacionamento dentre outros.

Mesmo sendo uma cidade pequena Miracema tem sua periferia e como nas grandes cidades é na periferia que se encontram as populações menos privilegiadas, que sobrevivem em condições precárias, tais como, a falta de infraestrutura como asfalto, rede de esgoto e água tratada além da falta de serviços essenciais como escolas, hospitais, creches e segurança. Como podemos observar na imagem 11 abaixo.



Imagem 11: Casas da Rua7 do Setor Brasil periferia da cidade.



Fonte: Org. pelo o Autor, 2015.

Na imagem11 da Rua 7 na periferia da cidade de Miracema podemos observar que alguns problemas urbanos não são restritos apenas as grandes cidades e metrópoles mas estão presentes também nas pequenas cidades brasileiras pois a lógica capitalista de produção e reprodução do espaço urbano e do capital é a mesma em qualquer que seja o tamanho da cidade. Isso também pode ser visualizado na obra pública inacabada.

Imagem 12: Construção paralisada de um posto de saúde no Setor Brasil.



Fonte: Org. pelo o Autor, 2015.

Ao questionarmos trabalhadores dessa obra, como o senhor Faustino, pedreiro 56 anos de idade, sobre a paralização da obra de construção do posto de saúde do setor Brasil em Miracema, ele nos explicou que

Nós tivemos uma reunião lá na prefeitura e disseram que essa obra aqui estava muito adiantada que ia terminar antes da outra, e que era pra nós parar aqui e mexer com outras coisas e só que depois de um tempo eles ia chamar nós pra terminar aqui. Mas isso já tem uns cinco mês, e eu nem quero mexer mais com esse povo enrolado.

Na fala do senhor Faustino nos pareceu que a prefeitura da cidade de Miracema do Tocantins não tinha o interesse de terminar a obra, dentro do prazo estipulado, porem não conseguimos identificar por quais razões, talvez por falta de verba ou até mesmo, seja uma estratégia e estejam esperando iniciar o ano eleitoral 2016 para que a entrega das obras fiquem próximas as datas do período eleitoral.

O que podemos notar com certeza é que a periferia da cidade de Miracema sofre com a falta de infraestrutura, como podemos observar na imagem 8 encontramos ruas sem asfalto, os postes estão no lugar mas as lâmpadas estão queimadas e não funcionam e não há nessa área, água tratada ou esgoto.

### **3.4. MIRACEMA A PRIMEIRA CAPITAL DO ESTADO DO TOCANTINS**

“No dia 07 de Dezembro de 1988, foi anunciada a escolha da capital provisória do Estado do Tocantins, que recaiu sobre a cidade de Miracema do Norte, por decisão consensual do Presidente da República, Sr. José Sarney e

do Governador eleito, Siqueira Campos. A capital provisória ali permaneceu de 1º de Janeiro a 1º de Dezembro de 1989. A primeira medida governamental por força do decreto legislativo nº01/89, de 1º de Janeiro de 1989, foi alterar o topônimo de Miracema do Norte para Miracema do Tocantins”. (Diagnóstico socioeconômico-Adm. Do Tocantins, 1989/90)

Iniciaremos essa discussão explicando que existia certa disputa entre algumas das principais cidades do Norte de Goiás para assumirem o cargo de primeira capital do Tocantins, dentre essas Gurupi, Araguaína e Porto Nacional. Todas com maiores e melhores infraestrutura e prédios públicos que poderiam ser utilizados durante a condição de capital, além de fornecerem um contingente populacional, e assim uma maior mão de obra disponível do que a pequena e pacata Miracema agora do Tocantins. Pensamos que a escolha de Miracema que apresentava menor infraestrutura e quantitativo demográfico que as outras cidades, tenha sido uma estratégia do então Governador do Estado, pois seria difícil tirar a condição de Capital de uma cidade com maior contingente populacional e também maior número de eleitores.

Como já dissemos anteriormente a criação da capital permanente do Tocantins Palmas foi uma tentativa frustrada de concertar problemas no desenvolvimento sócio econômico do Estado causado por políticas públicas, que tinham como objetivo real abrir caminho para a expansão da fronteira agrícola como a Br 153. Assim a escolha do local para a construção da capital deveria ser no centro do Estado do Tocantins e na margem direita do Rio tentando assim levar desenvolvimento para essa região, objetivos que mesmo após a construção de Palmas ainda não foram atingidos.

Segundo o (Diagnóstico socioeconômico-Adm. Do Tocantins, 1989/90) input Lira (2011, p.177) sobre essa mudança repentina em Miracema de uma cidade pacata a primeira capital do Estado, observamos que

O governo tomou de assalto todos os seus edifícios públicos e privados (que na realidade eram um pequeno número), casas residenciais se transformaram em secretarias do Estado, o comércio estourou seus estoques, enriquecendo seus proprietários, houve uma proliferação de restaurantes, bares e hotéis, os alugueis deram um salto assustador, se cobrava por um quarto em Miracema o preço de uma casa boa em Paraíso, Porto Nacional ou Gurupi. A cidade inchou, sua população saltou de mais ou menos dez mil habitantes para um contingente de mais de trinta e cinco mil habitantes (estimativa IBGE), surgiram novos bairros, implantou-se transporte coletivo urbano, asfaltou-se as ruas, modernizaram suas praças enfim, a cidade saiu daquela vida pacata ribeirinha, para se integrar ao resto do País através de pessoas que vinham de todas as regiões brasileiras buscando nova vida na mais nova capital brasileira.



Comprendemos que isso não ocorreu sem contradições, pois ao questionarmos a senhora Jovita sobre esse primeiro momento de Miracema como Capital do Estado e a chegada de um grande número de imigrantes ela nos esclareceu que

Ai isso aqui virou uma loucura, loucura mesmo viu, quando a gente via o povo estava entrando dentro da casa da gente e oferecendo dinheiro querendo que nós saísse de nossa casa sem mais nem menos, explicando que agora ia ter progresso. Olha só vê se pode. Virou um tumulto todo de gente, o comércio aqui estava vendendo muito mesmo, ficou muito movimentado. Ninguém mais aqui tinha sossego.

Pedimos para senhora Jovita comparar o movimento de pessoas, mercadorias dinheiro, que existiu em Miracema na década de 1960 quando ainda tinha o porto e o escritório da SPVEA na cidade com o movimento que existiu em Miracema durante seu período de capital. E ela nos afirmou que

Olha a Miracema nunca mais vai ser como já foi viu. Quando eu cheguei aqui a Miracema era boa demais, eu vim de avião pra cá, imagina isso em 1966, vê se hoje alguém vem de avião pra Miracema. Já tem anos que aquele aeroporto num funciona mais. E o comércio então, nossa senhora, o povo trazia das roça era saca e mais saca de arroz, milho tudo pra vender aqui, bem aqui na praça Derocy, onde ficava o mercado central, tinha gente que trazia gado pra vender aqui pra nós.

Ao compararmos os dados da tabela 2 sobre a população de Miracema no ano de 1991, um ano após sua condição de capital, com o dado apresentado no (Diagnóstico socioeconômico-Adm. Do Tocantins, 1989/90) notamos que segundo o diagnóstico citado, em 1989 o IBGE estimou a população de Miracema em torno de trinta e cinco mil habitantes e conforme os dados da tabela 2 o IBGE nos mostra que em 1991 a cidade tem apenas 20.815 habitantes. Esses dados apresentam uma diminuição na população de Miracema no período de um ano cerca de 14.000 pessoas. Essa rápida e grande diminuição populacional se justifica pela criação de Palmas em 20 de Maio de 1989, porem só se tornou capital definitiva do Estado em 1 de Janeiro de 1990. E aquele grande número de migrantes que chegaram há um ano em Miracema colocaram os pés de novo na estrada, mas agora em direção a capital definitiva do Estado do Tocantins.

Sobre esse fluxo migratório de 1990 da cidade de Miracema para a capital definitiva do Estado do Tocantins Palmas. O senhor Antonio 72 anos de idade aposentado e que vive em Miracema desde 1940, quando chegou com a família para trabalhar em uma fazenda nos arredores da cidade. Antonio nos explicou que

Antes de criar aqui o Tocantins eu já trabalhava pro Goiás de porteiro mesmo, ai quando criaram o Tocantins todo mundo que já era concursado e que quisesse podia fica trabalhando aqui no Tocantins. E eu fiquei aqui trabalhando aqui quando aqui virou capital. Eu numa secretaria e a mulher numa escola, nós dois era funcionário público. [...] Mas quando começou Palmas nós foi tudo pra lá. De primeiro agente ia e voltava de Palmas todo dia num ônibus do governo. Ai com o tempo de jeito que ia abrindo rua, estrada colocando água, luz, ajeitando as coisas lá pra Palmas o governo foi dando os lotes pra todo mundo que era funcionário público na época. Dai eu ganhei um e a mulher ganhou outro.

Perguntamos ainda ao senhor Antônio sobre como ficou o movimento de pessoas no comercio e nas ruas de Miracema. E ele nos esclareceu que

Aqui num se via mais nada na rua, o povão todo, aquela correria nada, quem num mudou logo de uma vez pra Palmas ia trabalhar lá todo dia e estava doido pra muda pra lá. Aqui muito comércio, loja fechou as porta viu (...) o povo largou os trem aqui e o foi indo embora pra Palmas ou pra esse mundão por ai.

Fizemos essa mesma pergunta ao senhor Osvaldo, esse nos explicou que

Rapaz eu pensei que a Miracema ia acabar, o trem foi sério mesmo. Todo mundo só queria saber de Palmas, moço se tu vê o tanto de empresário que tinha aqui e num quis nem saber de proposta de prefeitura nada, foram tudo embora. Teve coisa aqui loja, construção, casa, lote que esse povo abandonou aqui, por que do dia pra noite perdeu o valor e todo mundo queria ir logo pra Palmas. Por que no inicio o governo estava dando lote, umas ajuda que num era pra todo mundo.

Podemos comprovar as falas desses dois últimos entrevistados com as imagens 13 e 14:

Imagem 13: Casarão localizado na Rua Osvaldo Vasconcelos e abandonado.



Fonte: Org. pelo o Autor, 2015.

Na imagem 13 apresentamos um casarão abandonado que era uma casa comercial com açougue e mercearia no período da capital e residência. Que desde então está abandonado e sem função no espaço da cidade.

Imagem 14: Esqueleto de um prédio abandonado localizado na Rua Osvaldo Vasconcelos.



Fonte: Org. pelo o Autor, 2015.

E na imagem 14 apresentamos a construção inacabada de um prédio de quatro andares com até vão para elevadores que estava sendo construído durante o período em que Miracema foi a capital do Estado e ao fim desse período paralisaram a obra e nunca mais retornaram.

Pedimos para o senhor Osvaldo fazer uma avaliação sobre Miracema durante sua condição de capital e perguntamos a ele se existia algum legado desse período para a cidade e para os atuais moradores. Ele nos respondeu que

Olha eu acho que ter sido uma capital foi uma coisa muito boa pra Miracema. Uma coisa boa mesmo. Olha só, esse asfalto ai na parte alta da cidade foi todo feito no período da capital. As construção grande ai tipo o fórum, a feira aqui de baixo e a la de cima, as duas praças foi tudo no período da capital. Além de escola e do hospital que foi tudo reformado nesse período. Então eu vejo que se Miracema num tivesse sido capital como foi as coisas aqui, eu acho que podia tá muito pior do que tá viu moço.

Com a fala do sujeito entrevistado acima percebemos que mesmo por um pequeno período como capital Estado, podemos notar o processo de produção e

reprodução do espaço urbano na cidade a partir da ação de diversos agentes de produção do espaço e do capital.

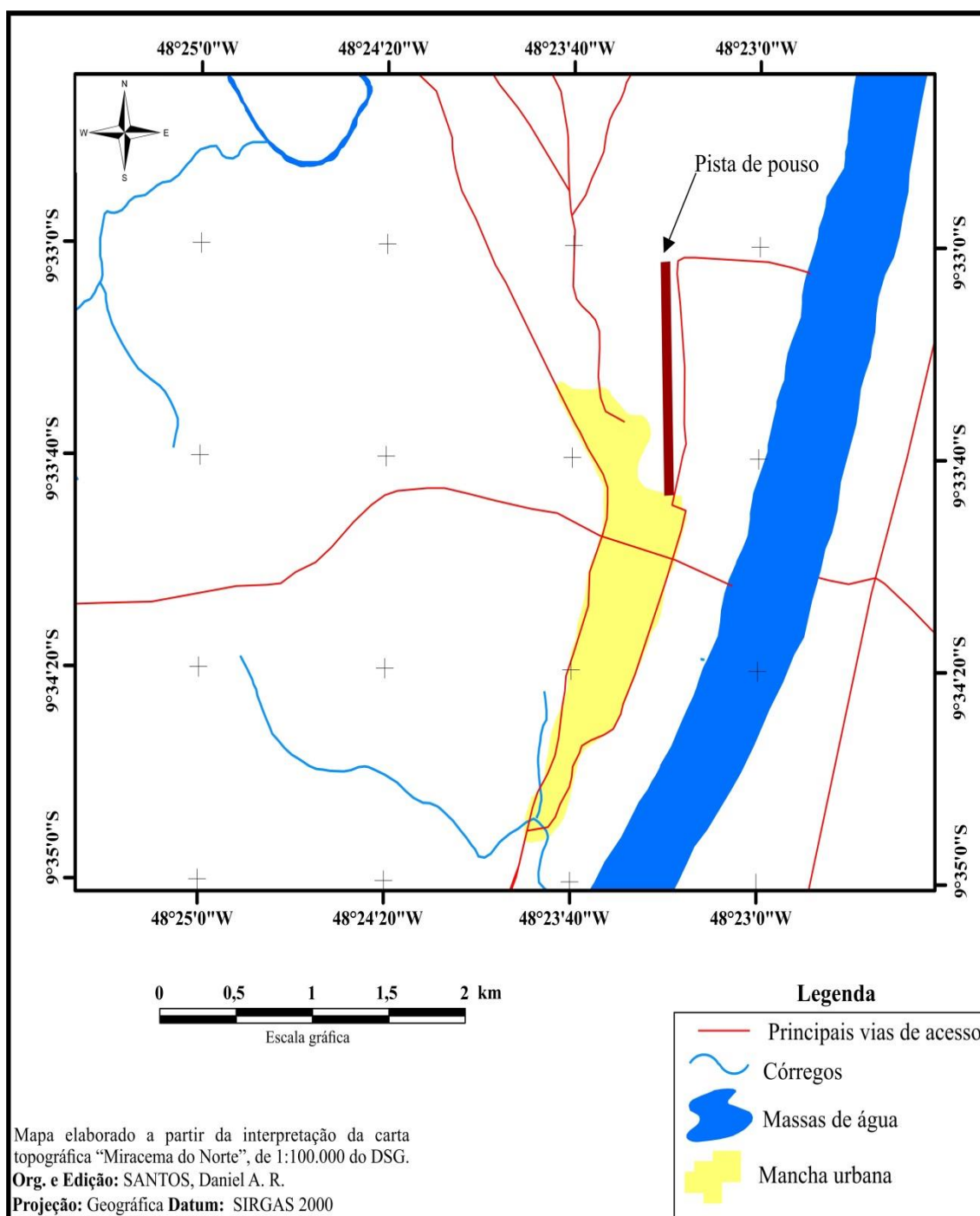
### **3.5 A Noção de Construção e (Des)construção da Cidade de Miracema – TO.**

Essa ideia de Miracema em uma construção e desconstrução constante foi o que percebemos na pesquisa, e o que ocorre com os moradores da cidade. Pois esses sempre estão com a esperança de que a cidade de Miracema do Tocantins se desenvolva socialmente e economicamente.

Essa esperança de existir uma melhor condição de vida na cidade de Miracema sempre é renovada em seus moradores com a implantação de políticas públicas que objetivam o desenvolvimento do capital e não uma melhora nas condições de vida da sociedade miracemense. Porém o amor pela cidade e raízes desse lugar fazem com que a Miracema resista a polarização da capital Palmas e a população continue esperançosa.

A primeira das grandes políticas públicas que passaram por Miracema foi a SPVEA, em 1952 com a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia – SPVEA, momento de grande pujança econômica em Miracema pois era um porto comercial do transporte feito pelo rio Tocantins como já dissemos anteriormente. Essa política provocou o crescimento urbano da cidade, conforme o demonstrado no mapa 4 que apresenta o processo de formação da área urbana da cidade, ainda na década de 1960.

Mapa 4: Mancha urbana de Miracema do Tocantins em 1968



Observamos no mapa acima que a mancha urbana da cidade está concentrada na margem do Rio Tocantins, pois Miracema é uma cidade ribeirinha e que nesse período vivia do comércio no porto do Rio. Chamamos a atenção para o fato de que naquele período o mapa apresenta uma pista de pouso onde é hoje a região central da cidade.

O mapa três nos apresenta a mancha urbana de Miracema estabelecida na margem do rio devido uma ação do Estado a SPVEA e fatores naturais como a necessidade da pesca para sobreviver. Notamos assim o Estado sendo o agente no processo de produção do espaço urbano.

No entanto esse processo de Miracema como uma cidade em (Des)construção não se dá apenas a partir da implantação de políticas públicas e do desenvolvimento do capital. O Rio Tocantins até o ano 2000 quando o lago da UHE Luís Eduardo Magalhães começou a ser formado, foi um agente no processo de produção do espaço na cidade de Miracema do Tocantins. Fato que podemos comprovar na fala de um morador, quando questionamos sobre como ficava a cidade durante as enchentes, lembrando que as enchentes eram constantes na cidade no período de chuva e que a última grande enchente foi a de 1980, da qual o Senhor Osvaldo nos esclareceu que:

Rapaz essa parte aqui da cidade baixa ficou tudo alagado, a água entrava lá encima pelo Correntinho e vinha de lá pra cá e tipo dividia a cidade cortando aqui no meio, por essa baixada ali do ginásio (Irmã Beatriz na Av. Tocantins) hoje, e depois a água ia subindo até ficar tudo alagado. Da beira do rio ai em baixo até lá perto do ginásio.

As imagens 15, 16, 17 e 18 apresentam um pouco do sofrimento da população de Miracema durante essa grande enchente de 1980 e a destruição que a mesma causava na cidade.

Imagem 15: Avenida Tocantins inundada pela enchente de 1980.



Fonte: Arquivo de família, 1980.



Na imagem 15 a balsa da travessia do Rio Tocantins entre as cidades de Miracema e Tocantinópolis, avança pela avenida Tocantins junto com águas do rio que subiram mais de 20 metros na enchente de 1980.

Imagem 16: Pessoas deixando suas casas inundadas pelo Rio Tocantins.



Fonte: Arquivo de família, 1980.

Na imagem 16 observamos moradores do Setor Baixa Preta, deixando suas casas em barcos devido o alto nível da água do Rio Tocantins.

Imagem 17: Moradores de Miracema esperando as águas do Rio Tocantins baixarem.



Fonte: Arquivo de família, 1980.

Na imagem 17 podemos observar moradores da cidade de Miracema do Tocantins que foram expulsos de suas casas pelas águas do Rio Tocantins e que estavam esperando as águas baixarem, com esperança de retornarem a suas casas. Porém frequentemente esses moradores se viam forçados a se afastarem ainda mais de suas casas, pois de acordo com que as águas subiam eles se afastavam.

Ao analisarmos essas imagens da enchente de 1980, questionei ao senhor Osvaldo o que a população afetada pela enchente fazia, para ter condições mínimas de vida nesse período, como se abrigar da chuva e do sol, onde iriam repousar e passar as noites enquanto as casas estavam debaixo da água do rio. E ele me explicou que:

Olha essas áreas aqui perto eram tudo da prefeitura, bem dizer que num tinha dono, né. Ai o povo ia pra parte de cima e construía barraco de palha, de alvenaria, barro, e ia ficando por lá pra cima até o rio baixar. E ai de acordo com o que o rio ia baixando o povo vinha voltando pra suas casas aqui em baixo.

Questionamos ainda ao senhor Osvaldo sobre a utilização dessas casas construídas na parte alta da cidade. Ele nos esclareceu que:

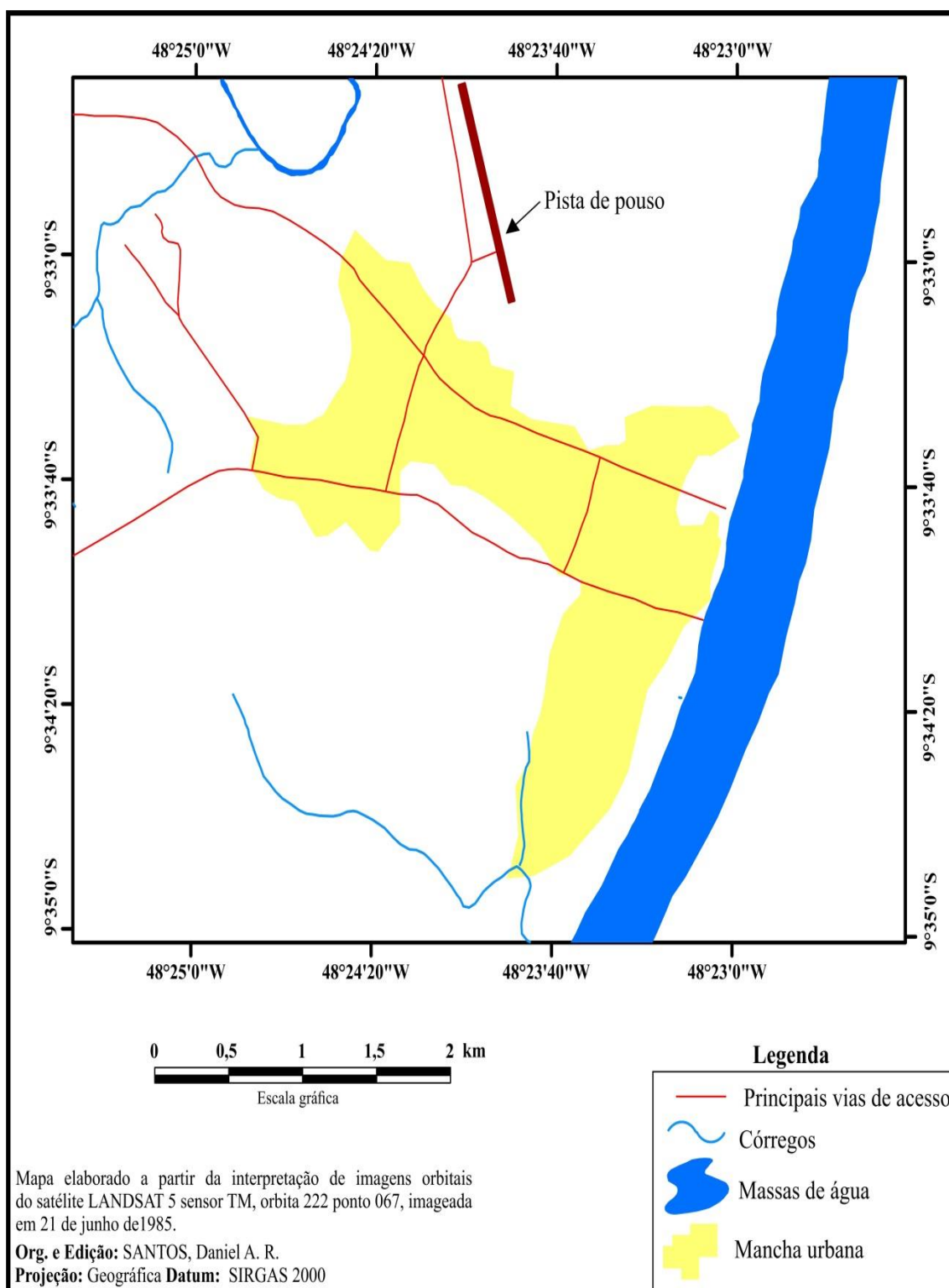
O povo só ia pra lá quando tinha enchente, no resto do tempo ficava era abandonada, fechada, mas também tinha um povo que foi ficando por lá, tinha medo de outra cheia grande. Mas num era todo mundo que ia não, por que um monte de gente não tinha condição de fazer outra casa mesmo de paia, um monte de gente ficava por ai na rua na casa de parente, amigo.



A enchente de 1980 orientou a expansão urbana na cidade de Miracema do Tocantins, pois o Rio Tocantins foi na cidade de Miracema um agente natural do processo de produção e reprodução do espaço urbano. Por que foi a enchente de 1980 que proporcionou a expansão da mancha urbana da cidade e a criação de diversos bairros como: o Olaria, a Boca da Vinte, Setor Aeroporto, Santa Filomena, Universitário e outros. Assim comprovamos as interferências do Rio Tocantins sobre as transformações do espaço urbano da cidade.

Desta forma utilizamos o mapa 5 para comprovar esse processo de expansão da mancha urbana de Miracema após a enchente de 1980.

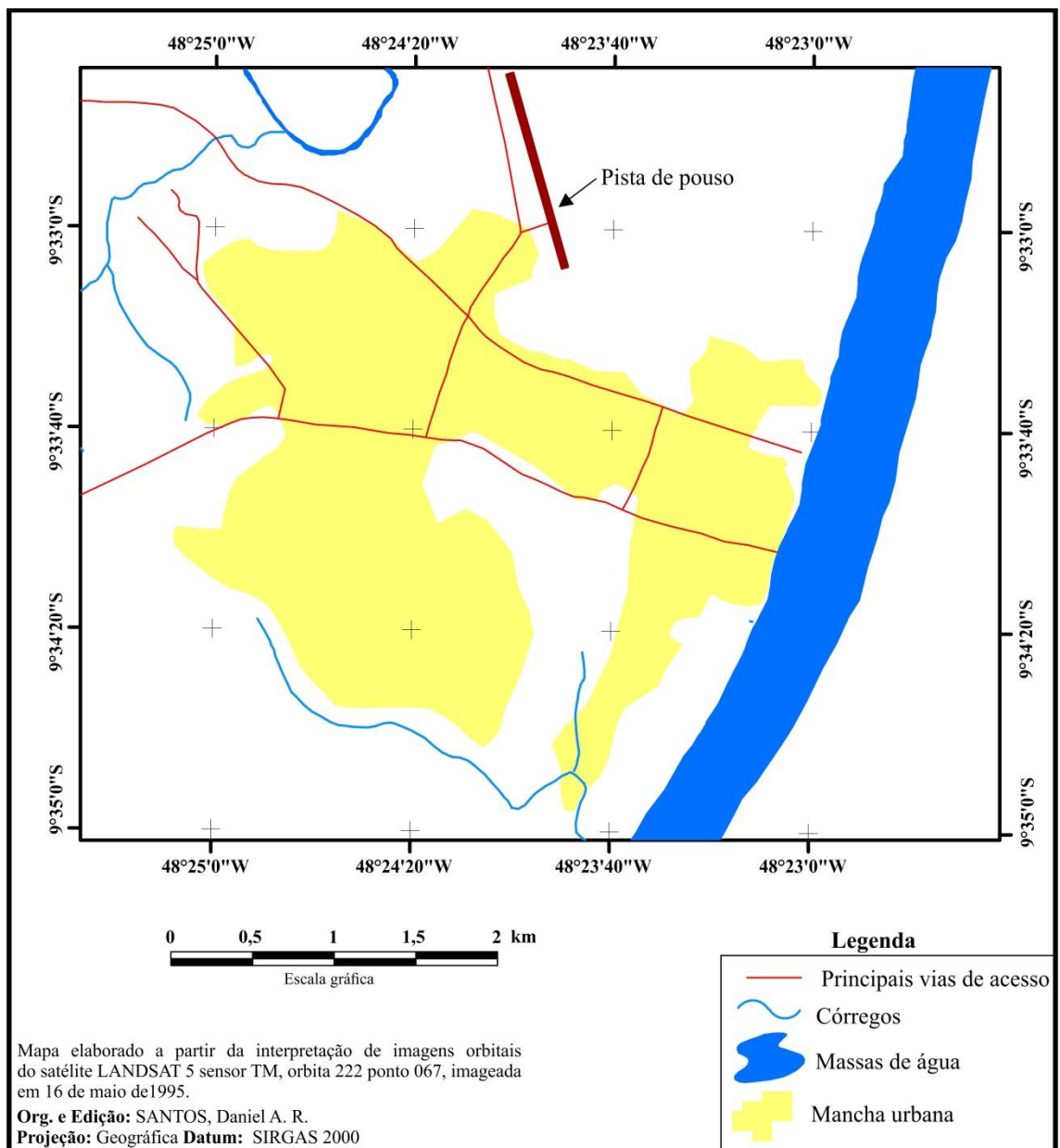
Mapa 5: Mancha urbana de Miracema do Tocantins em 1985.



Ao compararmos a área da mancha urbana do mapa 4 com a do mapa 5 notamos um crescimento significativo da mancha urbana da cidade de Miracema, crescimento que ocorreu principalmente na área alta da cidade, parte mais distante do rio.

O período em que Miracema ficou como a capital provisória do Tocantins, foi de grande importância para o crescimento da cidade, como já dissemos anteriormente e utilizamos uma fala do senhor Osvaldo para demonstrar, que foi enquanto capital que varias obras ocorrem na cidade dentre outras a implantação de asfalto. Assim sendo percebemos a necessidade de um mapa para avaliarmos a produção e reprodução do espaço urbano da cidade de Miracema do Tocantins durante sua condição de capital do Estado. Conforme podemos observar no mapa 6:

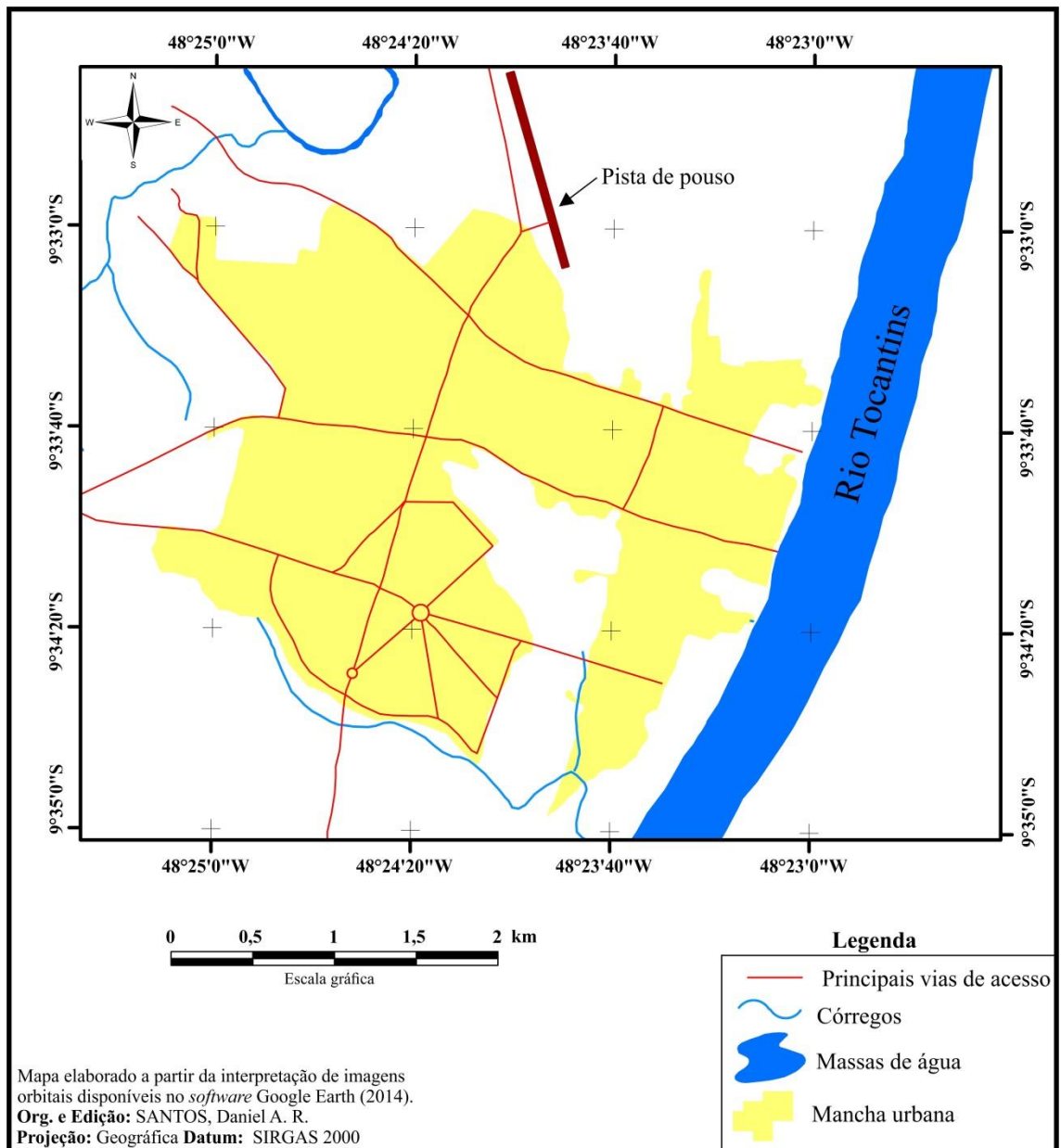
Mapa 6: Mancha urbana de Miracema do Tocantins de 1995



Ao analisarmos o mapa 6 da mancha urbana de Miracema do Tocantins percebemos o crescimento maior na parte alta da cidade, distante do rio. Esse crescimento foi provocado pela grande pujança da economia e o grande fluxo de pessoas que passaram pela cidade durante seu período de capital.

Por fim percebemos a necessidade de apresentarmos um mapa demonstrando o tamanho da mancha urbana de Miracema em 2014, conforme o mapa 7 abaixo:

Mapa 7: Mancha urbana de Miracema do Tocantins de 2014



O mapa 7 apresenta a mancha urbana de Miracema do Tocantins em 2014, espaço urbano resultante das ações de todos os agentes já apresentados acima responsáveis pela produção e reprodução do espaço urbano em Miracema do Tocantins.

A escolha das datas para a elaboração dos mapas se justificam pelos seguintes critérios: era necessário uma imagem do período da SPVEA, descobrimos que não existe uma imagem de satélite disponível de Miracema desse período assim utilizamos a carta topográfica do Exército brasileiro de 1968 para a elaboração do mapa 4, e seria necessário também uma imagem de satélite após 1980 para provarmos o papel do Rio Tocantins na produção do espaço de Miracema, escolhemos uma imagem de 1985 pois era a única disponível de boa qualidade. Seria necessário ainda um mapa da cidade de Miracema do Tocantins após 1989 ano que a cidade foi a capital provisória do Estado do Tocantins, assim escolhemos uma imagem de 1995, pois era de melhor qualidade disponível. E por último apresentamos uma imagem da mancha urbana de Miracema do ano de 2014 demonstrando a expansão urbana da cidade resultante das ações dos agentes responsáveis pelo processo de produção e reprodução do espaço em Miracema do Tocantins.

#### 4.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final desse estudo podemos observar que a urbanização no estado do Tocantins ocorreu de forma seletiva e programada atendendo a interesses principalmente distantes, pois as grandes obras e os investimentos só chegaram a região através de políticas públicas que tinham como objetivo principal estabelecer a produção e acumulação capitalista na região. O maior exemplo disso é a BR153 que de quase nada integrou o estado e muito menos a Amazônia Legal, pois no estado do Tocantins como também em outras áreas da Amazônia Legal existem ainda diversas áreas alheias ao processo de urbanização e de desenvolvimento isso por que ainda não encontraram riquezas naturais que despertem a cobiça das grandes multinacionais e justifiquem os investimentos, no caso da BR153 penso que ela cumpriu seu principal objetivo que era proporcionar a região Concentrada o Centro Sul do Brasil uma via de escoamento da produção que é retirada da Amazônia Legal, primeiro e principalmente, os minerais do Estado Pará, e agora também a soja, que abastecem o grande mercado consumidor e as indústrias do Centro Sul do Brasil.

Com a implantação da BR153 ocorreu uma reconfiguração da rede urbana do estado, pois surgiram novas cidades nas margens da rodovia como Paraisópolis, Gurupi, Guaraí, e Araguaína que assumiram o posto de centros regionais e de principais cidades do Estado, obtendo um rápido crescimento urbano. Alheia a esse processo a cidade de Miracema e as outras cidades ribeirinhas que ficaram esquecidas das políticas públicas, fato que levou a cidade de Miracema a um fraco e baixo desenvolvimento econômico, ficando fora da rota do capital, que agora não era mais o rio e sim a Br 153. Esse fraco desempenho econômico é ainda menor nas cidades que ficam a margem direita do Rio Tocantins como: Lizarda, Mateiros, Natividade e São Felix dentre outras.

A cidade de Miracema permaneceu nessa situação de baixo desempenho econômico até o ano de 1989 quando assumiu o posto de primeira capital do Estado, momento no qual do dia para a noite Miracema deixou de ser uma cidade ribeirinha pacata e se tornou a capital do mais novo Estado do Brasil, o Tocantins e se integrou com o resto do mundo.

Observamos então que o processo de produção e reprodução do espaço urbano em Miracema do Tocantins ocorreu a partir da ação de diferentes e múltiplos agentes

com interesses e ações comuns e diferentes. Como o Estado que age implantando infraestrutura orientada objetivando a reprodução do espaço e assim a apropriação e produção de capital, privilegiando grupos detentores de capital, como imobiliárias, fazendeiros e bancos.

Porem na cidade de Miracema do Tocantins o processo de produção e reprodução do espaço urbano não se dá apenas através da produção do capital. Pois até os anos 2000 antes da construção da Usina Hidrelétrica de Luís Eduardo Magalhães, no Município de Miracema a 25 km da cidade eram comuns enchentes no período de cheias do Rio Tocantins. A última grande enchente na cidade de Miracema foi em 1980 ano em que a parte baixa da cidade mais próxima ao Rio Tocantins ficou alagada. Durante as frequentes enchentes que ocorriam no rio e alagava a cidade a população que tinham suas casas tomadas pelas águas do Tocantins construía casas de adobo, com palhas e barro, para pernoitarem enquanto esperavam as águas do rio baixarem. Dessa forma o rio Tocantins foi um agente natural do processo de produção e reprodução da cidade de Miracema do Tocantins, pois as casas que eram construídas no período de cheia do rio deram origem a alguns bairros na cidade.

Percebemos assim também que a ideia de Miracema em uma construção e desconstrução constante é o que ocorre com os moradores da cidade. Pois esses sempre estão com a esperança de que a cidade de Miracema do Tocantins se desenvolva socialmente e economicamente.

Essa esperança de existir uma melhor condição de vida na cidade de Miracema sempre é renovada em seus moradores com a implantação de políticas públicas que objetivam o desenvolvimento do capital e não uma melhora nas condições de vida da sociedade miracemense. Políticas Públicas como a SPVEA, SUDAM, a Rodovia Belém- Brasília, a Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães e a Ferrovia Norte/Sul, a Universidade Federal. Porem o amor pela cidade e raízes desse lugar fazem com que a Miracema resista a polarização da capital Palmas e a população continue esperançosa.

Em Miracema podemos observar também a produção e reprodução do espaço a partir da realização da vida cotidiana da população, dando significado e importância aos espaços de Miracema do Tocantins, como o ponto de apoio, a praia e a praça Derocy Morais.

## 5.0 BIBLIOGRAFIA

- ALENCASTRE, José Martins Pereira de. **Anais da Província de Goiás**. Brasília: Ipiranga, 1979.
- AJARA, C.; FIGUEIREDO, A. H. de.; BEZERA, V. M. A. C.; BARBOSA, J. G. **O Estado do Tocantins: reinterpretação de um espaço de fronteira**. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v 53 n 4, p. 5-48, out./dez. 1991.
- AQUINO, N. A. de. **A construção da Belém-Brasília e suas implicações no processo de urbanização do Estado do Tocantins**. In: GIRALDINI O. (Org.) A (trans)formação histórica do Tocantins. Goiânia: UFG. Palmas: Unitins, 2002. p. 315-350.
- APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. **Os Akroá e outros povos indígenas nas fronteiras do sertão: políticas indígena e indigenista no norte da capitania de Goiás, atual Estado do Tocantins, século XVIII**. Goiânia: Kelps, 2006.
- ARBUÉS, M. P. **A migração e a construção de uma (nova) identidade regional: Gurupi (1958-1988)**. In: GIRALDINI O. (Org.) A (trans)formação histórica do Tocantins. Goiânia: UFG. Palmas: Unitins, 2002. p. 395-444.
- AZEVEDO, Janete M. Lins de. **A educação como política pública**. Campinas; SP: Autores Associados, 1997.
- Batisde, Roger. 1978. **Brasil, Terra de Contrastes**. São Paulo, Difel.
- BECKER, Bertha K. **A implantação da rodovia Belém-Brasília e o desenvolvimento regional**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS LATINO-AMERICANISTAS, 1. Colômbia, 1977. Versão preliminar, p. 32-46
- BROSE, M. **Agricultura familiar, desenvolvimento local e políticas públicas**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.
- BOGDAN, Roberto e BIKLEN, Sari. **Investigação Qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto, Portugal: Porto, 1994.
- BORGES, Barsanulfo G. **Goiás nos quadros da economia nacional: 1930-1960**. Goiânia: Ed. da UFG, 2000.
- CAMPOS, F. Itami. **Coronelismo em Goiás**. 2. Ed. Goiânia: Vieira, 2003.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço e Indústria**. 4ª edição. São Paulo: Contexto, 1991.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.



CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO**. 1 ed.1 reimpressão. – São Paulo: Ed. Da Universidade Federal de São Paulo, 2008.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A Produção do Espaço Urbano: agentes e processos, escalas e desafios**, Marcelo Lopes de Souza, Maria Encarnação Beltrão Sposito (organizadores)-. 1.ed.,3ºreimpressão. – São Paulo: Contexto, 2014.

CARNEIRO, Maria Esperança Fernandes. **A Revolta Camponesa de Formoso e Trombas**. 1ª. Reimpressão. Goiânia, Ed. da Universidade Federal de Goiás, 1988.

CAVALCANTE, Maria de Lourdes Antonio. **Geografia do Tocantins**. Palmas: Sebrae, 1998.

CAVALCANTE, Maria do E. S. Rosa. **O discurso autonomista do Tocantins**. São Paulo: EDUSP, 2003.

CORRÊA, Margarida M. da S. **Naturalistas e viajantes estrangeiros em Goiás (1800-1850)**. In: Goiás, identidade, paisagem e tradição: Universidade Católica de Goiás, 2001.

CORRÊA, Roberto L. **Região e organização espacial**. São Paulo, Ática 1987.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989. (Série \Princípios).

\_\_\_\_\_. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

CLARK, David. **Introdução à Geografia Urbana**. São Paulo: DIFEL, 1985.

DOLLES, Dalísia E. M. **As comunicações fluviais pelo Tocantins e Araguaia no século XIX**. Goiânia: Oriente, 1973.

HARVEY, David, **Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. Martins, Ed., São Paulo, 2014.

ESTEVAM, LuisAntonio. **O tempo de transformação – estrutura e dinâmica na formação econômica de Goiás**. Campinas, 1997. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas.

FARIAS, Flávio Bezerra de. **O Estado capitalista contemporâneo: para a crítica das visões regulacionistas**. São Paulo: Cortez, 2000.

FUNES, Eurípedes Antônio. **Goiás 1800-1850: um período de transição da mineração à agropecuária**. Goiânia, UFG, 1986, 176p.

- GRAZIANO NETO, Francisco. **Questão agrária e ecologia: crítica da moderna agricultura**. 2. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- GRAZIANO DA SILVA, José. **O novo rural brasileiro**. Campinas: UNICAMP, Instituto de Economia, 1999.
- IANNI, Octávio. **Origens Agrárias do Estado Brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- IBGE, Censo demográfico 1940-2010**. Até 1970 dados extraídos de: Estatísticas do século XX. Rio de Janeiro: IBGE, 2007 no Anuário Estatístico do Brasil, 1981, vol. 42, 1979.
- LENHARDT, G. e OFFE, C. **Teoria do estado e política social**. In: OFFE, C. Problemas do Estado Capitalista. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.
- LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 2001.
- LIRA, Elizeu Ribeiro. **A gênese de Palmas – Tocantins – A geopolítica de (RE)ocupação Territorial na Amazônia Legal**. Goiânia: Kelps, 2011
- LOPES, Diva Maria Ferlin. **O Conceito de urbano e as pequenas cidades do semiárido baiano: Novo Triunfo, Santa Brígida e Sítio do Quinto**. 2005. Dissertação (Mestrado em Geografia Urbana e Regional)- UFBA, Salvador, 2005.
- MARQUES, Marta Inês Medeiros. **De sem-terra a “posseiro”, a luta pela terra e a construção do território camponês no espaço da reforma agrária: o caso dos assentados nas fazendas Retiro e Velha – GO**. São Paulo, 2000. Tese (Doutorado em Geografia), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- MARTINS, Jose de Souza. **Fronteira - a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo, HICITEC, 1997.
- MOREIRA, Vânia Maria Lousada. **A produção histórica dos vazios demográficos: guerras e chacinas no do rio Doce (1800-1830)**. Revista de História (UFES), Vitória, ES, v. 9, p. 99-123, 2001.
- NASCIMENTO. Júnio Batista. **Conhecendo o Tocantins: História e Geografia**. 6ª ed. Goiânia: Bandeirantes. 2011.
- NESTOR, Goulart Reis Filho. 1968. **Evolução Urbana do Brasil**. São Paulo, Pioneira.

- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Integrar para não entregar: Políticas Públicas e Amazônia**. Campinas: Papirus, 1991.
- Oliveira, Antônio Miranda de. **Territorialidades camponesas na educação de assentados: assentamento Brejinho em Miracema do Tocantins**. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Tese. Uberlândia-MG, 2013.
- PALACÍN, Luis G. **Coronelismo no extremo norte de Goiás: o Padre João e as três revoluções de Boa Vista**. CEGRAF, UFG: Goiânia; Edições Loyola: São Paulo, 1990.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- PESSOA, Jadir de Moraes (Org). **Educação e Ruralidades**. Goiânia: Editora UFG, 2007.
- PRED, Alan. **Sistemas de cidades em economias adiantadas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- POULANTZAS, N. **Estado, poder e socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1980
- RIBEIRO, Wagner Costa. **Cidades ou sociedades sustentáveis?** In. CARLOS, Ana FaniAlessandri; CARRERAS, Carles (orgs.). **Urbanização e mundialização: estudos sobre a metrópole**. São Paulo: Contexto, 2005. p 60-69.
- SANTOS, Milton. **Território e sociedade: entrevista com Milton Santos**. 2ª ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.
- SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. 5 ed. 2005.- São Paulo, Edusp. 2005.
- SANTOS, Milton. **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4ª ed. São Paulo: Edusp, 2006. 308 p.
- SANTOS, Milton. **A cidade nos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- \_\_\_\_\_. **As cidades do terceiro mundo**. São Paulo: Hucitec, 1971.
- \_\_\_\_\_. **Pobreza urbana**. São Paulo: Hucitec, 1979a.
- \_\_\_\_\_. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves. 1979b.
- \_\_\_\_\_. **Manual de Geografia urbana**. São Paulo: Hucitec, 1981.
- \_\_\_\_\_. **Espaço e método**. 3. ed. São Paulo: Nobel, 1992. (Coleção Espaços).

\_\_\_\_\_. **As cidades locais no terceiro mundo: o caso da América Latina.** In: **Da totalidade ao lugar.** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005. p. 85-92.

SEPLAN. **Leis e datas de criação dos municípios.** Anuário Estatístico do Tocantins –2004. Secretaria Estadual de Planejamento – Tocantins: 2004. Disponível em: [www.seplan.to.gov.br](http://www.seplan.to.gov.br). Acesso em: 17 de abril de 2005.

SILVA, Rusvênia Luiza Batista Rodrigues da. **Patrimônios: Espaço e Lugar: Estudo das Vilas de Cibele e Caiçara e seus Conteúdos.** Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP: São Paulo, 2008.

SILVA, Rusvênia L. B. Rodrigues da. **Sobre o camponês do sertão: produção do espaço e identidade camponesa em Assentamentos do município de Goiás.** Presidente Prudente, 2003 (Dissertação – Mestrado em Geografia – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual Paulista).

SILVA, D. O. **A produção familiar no meio rural: enfoques e debates.** In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, XLIII, Ribeirão Preto, 2005. Anais... Ribeirão Preto: Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade - USP. 2005. 1 CD-ROM.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização.** São Paulo: Brasiliense; CEBRAP, 1975.

SJOBERG, Gideon. **Origem e evolução das cidades.** In: Cidades: a urbanização da humanidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1972

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. **Cidade: lugar e geografia da existência.** In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; SILVA, Sylvio Bandeira de Mello e. **Novos estudos em geografia urbana brasileira.** Salvador: Ed. da UFBA, 1999.

SOUZA, S. M. de. Belém-Brasília: **abrindo fronteiras no norte goiano (atual Tocantins)–1958-1975.** In: GIRALDINI O. (Org.) **A (trans)formação histórica do Tocantins.**Goiânia: UFG. Palmas: Unitins, 2002. p. 351-394.

SOARES, Beatriz Ribeiro; MELO, Nágela Aparecida de. **Revisando o tema da pequena cidade.** In: SILVA, Anieres Barbosa; GOMES, Rita de Cássia da Conceição; SILVA, Valdenildo Pedro de. (Org.). **Pequenas cidades: uma abordagem geográfica.** Natal: Editora da UFRN, 2009.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão et al. **O estudo das cidades médias brasileiras: uma proposta metodológica.** In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **Cidades médias: espaços em transição.** São Paulo: Expressão Popular, 2007. v. 1, p. 35-68.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Para pensar as pequenas e médias cidades**

**brasileiras**. Belém: FASE/ ICSA/UFGPA, 2009. v. 1.

TEIXEIRA NETO, Antonio. **O território goiano: formação e processo de povoamento e urbanização**. In: ALMEIDA, Maria Geralda de (Org.). Abordagens geográficas de Goiás: o natural e o social na contemporaneidade. Goiânia: IESA, 2002.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. **Capital e propriedade fundiária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Urbanização e ruralidade: relações entre a pequena cidade e o mundo rural e estudo preliminar sobre os pequenos municípios em Pernambuco**. Recife, 2001. Disponível em: <<http://www.nead.org.br/artigodomes/imprime.php?id=4>>.

VIDAL E SOUZA, Candice. **A pátria Geográfica – Sertão e Litoral no pensamento social Brasileiro**. Goiânia: UFG, 1997.